

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

INÊS CHADA RIBEIRO

“CAIÇARA SIM, COM MUITA GARRA”:
Contradições vividas na territorialização da comunidade do
Aventureiro na Ilha Grande – RJ

NITERÓI, RJ
DEZEMBRO, 2019

INÊS CHADA RIBEIRO

“CAIÇARA SIM, COM MUITA GARRA”:

Contradições vividas na territorialização da comunidade do

Aventureiro na Ilha Grande – RJ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Professor Dr. João Luiz Domingues

NITERÓI, RJ

DEZEMBRO, 2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

R484" Ribeiro, Inês Chada
 "Caiçara sim, com muita garra" : Contradições vividas na territorialização da comunidade do Aventureiro na Ilha Grande - RJ / Inês Chada Ribeiro ; João Luiz Domingues, orientador. Niterói, 2019.
 136 f. : il.

 Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPCULT.2019.m.13073954732>

1. Cultura caiçara. 2. Unidades de conservação. 3. Turismo. 4. Territorialização. 5. Produção intelectual. I. Domingues, João Luiz, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD -

Inês Chada Ribeiro

“CAIÇARA SIM, COM MUITA GARRA”: contradições vividas na territorialização da comunidade do
Aventureiro na Ilha Grande – RJ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em 16 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. João Luiz Domingues
Universidade Federal Fluminense

Professora Dra. Marina Bay Frydberg
Universidade Federal Fluminense

Professora Dra. Teresa Cristina de Miranda Mendonça
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

NITERÓI, RJ

DEZEMBRO, 2019

*Dedico este trabalho à memória dos Aventureiros:
Zeca, Dito, Paulo, Seu Jorge e Sidnei.*

AGRADECIMENTOS

Ao povo do Aventureiro por existirem e serem fonte de inspiração para tantas pesquisas! Em especial à Neneca por me alojar em seu ninho, ao Vovô e a Lúcia pelas conversas, jogos do Brasil, almoços e cafezinhos, ao Rodrigo pelo apoio na medição das canoas caiçaras, à tia Vera pelas refeições partilhadas, pipocas e companhia na fogueira de São João, à Leninha, Luciana e Pepeca pelos jogos de futebol, chá das mulheres e outras atividades. Ao Luís pela ótima conversa. Aos mestres da arte de fazer canoa entrevistados: Adilson, Criste, Vovô e Delei. A todas as pessoas que aceitaram dar entrevistas, meu muito obrigada.

Ao meu orientador pela parceria ao longo do processo e na construção desse olhar de pesquisadora. Quero agradecer todo o apoio que recebi durante a gravidez concomitante ao mestrado, divergindo de um padrão machista que discrimina as mulheres no mundo do trabalho. Obrigada João por estimular a conclusão desta etapa, respeitando a minha nova condição de mãe.

Aos membros da banca de qualificação: o geógrafo Valter do Carmo Cruz que fez valiosas contribuições para a estrutura do trabalho. A professora Helena Catão Ferreira, com sua larga experiência de pesquisa com a comunidade do Aventureiro. E a antropóloga do nosso programa Marina Bay Frydberg que me instigou na construção de um texto etnográfico, apresentando quem são os sujeitos dessa pesquisa.

Ao PPCULT, Programa de Pós Graduação em Cultura e Territorialidades, seu corpo docente e de funcionários. Por ser um programa acolhedor de temáticas variadas, com trabalhos engajados na luta por uma sociedade mais justa em todos os sentidos, crítico com relação às várias formas de se fazer ciência e cada vez mais democrático em seu processo de seleção. Parabéns aos envolvidos nessa construção!

À turma de 2017 do PPCULT que se manteve unida ao longo dessa jornada, mostrando que o processo de construção de conhecimento fica muito melhor quando compartilhado. À companheira de turma Déborah Arco, quando fui lhe contar da minha gravidez estávamos indo para o ENECULT, e qual foi minha surpresa quando descubro que ela também estava! Vivenciamos juntas essa experiência durante o mestrado e nos fortalecemos nos momentos de dificuldades, agradeço a presença e apoio!

Ao meu núcleo familiar por me acolherem nessa reta final de escrita. Agradeço aos meus pais por incentivarem e possibilitarem a realização desse trabalho sem apoio financeiro. À minha mãe, Sylvia Chada, pela revisão do capítulo 2. Ao meu pai Rafael Ribeiro, pelas leituras e conversas ricas sobre meu tema de pesquisa. A minha irmã amada, geógrafa, Irene Ribeiro, pela parceria na vida e revisão/formatação final do trabalho.

À amiga Anna Cecília Cortines pelo empréstimo de livros muito úteis para este trabalho.

Às minhas comadres, Nathália Lacerda pelas leituras e críticas geográficas, e à Maria Clara Valverde pelas transcrições das entrevistas e apoio com o filhote.

À galera da SAPÊ, Amanda Alves, Conceição Corrêa, Maria José, dentre outros já citados nesses agradecimentos, pela militância e por ser um espaço de construção de projetos e de resistências por uma cidade mais ecológica e mais justa.

Gracias ao meu cunhado chileno, Salvador Roselló, pela tradução do resumo.

À minha parceira de trabalho na produção cultural Camila de Aquino, pela cumplicidade e compartilhamento da experiência da *maternagem*. E ao grupo Pedras de Teatro pela parceria nos últimos dois anos.

À minha sogra querida, Jane Modesti, vovó babona, pelos cuidados com o mimoso nos períodos de trabalho em sua casa.

À Eliana Rodrigues que cuidou do meu pimpolho com muito afeto enquanto eu trabalhava na dissertação em Angra dos Reis.

Por fim, ao meu companheiro, Adriano Modesti, responsável por plantar o Martim em nossas vidas. Obrigada pela companhia em diversos momentos no campo e a torcida para a finalização desta etapa!

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	9
Lista de Abreviaturas e Siglas	11
Resumo	13
Resúmen	14
INTRODUÇÃO	15
<i>Metodologia</i>	17
<i>O caminhar na pesquisa</i>	18
<i>Fundamentação teórica</i>	21
<i>Estrutura dissertação</i>	24
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO AVENTUREIRO	27
CAPÍTULO 2: OS IMPACTOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA VIDA DOS MORADORES DO AVENTUREIRO	41
2.1 ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: IDEOLOGIAS IMPORTADAS E O SURGIMENTO DO SOCIOAMBIENTALISMO	42
2.2 A CRIAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL E OS CONFLITOS DECORRENTES.....	46
2.3 O DESGASTANTE PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO	57
2.4 LEGADO DA RDS NO AVENTUREIRO.....	65

CAPÍTULO 3: CULTURA CAIÇARA, COMUNIDADE TRADICIONAL, PROCESSOS IDENTITÁRIOS:	
CATEGORIAS POLÍTICAS NA LUTA POR DIREITOS	68
3.1 REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DA “CULTURA” E A CONSTRUÇÃO NARRATIVA EM TORNO DA “CULTURA CAIÇARA”	68
3.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CAMPO JURÍDICO.....	74
3.3 A ENUNCIAÇÃO DA IDENTIDADE CAIÇARA ATRAVÉS DE SEUS SUJEITOS.....	79
3.4 A IDENTIFICAÇÃO COM A CULTURA CAIÇARA É HORIZONTE DE FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO?	91
CAPÍTULO 4: A PRÁTICA DO TURISMO E SEUS DESAFIOS PARA A COMUNIDADE: FORTALECIMENTO OU FRAGILIZAÇÃO?	94
4.1 DESIGUALDADE DE GANHOS NA EXPLORAÇÃO DO TURISMO NA PRAIA	97
4.2 NOVAS TEMPORALIDADES E REARRANJOS DAS PRÁTICAS COLETIVAS	102
4.3 ÉPOCA DA “CABINE”: AMAV EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COLETIVA	110
4.4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ENQUANTO PRINCÍPIO?	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS	131
ANEXO I: ROTEIRO ENTREVISTAS	131
I.I Roteiro Geral.....	131
I.II Roteiro entrevista moradora “incorporada”	132
ANEXO II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	133
ANEXO III: FICHA AMOSTRAL CANOAS AVENTUREIRO	135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Ilha Grande anterior à criação da RDS do Aventureiro.....	28
Figura 2: Vista aérea enseada do Aventureiro.	29
Figura 3: Linha do horizonte tomada pelos morros das praias do Sul e do Leste.....	29
Figura 4: Foto tirada da pedra do espia, local aonde os pescadores avistavam a entrada do cardume de tainha.	30
Figura 5: Ruínas e habitações dentro da RBPS.....	34
Figura 6: Mapa das UC's da Ilha Grande anterior à 2014.....	36
Figura 7: Mapa das UC's da Ilha Grande após 2014.....	37
Figura 8: Mapa com as unidades de conservação do município de Angra dos Reis (RJ)	47
Figura 9: Força tarefa no carnaval de 2006.....	53
Figura 10: Reunião realizada na sede do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Angra dos Reis em março de 2006.	54
Figura 11: Reunião no coreto em julho de 2006 com a SAPÊ, destaca-se a presença do Luís sentado à esquerda, Paulo, sua mãe Tia Vera e Leninha.	55
Figura 12: Encontro com o cinema caiçara em 2006, futebol feminino.....	56
Figura 13: Coreto cheio para exibição de filmes à noite.	56
Figura 14: Partilha de Turismo de Base Comunitária durante o VII Cinebola na praia do Aventureiro, dia 16 de abril de 2016.	79
Figura 15: Seu Zé com uma pequena canoa.....	82
Figura 16: Vista da janela da casa da mãe da Bibinha, localizada ao lado de sua casa.....	82
Figura 17: Bibinha de colete azul durante a realização do VII Cinebola Caiçara em abril de 2016.....	83
Figura 18: Vovô fazendo rede na varanda de sua casa, coqueiro deitado (símbolo do Aventureiro) ao fundo.	88
Figura 19: Mapa da vila do Aventureiro.....	100
Figura 20: Descrição dos empreendimentos familiares do Aventureiro.	101
Figura 21: Caiçaras na rede: aproveitando a baixa temporada.....	103
Figura 22: Arrasto de tainha: a puxada da rede.....	104
Figura 23: Arrasto de tainha: final da puxada: toda rede está na praia.....	104
Figura 24: Flávio observando o mar durante o amanhecer.....	105
Figura 25: Procissão Festa de Santa Cruz 2018.	107

Figura 26: Coqueiro deitado, principal símbolo turístico utilizado para representar a praia do Aventureiro.....	108
Figura 27: Biju de côco na folha de bananeira.	109
Figura 28: Documento que deve ser assinado pelos visitantes do Aventureiro.	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAV – Associação de Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro
APA Tamoios – Área de Proteção Ambiental de Tamoios
APEDEMA – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
CNC – Coordenação Nacional Caiçara
CNPCT – Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
CODIG – Comitê de Defesa da Ilha Grande
FAPUR – Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ
FCPBIG – Fórum Contra Privatização da Baía da Ilha Grande
FCT – Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PEA – Programa de Educação Ambiental
PEIG – Parque Estadual da Ilha Grande
PEMA – Parque Estadual Marinho do Aventureiro
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUMA – Programa Nacional das Nações Unidas
PNPS – Política Nacional de Participação Social
PPP – Parceria Público-Privada
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RBPS – Reserva Estadual Biológica da Praia do Sul
SAPÊ – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
SEA – Secretaria Estadual do Ambiente
SNPS – Sistema Nacional de Participação Social
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU – Secretaria de Patrimônio da União

TBC – Turismo de Base Comunitária

TURISANGRA – Fundação de Turismo de Angra dos Reis

UC – Unidade de Conservação

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

RESUMO

A criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na praia do Aventureiro na Ilha Grande – RJ, em 2014, é fruto da luta conjunta da comunidade em parceria com pesquisadores e movimentos sociais. A RDS do Aventureiro resolveu a situação de ilegalidade em que a comunidade se encontrava desde 1981, quando foi criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBPS). Apesar das adversidades geradas pela RBPS, como as ameaças de remoção da comunidade que ocupa aquela área há várias gerações, ela também representou uma barreira para a realização de projetos turístico-imobiliários por agentes externos.

Esta pesquisa buscou conhecer a percepção da comunidade do Aventureiro na Ilha Grande – RJ sobre três temas entrelaçados e marcantes em sua história: a presença das unidades de conservação, a identidade caiçara e o turismo; e de que forma eles fortalecem ou fragilizam a comunidade em seu território.

No período de desenvolvimento de pesquisa (2017 – 2019) foram realizadas cinco idas à campo utilizando a metodologia de observação participante. Em junho de 2018, “baixa temporada turística”, passei 3 semanas na comunidade, e realizei 18 entrevistas semi-estruturadas, envolvendo pessoas de diferentes grupos familiares e idades.

A recente “recategorização” de uma parcela da RBPS para dar lugar a RDS do Aventureiro foi considerada uma vitória para aqueles moradores que não desejam ir embora do território. Entretanto, esse processo foi marcado por uma série de desgastes internos tanto na comunidade quanto dentro do órgão ambiental. Tudo isso agravado pela não implementação da gestão da unidade até o fim dessa pesquisa.

A construção da identidade caiçara está intimamente ligada ao tema das unidades de conservação, quando os socioambientalistas passam a defender os direitos desses grupos, considerados “tradicionais” a permanecerem em seus territórios. Com o passar do tempo, estes grupos passam a se autorreconhecer como caiçaras, valorizando os saberes mais antigos ligados à roça e a pesca, como também reivindicando a ancestralidade das famílias que ali vivem. A pesquisa de campo revelou uma gradação de “caiçarismo”, na medida que os mais velhos são reconhecidos como caiçaras “legítimos”, ao passo que os mais novos, já estariam mais “desfigurados”, segundo fala de um interlocutor. Isto aponta para uma idealização do modo de vida de caiçara o que afastaria a identificação das novas gerações.

Por fim, a temática do turismo aparece como um elemento ambíguo e de conflito. Ele corrói uma visão romântica em torno do “caiçara”, sustentado por alguns ambientalistas, e também impõe uma série de desafios internos, quando a comunidade relata uma maior desunião da comunidade, acarretada dentre outros fatores, pelo turismo. Por outro lado, a prática do turismo fortalece a permanência da comunidade, já que se tornou uma fonte de renda significativa para o local, entretanto acentua um processo de estratificação social.

A história da comunidade do Aventureiro expõe as próprias contradições da sociedade capitalista em que estamos inseridos e ao mesmo tempo traz inspirações para as relações não-capitalistas que são tecidas. Os debates apresentados nesta dissertação contribuem na reflexão sobre as discussões identitárias, das unidades de conservação e do turismo, na produção territorial local.

Palavras-chave: cultura caiçara, unidade de conservação, turismo, territorialização, praia do Aventureiro.

RESÚMEN

La creación de la Reserva de Desarrollo Sustentable (RDS) en la playa de Aventureiro en Isla Grande – RJ, en 2014, es fruto de la lucha de la comunidad, con el apoyo de investigadores y movimientos sociales. La RDS de Aventureiro resolvió la situación de ilegalidad en que la comunidad se encontraba desde 1981, cuando fue creada la Reserva Biológica Estatal de Praia do Sul (RBPS). A pesar de las adversidades generadas por la RBPS, como las amenazas de desplazamiento del poblado desde el territorio ocupado hace varias generaciones, ella también representó una barrera para la realización de proyectos turístico-inmobiliarios por agentes externos.

Esta investigación buscó conocer la percepción de la comunidad de Aventureiro en la Isla Grande sobre tres temas entrelazados y determinantes en su historia: la presencia de unidades de conservación, la identidad caiçara y el turismo; y de que formas ellos fortalecen o fragilizan a la comunidad en su territorio.

En el periodo de desarrollo de la investigación (2017-2019) fueron realizados cinco estudios de campo utilizando la metodología de observación participante. En Junio del 2018, “baja temporada turística”, pasé 3 semanas y realicé 18 entrevistas semi-estructuradas, con 18 personas de diferentes grupos familiares y edades.

La reciente “re-categorización” de un área de la RBPS para dar lugar a la RDS de Aventureiro, fue considerada una victoria para aquellos habitantes que no querían irse del territorio. Al mismo tiempo, ese proceso fue marcado por una serie de desgastes internos, tanto en la comunidad como dentro del órgano ambiental. Todo esto agravado por no implementarse la gestión de la unidad hasta el fin del presente estudio.

La construcción de la identidad caiçara está íntimamente relacionada al tema de las unidades de conservación, cuando los ambientalistas pasan a defender los derechos de esos grupos, considerados “tradicionales” a permanecer en sus territorios. Con el pasar del tiempo, estos grupos pasan a auto-reconocerse como caiçaras, valorizando los saberes más antiguos ligados al campo y la pesca, como también reivindicando la ancestralidad de las familias que ahí viven. Mi estudio de campo ha revelado una graduación de “caiçarismo”, siendo los más viejos reconocidos como caiçaras legítimos, mientras que los más jóvenes, estarían más “desfigurados”, según palabras de un entrevistado. Esto apunta a una idealización del estilo de vida caiçara que alejaría la identificación de nuevas generaciones.

Finalmente, la temática del turismo surge como un elemento ambiguo y de conflicto. Él corrompe la visión romántica en torno al caiçara, según algunos ambientalistas, y también impone una serie de desafíos internos, cuando la comunidad relata una mayor desunión entre ellos, generada entre otros factores, por el turismo. Por otro lado, la práctica del turismo fortalece la presencia de la comunidad, ya que se transformó en una fuente de ingresos significativa para el local, al mismo tiempo acentúa un proceso de estratificación social.

La historia de la comunidad de Aventureros expone las contradicciones mismas de la sociedad capitalista en la que operamos y al mismo tiempo trae inspiraciones a las relaciones no capitalistas que se tejen. Los debates presentados en esta disertación contribuyen a la reflexión sobre las discusiones identitarias, de unidades de conservación y turismo, en la producción territorial local.

Palabras clave: Cultura caiçara, unidades de conservación, turismo, territorialización, playa de Aventureiro.

INTRODUÇÃO

A comunidade da praia do Aventureiro, localizada na porção sul da Ilha Grande, no município de Angra dos Reis – RJ, vem sendo sistematicamente estudada pela comunidade científica¹. Com um território marcado pela presença das Unidades de Conservação (UCs), instrumentos jurídico-políticos de “preservação ambiental”, durante três décadas a comunidade sofreu a pressão de estar dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul² (RBPS), categoria de UC de Proteção Integral que proíbe a presença humana em seu interior. Criada em 1981, numa área em que vivia uma vila de lavradores e pescadores, de um lado a RBPS se tornou sinônimo de ameaças de remoção do povo do Aventureiro de seu território, mas por outro protegeu a comunidade da especulação imobiliária que assolou a maioria das praias da Ilha e da região.

Em 2014 foi criada a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)³ do estado do Rio de Janeiro: a RDS do Aventureiro, um tipo de unidade que tem entre os seus objetivos: assegurar o modo de vida de populações tradicionais. A criação desta UC retirou a comunidade do Aventureiro de uma situação de ilegalidade, reconhecendo o direito ao território àquela população que já ocupava a praia do Aventureiro há várias gerações.

Durante os embates com a RBPS, o autorreconhecimento da comunidade enquanto uma “comunidade tradicional caiçara” foi um fator importante na disputa pela permanência da comunidade no território que habita e produz, segundo relatos orais, há mais de 150 anos. O título da dissertação “Caiçara sim: com muita garra” faz referência à fala de uma das

¹ A tese de Janaína Souza (2013) faz uma descrição minuciosa dos trabalhos realizados no local desde a década de 1980, ver pp. 57 – 64. Os principais trabalhos consultados para essa dissertação foram: Ferreira (2004, 2010), Costa, (2004, 2008), Mendonça (2010), Prado, R. (2006) e Souza (2013).

² Criada pelo Decreto Estadual nº 4.972 em 02 de dezembro de 1981. Fonte: http://ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/decretoestadual_4.972_02.12.1981.pdf, acesso em 23/09/2017.

³ Lei Estadual nº 6793 de 28 de maio de 2014. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/122747746/lei-6793-14-rio-de-janeiro-rj>, acesso em 11/09/2017.

entrevistadas para esta pesquisa, que questionada se ela se reconhecia como caiçara, afirma que “eu sim, com certeza, com muita garra”⁴. A afirmação da identidade caiçara no Aventureiro valoriza a cultura local e sua história, mas é uma narrativa em aberto que será desenrolada pelas novas gerações.

Após a demolição do Instituto Penal Cândido Mendes na praia de Dois Rios (ver Figura 1), em 1994, o turismo se consolidou como uma importante alternativa econômica para a Ilha Grande de uma maneira geral. Na praia do Aventureiro ele pode ser caracterizado como um turismo de camping, que não dependia de grandes investimentos iniciais e que foi se estruturando de maneira gradual, até se consolidar como uma importante atividade econômica local, responsável pela melhoria da qualidade de vida do povoado⁵. Entretanto, o turismo vem reforçando uma maior estratificação social entre as famílias, em contraponto a uma perspectiva de turismo que compartilhe as benesses de forma equilibrada entre a comunidade.

A contribuição deste trabalho é buscar identificar as percepções comunitárias sobre os impactos da criação da RDS do Aventureiro; analisar a valorização da identidade cultural caiçara enquanto potência política, tanto na luta por direitos quanto em usos do *território* orientados por outras lógicas; e por fim, refletir sobre as contradições engendradas pela prática do turismo na localidade. O conceito de território entendido enquanto apropriação do espaço por grupos sociais e sujeitos que se afirmam por meio dele (Porto-Gonçalves, 2008) contribui na reflexão proposta. Nesta perspectiva, o território se torna tanto meio de identificação do grupo social, que se reconhece como “filho ou filha do Aventureiro” (Mendonça 2010, Costa, 2004), mas também motivo de disputa com relação aos diferentes usos que se pretende dar a ele.

O objetivo geral desta pesquisa é refletir as contradições e ambiguidades produzidas pelo turismo e pelas unidades de conservação, na construção da identidade caiçara e suas implicações no processo de territorialização da comunidade do Aventureiro. Para aprofundar este tema serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o impacto da criação das unidades de conservação na normatização da vida social do povo do Aventureiro;
- Discutir as contradições geradas pela prática do turismo e os desafios que ele impõe ao romper uma lógica comunitária e trazer a questão da mercantilização das relações;

⁴ Entrevista de Rosângela do Espírito Santo Corrêa, também conhecida como “Neneca”, em 21 de junho de 2018. A entrevistada autorizou a sua identificação pessoal na pesquisa.

⁵ Fonte: Mendonça; Moraes (Org.), 2011.

- Refletir sobre a construção da “cultura caiçara” e sua influência na enunciação de uma identidade caiçara no Aventureiro observando as ambiguidades que ele gera num processo de fortalecimento comunitário.

Metodologia

As premissas sobre neutralidade e imparcialidade nas ciências sociais vem sendo revistas, a partir da noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição (Becker apud Velho, 1987, p. 123). Por outro lado, trata-se de um desafio reorganizar as representações substantivas (baseadas no senso comum) que construímos numa perspectiva científica (Becker apud Ribeiro, A., 2009).

Segundo Roberto Da Matta “é preciso reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador” (apud Martins 2004, p. 292). A relação entre pesquisador e sujeito “pesquisado” difere completamente das ciências naturais, uma vez que o nosso “objeto” “tem o seu ponto de vista, as suas interpretações, que muitas vezes colocam as nossas em xeque” (Ibidem, p. 291).

O meu olhar sobre o Aventureiro começou a ser construído enquanto turista e moradora de Angra dos Reis, quando comecei a acampar na localidade, no ano de 2005. Em 2006, através da SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica)⁶ passei a acompanhar indiretamente os conflitos que resultaram na proibição do turismo naquele ano. Neste mesmo ano a SAPÊ passou a realizar o “Cinebola Caiçara”⁷ na localidade, que teve continuidade em 2007 e 2008 e teve a sua última edição em 2016. Foi através da SAPÊ que passei a estabelecer contato com outros moradores sem ser intermediada pela relação com o turismo. Em 2017, iniciei o mestrado e comecei a exercitar este novo olhar, agora como pesquisadora. Estes diferentes lugares que transitei implicaram tanto nas questões formuladas para esse trabalho, como também na forma como os meus interlocutores me “interpretam”: ora como turista, ora como “SAPÊ” e agora como “mais uma pesquisadora”.

⁶ ONG/ Movimento social fundado em 1983 na cidade de Angra dos Reis. A SAPÊ é fruto da luta antinuclear no município e desde sua fundação abraçou outras “bandeiras”: como a abertura de praias privatizadas, a defesa de ecossistemas naturais como costões e manguezais e a luta das comunidades tradicionais.

⁷ Evento promovido pela cineasta Cecilia Lang em parceria com a SAPÊ que promovia oficinas de audiovisual, torneio de futebol e exibição dos filmes produzidos em parceria com a comunidade durante à noite. A primeira edição do evento na comunidade ocorreu com o objetivo de fortalecer a comunidade, após a proibição pelo poder público da exploração do turismo pela comunidade

Os métodos utilizados neste trabalho são qualitativos, com ênfase no método etnográfico de trabalho de campo. Contudo, não cabe aqui realizar uma etnografia clássica, mas sim uma observação participante que dialoga com a etnografia, complementada com outras técnicas de pesquisa, como entrevistas semi-estruturadas, participações em reuniões e pesquisa teórica.

Esta pesquisa foi cadastrada junto ao órgão ambiental responsável pela Unidade de Conservação no qual o Aventureiro está inserido. Toda pesquisa dentro de uma UC precisa de autorização prévia, isto se aplica principalmente as pesquisas da área biológica, que necessitam fazer coleta (de plantas, animais), ou até de autorização para entrar na RBPS, mas não se restringe a elas. Fiz a formalização da pesquisa junto ao INEA como estratégia de aumentar a visibilidade deste trabalho e dar retorno ao órgão gestor.

Gostaria de registrar a dificuldade em realizar observação participante com um grupo que foi e continua sendo intensamente pesquisado e a reiterada desconfiança sobre a validade das pesquisas realizadas para a vida deles. Segundo Heloísa Martins (2004)

Esse mergulho na vida do grupo e em culturas às quais o pesquisador não pertence depende de que ele convença o outro da necessidade de sua presença e da importância de sua pesquisa. Para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação (p. 294, grifo meu).

Uma das perguntas do meu roteiro de entrevistas indagava os meus interlocutores sobre a importância das pesquisas realizadas no Aventureiro para a comunidade. A maioria dos entrevistados diz não ver importância dos trabalhos, seja porque os pesquisadores não dão retorno sobre os resultados, ou mesmo porque não veem resultados práticos dessas discussões na vida deles. Com exceção de um entrevistado que reconhece a importância de um trabalho específico⁸ para a permanência deles na localidade.

O caminhar na pesquisa

A minha primeira ida ao Aventureiro depois que iniciei o mestrado foi num feriado, em outubro de 2017, quando conversei informalmente com algumas pessoas sobre a pesquisa, mas principalmente procurei me situar sobre o momento que eles estavam vivendo. Inaugurei meu caderno de campo nesta viagem e procurei registrar aqueles dias, em que eu me via ora como turista ora como pesquisadora.

⁸ Antônio Cardoso de Souza, o “Vovô” durante entrevista em 26 de junho de 2018 citou o trabalho de Aparecida Vilaça e Ângela Maia (2006) realizado por duas técnicas da FEEMA na década de 1980.

Em dezembro de 2017, participei da reunião do Programa de Educação Ambiental (PEA)⁹ da Petrobras no Aventureiro. O Programa espera por meio da educação ambiental crítica:

(...) estimular e favorecer a mobilização social e o envolvimento direto das comunidades num processo socioeducativo voltado ao fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental, geração de trabalho e renda e permanência nos territórios onde vivem¹⁰.

Ele tem o objetivo de fortalecer comunidades pesqueiras através de ações formativas de temas selecionados pela própria comunidade: que pode ser o turismo, a questão da pesca, dentre outros. No Aventureiro o tema escolhido para desenvolver foi a “Formação do Conselho Deliberativo da RDS”. Na reunião em que estive presente foi explanado sobre a função do conselho, além das expectativas com relação a ele. Assinaram a lista de presença 18 moradores do Aventureiro, além de 2 funcionários do IBAMA, 3 da empresa Mineral¹¹ (sendo 1 também moradora do Aventureiro) e eu que me identifiquei enquanto SAPÊ e mestranda do PPCULT. Também esteve presente um morador da praia do Sono, que fez um relato sobre a história de luta de sua comunidade. Muitas pessoas assinaram a lista de presença, mas não participaram efetivamente da atividade. Conforme será abordado no capítulo 4, a formação do Conselho da RDS não foi para frente e o PEA passou a contribuir na reestruturação das associações de moradores nas comunidades contempladas pelo programa. No final da minha pesquisa, tomei conhecimento que a AMAV (Associação de Moradores e Amigos) tinha sido reativada, no segundo semestre de 2019.

Participei da Festa de Santa Cruz, principal celebração do lugar, no mês de janeiro nos anos de 2018 e 2019 para realizar observação participante. Conforme será visto ao longo do trabalho, a festa de Santa Cruz é uma tradição que se mantém viva na praia do Aventureiro, conciliando a sua identidade caíçara com o turismo, já que ela também passou a se tornar um atrativo de visitantes.

⁹ O PEA é uma condicionante do processo de licenciamento ambiental do Pré-Sal na Bacia de Santos e deve ter a mesma duração da atividade de exploração de petróleo. O PEA da Costa Verde abrangia inicialmente 70 (passou para 73 e depois 79) comunidades pesqueiras dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela. Fonte: Plano de Trabalho “Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde”. Petrobras, Ibama, Mineral. Disponível em: http://www.mineral.eng.br/pea/wp-content/uploads/2017/10/PBS09RC01-Plano-de-Trabalho_PEA_CostaVerde_Rev00_Comunidades.pdf, acesso em 10/09/2018.

¹⁰ Fonte: <http://www.mineral.eco.br/pea/apresentacao/>, acesso em 02/12/2019.

¹¹ Empresa contratada pelo Petrobras para execução do programa.

No mês de junho de 2018 passei 3 semanas no Aventureiro, para realização de entrevistas e vivência do cotidiano dos moradores na baixa temporada turística. No total foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas de longa duração, quinze com moradores “nativos”¹² e uma entrevista com uma moradora “incorporada”, todas as entrevistas foram registradas em áudio e transcritas. A princípio eu iria entrevistar majoritariamente as pessoas que fossem da 5ª geração de “aventureiros”, tendo como referência a árvore genealógica da comunidade, elaborada na década de 1980 por Aparecida Maria Vilaça e Ângela de Azevedo Maia (2006) e atualizada por Souza (2013). O intuito era conversar com um grupo de 20 a 30 anos de idade.

Entretanto, chegando no campo esta classificação ficou mais difícil, pois o critério da 5ª geração nem sempre coincidia com a mesma faixa de idade em diferentes grupos familiares. Além disso devido à algumas uniões entre famílias locais a mesma pessoa podia aparecer em diferente linha sucessória dependendo da análise pelo lado materno ou paterno. Sendo assim, busquei flexibilizar este recorte, atentando para uma diversidade de grupos familiares, valorizando as afinidades nas escolhas dos entrevistados e um equilíbrio de gênero (10 mulheres e 8 homens).

No total foram entrevistadas nove pessoas com faixa etária dos 24 aos 33 anos, cinco pessoas dos 37 aos 50 anos e duas pessoas com faixa etária dos 60 aos 65 anos. Considerando a divisão dos grupos familiares formulada por Janaína Souza (2013), na qual a comunidade foi separada em dez núcleos familiares, conversei com pessoas pertencentes a todos eles, menos de um núcleo¹³.

Com exceção da entrevista com a moradora “incorporada” (Anexo I.II), todas as demais seguiram o mesmo roteiro pré-definido de perguntas (Anexo I.I). Do total dos entrevistados (16), cinco solicitaram anonimato de seus depoimentos. O roteiro foi bastante extenso e amplo, dependendo do entrevistado as conversas renderam mais de uma hora. Além das entrevistas gravadas, as conversas informais com outros moradores nativos foram registradas num caderno de campo.

¹² As categorias “nativo” e “incorporados” foram formuladas por Helena Ferreira (2004) em sua dissertação de mestrado sobre o Aventureiro. Nativos são aqueles que nasceram e moram no Aventureiro, já os moradores incorporados seriam aqueles que casaram com os nativos ou que sejam considerados como pertencentes ao lugar pelos moradores por já estarem vivendo lá há muitos anos.

¹³ Algumas pessoas deste núcleo não moram mais no Aventureiro e uma em especial foi para o continente no período em que estive lá.

Na temporada que passei peguei muita chuva, frio e mar agitado. Embora hoje muitas casas tenham instalado placa solar¹⁴, a casinha que tinha alugado só tinha luz umas 3h ou 4h por dia, quando o gerador era ligado, por volta das 17h até umas 20h -21h e não tinha acesso à internet. Nestes momentos de luz costumava aproveitar para escrever um pouco no computador e durante os dias fazia as entrevistas. A comunidade de um modo geral estava lá, mesmo sem nenhuma atividade turística. Quando eu precisava usar a internet ia até a sede do INEA que disponibiliza WiFi para a comunidade. Neste momento sempre encontrava outros moradores que também estavam lá acessando o sinal da internet. Atualmente alguns moradores já possuem antenas de internet em suas residências, mas ainda é um luxo acessível para poucos moradores.

Esta vivência foi um momento de bastante reclusão e de questionamentos sobre esta pesquisa e a minha inserção na comunidade. Embora eu tenha uma relação de frequentar o Aventureiro há muito tempo, esta experiência foi totalmente distinta das anteriores. Eu estava sozinha, por um período longo e em diversos momentos me vi num impasse, sobre os limites da interação num ambiente tão familiar e fechado.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desta dissertação está amparada na literatura proveniente dos temas que o trabalho aborda: Unidades de Conservação, Construção da Identidade Caiçara e Turismo em articulação com os conceitos de *território/territorialidade/territorialização*. As entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo estão intercaladas com a reflexão teórica ao longo dos capítulos.

O conceito de território, segundo Valter do Carmo Cruz (2014¹⁵) pode ser usado como categoria da “práxis” (prática, ação concreta), com um movimento do normativo (instituído) para o insurgente (instituinte). No campo normativo há um aparato jurídico de ordenamento territorial estatal, planejamento estratégico e implementação de políticas públicas. Já na práxis insurgente, ela se apropria do conceito através de “discursos, práticas e experiências de povos originários, povos e comunidades tradicionais, camponeses e movimentos sociais urbanos na luta pelo reconhecimento ou mesmo pela criação / invenção de novos direitos territoriais”.

¹⁴ Relataram-me que apenas um morador ainda não possuía placa solar. Além da quantidade de placa, quanto mais baterias (que tem um custo elevado), maior o estoque de energia disponível para consumo.

¹⁵ Apresentação no Seminário Internacional Políticas Territoriais e Pobreza no Campo e na Cidade, realizado nos dias 04 e 05 de novembro de 2014 na cidade do Rio de Janeiro.

O território como categoria de análise é um conceito estruturante na Geografia, enquanto campo disciplinar, mas que vem ganhando cada vez mais importância em outros campos como Antropologia, Sociologia, Economia, Ciência Política e etc. Passa a acontecer então disputas interpretativas, que segundo o geógrafo Cruz seriam também disputas disciplinares.

Diversos autores do campo da geografia (Sack 2013, Souza 2000, Haesbaert 2014) apresentam a relação entre território e poder. Para Sack (2013) a territorialidade seria a forma espacial primária do poder. Segundo Rogério Haesbaert o conceito de território nasce com uma dupla conotação: material e simbólica, pois etimologicamente:

(..) aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-terror (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliçados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar (2004, p.1).

O geógrafo defende que o território inevitavelmente se relaciona com as problemáticas do poder, tanto em seu sentido concreto de dominação, quanto simbólico de apropriação. Seguindo o raciocínio do geógrafo todo território é múltiplo, considerando que os processos de dominação e/ou apropriação “deveriam” segundo Henri Lefebvre (apud Haesbaert, 2004) caminhar juntos, embora os processos de dominação (valor de troca) na sociedade capitalista tenham sido privilegiados em detrimento da apropriação (valor de uso).

Segundo o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2006), onde há território, há *territorialidade* e processos sociais de *territorialização*. A *territorialidade* estaria ligada ao “modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2004, p.3), segundo Robert Sack (1986 apud Ibidem, p.3): “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”. Segundo o antropólogo Paul Little (2004) a territorialidade pode ser compreendida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território ou *homeland*” (p.253).

Todo *território* seria obrigatoriamente funcional e simbólico, na medida em que o domínio sobre ele é para realizar “funções” e também para produzir “significados”. Muitas vezes para os atores hegemônicos, (Santos apud Haesbaert, 2004) “o território adquire (...)

tamanho força que combina com intensidades iguais funcionalidade (‘recurso’) e identidade (‘símbolo’). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), ‘perder seu território é desaparecer’” (p.4). Neste caso o *território* passa de propriedade para a própria identidade do grupo.

Os processos de *territorialização* se caracterizam a partir desta análise, como os processos de dominação e/ou apropriação do espaço. Rogério Haesbaert (2004) o define como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (p. 339). O domínio estaria ligado a um aspecto funcional enquanto que a apropriação seria simbólica, este processo construiria *identidades e diferenças*. A *territorialização* segundo o autor teria os seguintes objetivos (i) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meios de produção, (ii) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; (iii) controle e/ou disciplinarização do espaço; (iv) construção e controle de conexões e redes. Ele aponta que os objetivos do processo de *territorialização* foram se alterando ao longo da história e de diferentes localidades:

Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (2004, p. 5)

Rogério Haesbaert (2014) apresenta a dinâmica em movimento que as relações de poder no território suscitam. Considerando que o poder implica resistência (Foucault apud Haesbaert, 2014, p. 44) os grupos “dominados” nessa relação desigual estariam a todo tempo “(re) construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência” (p. 44) .

A partir desta base teórica analisarei como cada temática atravessa o *território* do Aventureiro, através dos processos de *territorialização*: diferentes formas de apropriação simbólica e funcional do espaço. Observando ainda como essa apropriação pode ser coletiva, fortalecendo a autonomia da comunidade, ou subordinada a interesses alheios à população local.

Na abordagem do tema das Unidades de Conservação (UC) o principal autor mobilizado é Antônio Carlos Diegues (2001) que trata da justaposição de UC's em territórios onde já viviam populações hoje que se autorreconhecem como “tradicionais”. Com relação ao processo do Aventureiro são utilizados autores que acompanharam os conflitos com a Reserva Biológica, com destaque para Helena Ferreira (2004, 2010) e Gustavo Costa (2004, 2008). Outro importante documento acessado para compreender o processo de criação da RDS do Aventureiro foi um Relatório do Grupo de Trabalho que coordenou o processo de recategorização dentro do Instituto Estadual do Ambiente (INEA, 2010).

Para entrar na reflexão teórica sobre a construção da cultura caiçara são importantes referências o trabalho de Cristina Adams (2000) sobre o “mito do bom selvagem”, a discussão sobre o avanço dos direitos das comunidades caiçaras no campo jurídico (Neto et. al., 2016), além do debate sobre a construção de identidades na contemporaneidade utilizando como referência principal o teórico dos estudos culturais Stuart Hall (1997, 1999, 2000) e o sociólogo espanhol da sociedade em rede Manuel Castells (1999). Outros autores que contribuem na reflexão sobre a cultura são Aníbal Quijano (1980) e Néstor Garcia Canclini (2009), estes autores propõem uma análise processual no campo da cultura e sua contextualização com as relações de poder.

A reflexão sobre turismo na Ilha Grande está orientada pela tese de doutorado de Teresa Mendonça (2010), complementado com uma reflexão sobre turismo de base comunitária (TBC), sistematizado na coletânea organizada por Roberto Bartholo, Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn (2009), que reúne diversos artigos relacionados às experiências de TBC no Brasil.

Estrutura dissertação

A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo é uma contextualização espacial e temporal do Aventureiro, tendo como referência a Ilha Grande e o município de Angra dos Reis. São registrados alguns acontecimentos relevantes na história da Ilha e marcos importantes relacionados ao processo de crescimento e urbanização de Angra dos Reis que indiretamente afetaram a comunidade do Aventureiro.

O segundo capítulo trata do tema das unidades de conservação, o processo de criação da Reserva Biológica da Praia do Sul (RBPS) e a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro. A criação da RBPS é um tema central na história da comunidade e apesar das adversidades geradas para a comunidade, como a ameaça de remoção, muitos moradores tem a consciência de que se não fosse a “reserva” a comunidade acabaria sendo

expulsa pela especulação imobiliária. O processo de discussão em torno da RDS foi marcado por divergências dentro da comunidade e também pelo órgão gestor responsável, e muitos moradores se mostraram desinformados, desconfiados, ou ainda “perplexos” diante todo o processo. Embora a RDS seja um tipo de UC voltada para “comunidades tradicionais”, até o momento não ocorreu por parte do INEA sua implementação formal. Esta deveria ser feita em parceria com a comunidade, através de seu Conselho Deliberativo e pactuado através de seu Plano de Manejo. Esse abandono fragiliza o processo de ordenamento territorial, e torna a comunidade vulnerável quanto a segurança jurídica de sua permanência no território.

O terceiro capítulo faz uma reflexão teórica sobre o campo da cultura de maneira geral e da narrativa construída para caracterizar a cultura caiçara. É tratado ainda sobre o aparato jurídico que vem sendo galgado pelas comunidades tradicionais, que ao contrário dos povos indígenas e comunidades quilombolas, não possuem um tratamento legal diferenciado, que reconheça suas especificidades territoriais e culturais. Considerando as ambiguidades que o termo “tradicional” suscita, por trazer uma suposta ideia de um tempo linear, em oposição a uma ideia de moderno, a reflexão acerca do autorreconhecimento e das políticas identitárias busca quebrar este paradigma. Desta forma, os processos de identificação destes grupos, apontam mais para uma valorização cultural dos saberes e histórias desses lugares, do que para uma ideia de cultura estática. A reflexão teórica sobre o próprio conceito de identidade empregado neste trabalho contribui para descortinar a ideia de um sujeito único, mas multiplamente construído e atravessado por diversas identidades possíveis, dentre elas a caiçara.

O último capítulo analisa as contradições geradas pela prática do turismo em que há disparidade de ganhos de acordo com a localização espacial dos empreendimentos na praia. Se por um lado há a percepção que o turismo possibilitou a melhoria das condições materiais de boa parte dos moradores, por outro há o sentimento de que as benesses geradas pela atividade não são distribuídas de forma equitativa entre as famílias. Este capítulo analisa ainda a nova temporalidade instituída de acordo com a frequência dos turistas e os diferentes usos do território, ao longo do ano. A recente reestruturação da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro, no final de 2019, pode ser vista enquanto horizonte de mudança na organização local e retomada do protagonismo da comunidade em todas as questões discutidas até aqui. Neste sentido, a “época da cabine” é lembrada como uma experiência de gestão coletiva do turismo, quando após a proibição do turismo na praia, a atividade passou a ser administrada pela própria comunidade.

Esta dissertação busca complexificar como estes processos em curso mobilizam a comunidade em diferentes direções e de que forma eles atuam no fortalecimento da comunidade em seu território, tendo a autonomia como “princípio orientador” e valorizando a coletividade em prol da individualidade.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO AVENTUREIRO

A narrativa do Aventureiro é perpassada pela história da Ilha Grande e do município de Angra dos Reis – RJ. Dos antepassados indígenas, aos ciclos econômicos a partir da colonização portuguesa; pela presença por quase 100 anos do presídio Cândido Mendes na praia de Dois Rios e o medo social que provocava, até a criação de unidades de conservação na região e o advento do turismo, sobretudo após a desativação do presídio.

A praia do Aventureiro está localizada na parte sudoeste da Ilha Grande, ou “Ipaum Guaçu¹⁶ dos índios tamoios¹⁷” (Mello, 1987), voltada para o oceano Atlântico (Figura 1). A ilha faz parte do território político-administrativo do município de Angra dos Reis – RJ, embora, o Abraão, praia mais populosa da ilha, esteja equidistante em tempo de Angra dos Reis e do município de Mangaratiba. O Aventureiro está destacado em vermelho na Figura 1.

A enseada na qual a praia do Aventureiro está inserida abarca outras três praias inabitadas (Figura 2): a praia do Demo que quando a maré está baixa forma uma única praia com o Aventureiro, a praia do Sul com aproximadamente 3km de extensão, separada por um costão rochoso da praia do Demo e que em ocasiões de ressaca não se pode atravessar, por fim, a praia do Leste, com 1,5km de extensão, o acesso a ela é através de um mangue situado atrás do morro do “ilhote”.

¹⁶ Ipaum Guaçu significa Ilha Grande.

¹⁷ Wilson Madeira Filho e Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino (2008) ressaltam que “tamoio” significaria “o mais velho do lugar” e pelo fato de, nos momentos de confronto, os índios gritarem para os portugueses “somos tamuya; vocês não são tamuya” ter-se-ia causado a confusão, mantida pelos primeiros historiadores, que chamaram os tupinambá de tamoios” (p. 3), mas que a nação indígena que habitava quase todo o litoral fluminense eram os tupinambás.

Figura 2: Vista aérea enseada do Aventureiro.



Fonte: Google Earth, acesso em 29/08/2018.

A praia do Aventureiro possui em torno de 800 metros de extensão. Dependendo do ponto em que você estiver na praia, não é possível observar a linha do horizonte, que é tomada pela vista dos morros atrás das praias do Sul e do Leste (Figura 3).

Figura 3: Linha do horizonte tomada pelos morros das praias do Sul e do Leste.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Segundo o Luís, dono do camping localizado no canto esquerdo (de frente para o mar) da praia do Aventureiro, se hoje “tem essa mata altântica aí” é porque “acabou essa profissão de ter que plantar”¹⁸. O turismo alterou a paisagem do lugar. Quando a vila do Aventureiro tinha como principal atividade econômica a prática da agricultura, as áreas da floresta eram utilizadas como roça: “Há uns 15 anos atrás, o Aventureiro não era assim não, na floresta era

¹⁸ Entrevista concedida em 19 de junho de 2018, o entrevistado autorizou a sua identificação pessoal na pesquisa.

tudo roça, lavoura, colhiam de tudo, criavam galinha...” (Sebastina¹⁹ apud Costa, 2004, p. 12). A Figura 4 mostra a vegetação regenerada dos morros atrás da praia do Aventureiro.

Figura 4: Foto tirada da pedra do espia, local aonde os pescadores avistavam a entrada do cardume de tainha.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2008.

Não existe uma linha regular de barco, para chegar e sair do Aventureiro é necessário agendar com algum dono de barco a viagem. Os barcos locais dos moradores (pequenas traineiras) fazem este percurso em aproximadamente duas horas e meia num trajeto que dista 26 km. Atualmente já existem opções de transporte mais rápidos como botes e /ou lanchas por um preço mais elevado²⁰. Em períodos de mais movimento turístico: feriados, ano novo, verão, carnaval, há maior disponibilidade de barcos, neste caso pode-se chegar ao cais em Angra dos Reis e conseguir uma embarcação. No entanto de maneira geral os grupos agendam previamente o deslocamento.

A saída para a ilha é realizada na região central de Angra dos Reis. Em ocasiões de ressaca não é possível chegar ao Aventureiro de barco, neste caso deve-se ir de barco até a

¹⁹ Sebastina, ou dona Santinha, é mãe do Luís e na época da entrevista residia na praia vizinha ao Aventureiro, Provetá.

²⁰ Em setembro de 2019 a lancha até o Aventureiro estava custando R\$100,00, já os barcos em janeiro deste mesmo ano custavam R\$ 60,00.

praia vizinha mais próxima chamada Provetá e de lá fazer uma trilha íngreme de 2 km, que dura aproximadamente uma hora e meia até o Aventureiro. Desta forma, uma das supostas origens para o nome “Aventureiro” está relacionado a esse trajeto²¹. Também é possível vir caminhando desde Abraão²², passando pela praia de Dois Rios (aonde ficavam as instalações do presídio), por Parnaioca e passando por dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul²³, essa caminhada dura em torno de dois dias. Outra trilha de acesso usada apenas pelos moradores nativos liga a praia do Aventureiro até a praia da Longa (passando por dentro da RBPS), situada numa face protegida da ilha, aonde se localiza um pequeno estaleiro que faz reparos nos barcos do Aventureiro. Quando o mar vira, a maioria dos barcos do Aventureiro se refugiam na praia da Longa, entre outras alternativas, de praias abrigadas na ilha.

Em 2009, a população do Aventureiro variava de 85 a 117 pessoas, conforme quadro síntese abaixo.

Tabela 1: Quadro populacional Aventureiro.

Categorias de população	nº	Descrição
<u>População permanente</u>		
Nativos Moradores	82	Nasceram e moram no local
Moradores incorporados	8	Não nasceram, mas moram por casamento ou outros motivos. Têm residência fixa. Consideram-se e às vezes são considerados como pertencentes ao lugar.
	90	(variando entre 85 e 117)
<u>População flutuante</u>		
Nativos não moradores	27	Nasceram no Aventureiro, mas foram morar em outros lugares. Voltam freqüentemente para passar temporadas.
Residentes secundários (veranistas)	11	Compraram casas de nativos que foram embora. Não moram no local, mas passam férias, feriados, temporadas.
Turistas - Frequentadores - recentes/de passagem	560 *	“Frequentadores” - retomam freqüentemente, ficando em geral nos mesmos <i>campings</i> , ou em quartos alugados pelos moradores. São conhecidos pela comunidade. Alguns se consideram amigos e algumas vezes são assim considerados pela comunidade. “recentes/de passagem” - Pessoas que visitam o local pela primeira vez ou que estão dando a volta na Ilha por trilhas e pernoitam no Aventureiro.
Outros frequentadores		Pessoas que vão regularmente ao Aventureiro por motivos diferentes do turismo, como por exemplo, os funcionários da FEEMA a trabalho, outros funcionários públicos, ONGs, pesquisadores etc.
Fonte: Levantamento GT		

* máximo permitido atualmente por dia

Fonte: INEA, 2010.

²¹ Questionada sobre os desafios para o Aventureiro hoje, uma entrevistada disse que era ir para cidade, por conta do mar! Fonte: Entrevista em 08 de junho de 2018 (anônimo).

²² O Abraão é considerada a “capital” da ilha, por ser a porta de entrada da ilha, aonde chegam os maiores fluxos de visitantes.

²³ Para transitar pela Reserva é necessária autorização do órgão ambiental competente, neste caso o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

Provetá, segunda praia mais populosa da Ilha Grande, depois de Abraão, com aproximadamente 3 mil habitantes, tem uma importante relação com os moradores do Aventureiro. Nesta vila “que eram vendidos os produtos agrícolas do Aventureiro, em um passado recente, em que as famílias viviam das roças” (Costa, 2008, p. 28). Segundo Gustavo Costa (Ibidem) é a última vila que ainda tem a pesca como principal meio de sustento, diferentemente de outras localidades da ilha que desde a demolição do presídio, em 1994, passaram a viver do turismo. Os barcos onde a maioria dos homens mais velhos do Aventureiro trabalhavam embarcados ficam, em grande parte, na praia deste povoado²⁴, “que raramente é atingido pelas ressacas de inverno, pois se encontra em uma baía relativamente protegida pela ilha dos Meros” (Ibidem, p.28). Outro traço cultural importante do lugar é o pertencimento massivo de sua população à Assembleia de Deus que se estabeleceu por lá há mais de 70 anos.

Além disso, a escola de segundo grau frequentada pelos jovens do Aventureiro fica em Provetá. Um barco da Prefeitura²⁵ busca os alunos diariamente, numa viagem que dura de 30 a 40 minutos. Há uma relação de parentesco entre moradores do Provetá e Aventureiro, havendo um trânsito constante entre as duas vilas.

A presença de um sambaqui no ilhote entre a praia do Sul e do Leste indica a presença de populações marisqueiras que habitavam aquela costa da Ilha Grande na “pré-história” (Tenório, 2006). Quando os portugueses chegaram, a ilha era habitada pelos índios tupinambás. Ao longo da colonização do Brasil, a Ilha Grande vivenciou diversos ciclos econômicos: desde o povoamento pelos portugueses à luta contra os contrabandistas e piratas que chegaram a ter uma relação com os ilhéus, motivando a proibição de radicação das pessoas na ilha no século XVIII (Mello, 1987); posteriormente (século XVIII ao XIX) a Ilha foi ocupada por fazendas, “que exploravam maciçamente a extração de recursos florestais e cuja economia era baseada na monocultura (*plantation* [grifo do autor], principalmente no século XIX) de cana-de-açúcar (principalmente), cacau e café” (Souza, J. 2013, p. 156).

A mata que constitui o *anfiteatro*²⁶ das praias do Sul e do Leste, que hoje se localizam dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul já foram ocupadas por cinco fazendas, Capivari,

²⁴ Segundo Helena Catão Ferreira (2004): “Grande parte dos pescadores de Aventureiro trabalhou embarcada nas empresas de pesca de Provetá, em grandes traineiras que percorriam todo o litoral brasileiro em busca de peixe, indo parar às vezes no Paraguai” (p. 41).

²⁵ O barco da escola existe desde de 2004 e foi uma reivindicação da Associação de Moradores do Aventureiro, antigamente os alunos tinham que ir caminhando pela trilha que liga o Aventureiro a Provetá (Fonte: Costa, 2008, p. 197).

²⁶ Termo utilizado pelos técnicos da FEEMA durante a criação de Reserva na década de 1980: “O Estado, através de estudos científicos feitos aqui (na DIVEA), sentiu necessidade de criar a unidade para preservar e,

Grande, Cachoeira Grande, do Leste e do Fidélis, segundo o Atlas das Unidades de Conservação da Natureza do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS, 2001 apud Ferreira, 2004, p. 28) e ainda hoje existem ruínas dessas fazendas.

De acordo com histórico de uso e ocupação da área apresentado pelo relatório do Grupo de Trabalho²⁷ (INEA, 2010) que coordenou o processo de recategorização do Aventureiro, acredita-se que os moradores do Aventureiro sejam antigos trabalhadores dessas fazendas: “mão-de-obra escrava e de nativos da Ilha, estes descendentes de índios e brancos”²⁸ que permaneceram no local após o colapso das fazendas ao longo do século XIX. A Figura 5 mostra os resquícios de ocupação na área onde hoje é a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. As formas de subsistência deles eram a prática da agricultura e da pesca, sendo a agricultura a principal atividade econômica.

Segundo Rogério Oliveira (1999 apud Prado, D. 2013), “relatos orais indicavam em torno de 1.000 moradores na comunidade do Aventureiro na década de 1940 e que estes ocupavam toda a região circunvizinha” (p. 32). Há uma suspeita de que a formação do povoado do Aventureiro tenha se dado, segundo o relatório do GT (citado acima), quando a pesca passou a ganhar mais importância do que a agricultura. Neste momento as casas das encostas teriam sido gradativamente abandonadas e vieram a se instalar na estreita planície à retaguarda da praia do Aventureiro. Esta tendência deve ter sido acelerada na época do presídio (1903 – 1994), quando por motivos de segurança, os moradores foram morar mais próximos para terem uma maior proteção em caso de fugas de presos.

O principal acontecimento do século XIX na Ilha Grande foi a construção do Lazareto no Abraão, hospital de quarentena que posteriormente foi anexado ao presídio. Rosane Prado (2003) destaca que, no século XX, a ilha esteve marcada pela pesca e as instituições carcerárias nas vilas do Abraão e de Dois Rios. Quase todos os homens do Aventureiro viveram a experiência de trabalhar em traineiras de pesca viajando durante longos períodos pela costa brasileira. Diversas fábricas para prensagem de sardinha foram construídas na Ilha Grande a partir da década de 1930²⁹, entrando em declínio na década de 1970³⁰. A pesca embarcada ainda hoje é uma possibilidade de sustento econômico para quem vive na ilha.

aquele pedaço, ele é realmente algo fantástico, porque ele forma um anfiteatro com mata atlântica” (Depoimento diretora da DIVEA – Divisão de Estudos Ambientais apud COSTA, 2004, p. 63, grifo meu).

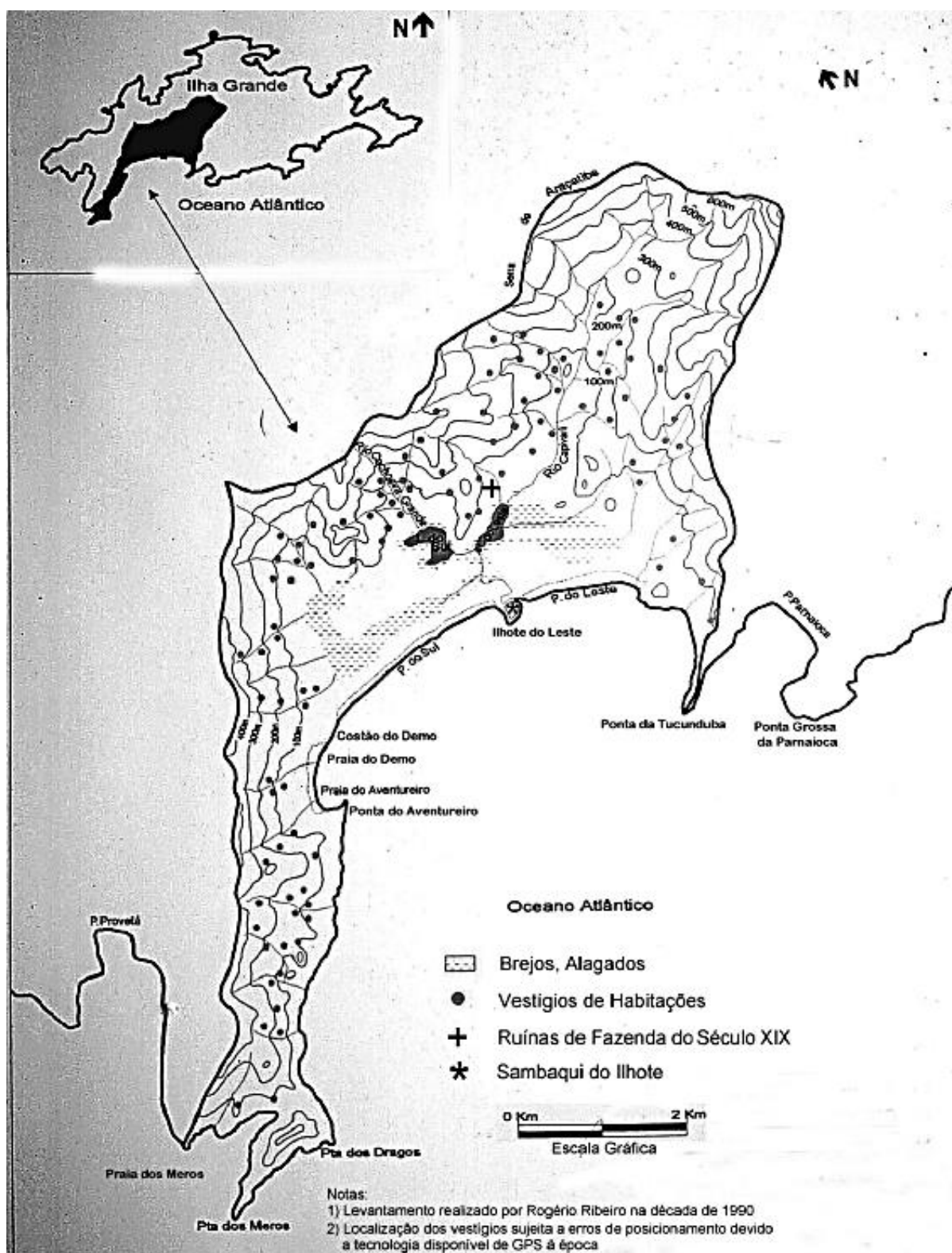
²⁷ Fonte: INEA, 2010. Estudo Técnico do Grupo de Trabalho do Aventureiro. Esse GT foi criado através da seguinte resolução: Resolução SEA nº 057, 15/04/2008.

²⁸ Ibidem, p. 18.

²⁹ Em 1956 a Ilha Grande possuía 20 fábricas de peixe em conserva (Mendonça, 2010, p. 84).

³⁰ Segundo Brito (2001 apud Prado, D. 2013) houve um declínio na década de 1970 pela diminuição do pescado, além da substituição do processo de salga pela venda em pescado congelado. Algumas dessas fábricas

Figura 5: Ruínas e habitações dentro da RBPS.



Fonte: OLIVEIRA, R. 1999 apud INEA, p. 19, 2010.

depois foram adaptadas para pousadas, outras permanecem em ruínas. Nas praias de Ubatuba, Vermelha, Matariz é possível os resquícios destas construções.

Com a extinção do presídio, em 1994, o turismo se consolidou na Ilha Grande, afetando também o Aventureiro. Atualmente o turismo é a principal atividade econômica da vila. O trecho abaixo faz uma síntese dos ciclos econômicos pelos quais a comunidade passou:

Na virada dos séculos XIX e XX, a vida econômica da comunidade do Aventureiro era baseada predominante na agricultura, sendo a pesca uma atividade secundária, voltada para o consumo da própria população. Na segunda metade do século XX, a pesca suplantou a lavoura como principal fonte de renda, mas as roças permaneceram, embora em menor número e área, pois os homens passaram a trabalhar na pesca embarcada. A partir da metade da década de 1990, o turismo de base comunitária suplantou a pesca, e hoje permanece como a principal atividade econômica (INEA, 2010, p.19).

Teresa Mendonça (2010) em sua tese de doutorado intitulada “Que paraíso é esse? A *turismização* da Ilha Grande” enfatiza a instituição das leis ambientais entre 1971 e 1990 e a intensificação do turismo após a implosão do Instituto Penal Cândido Mendes, como acontecimentos marcantes da história recente da Ilha. O mapa a seguir (Figura 6) apresenta assim o resultado deste processo de proteção da ilha.

Como ocorrências marcantes no século XXI, destaca-se a expansão da rede elétrica na Ilha Grande no ano de 2001, mas que não chegou ao Aventureiro por conta das limitações que a RBPS impunha, parando na praia vizinha, de Provetá. Ela é uma das poucas praias da ilha sem rede de fornecimento de energia elétrica, hoje muitas casas instalaram placa solar por conta própria, mas ainda usam gerador movido a óleo diesel.

A partir de 2006 o conflito entre o Estado e a comunidade do Aventureiro envolvendo a RBPS se acirrou. Após oito anos de luta e divergências internas (tanto na comunidade, quanto no órgão ambiental do estado), apenas em 2014, a área em que vive a comunidade foi “desafetada” da Reserva Biológica e foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável³¹ (Figura 7). A RDS do Aventureiro compreende ainda uma parte marinha, aonde existia o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA), criado em 1990.

³¹ Criada através da Lei Estadual nº 6793 de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, resultante da redução do limite da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e da recategorização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, e dá outras providências. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/122747746/lei-6793-14-rio-de-janeiro-rj>, acesso em 11/09/2017.

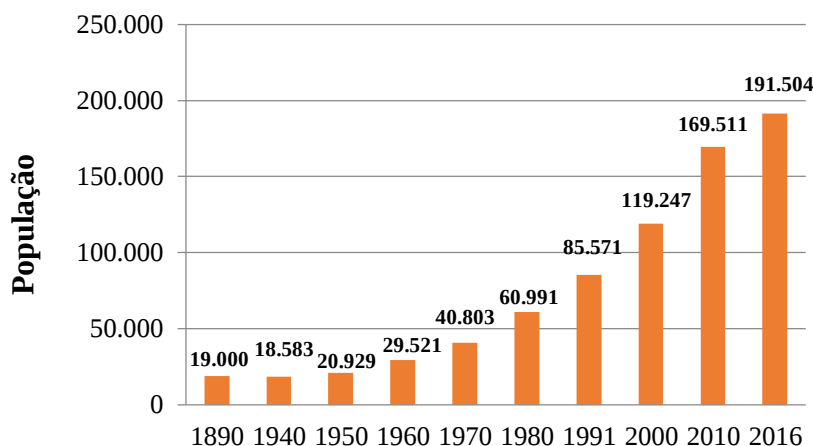
A população do Aventureiro mantém estreito contato com o município de Angra dos Reis- RJ. Seja para fazer compras de mercado, ir ao médico, ter filhos³², resolver questões bancárias, comprar material de construção, continuar os estudos, e também para buscar os turistas que desejam ir ao Aventureiro. Atualmente alguns moradores, com melhor condição financeira, possuem casa própria em Angra também, para se alojar durante essas funções ou para os filhos poderem continuar os estudos. Aqueles que não possuem casas próprias, ficam na casa de parentes que moram em Angra, ou vão e voltam no mesmo dia. Já aqueles que são donos de barco podem até pernoitar no barco atracado no cais do centro da cidade. Cabe ressaltar ainda que alguns moradores venderam (mesmo que não fosse permitido pela legislação ambiental) suas propriedades no Aventureiro e se instalaram definitivamente no continente.

Desta forma o imaginário do povo do Aventureiro é bastante conectado ao mundo urbano. Embora morar na ilha, sobretudo na porção sul, coloque uma série de restrições quanto à mobilidade dos moradores, Janaína Souza (2013) relativiza o isolamento da comunidade, ao ressaltar que eles não estão desconectados da vida urbana, e que há inúmeras maneiras de tornar esse isolamento menor, com a presença da tecnologia, a oferta de serviços ao cidadão, dentre outros. Souza reforça ainda a importância dos turistas e dos pesquisadores na localidade como interlocutores presentes no cotidiano da comunidade.

Importante contextualizar aqui uma série de mudanças no ordenamento territorial de Angra dos Reis e municípios adjacentes, após a abertura da rodovia Rio-Santos (trecho da BR 101) na década de 1970, que afetaram diretamente a vida dos caiçaras da região. Reportagem da revista *Veja* da época (28/11/1973 apud Ribeiro, 2007, p. 57) destaca que o suposto progresso, na verdade se traduz em ameaça “aos caiçaras, que estão sendo empurrados para os bairros populares das cidades de Angra dos Reis, Ubatuba e São Sebastião (...)”.

A rodovia aproximou a cidade dos dois maiores centros urbanos do país (Rio de Janeiro e São Paulo) e iniciou-se um forte processo de especulação imobiliária que culminou com a expulsão da população rural, sobretudo das áreas litorâneas, para os morros da cidade (Ribeiro, 2007). Observa-se que em um período de 30 anos (1970- 2000) a população do município quase triplicou conforme Gráfico 1.

³² Antigamente as mulheres tinham seus filhos com parteiras, mas hoje em dia vão para o Hospital.

Gráfico 1: Crescimento populacional de Angra dos Reis.

Fonte: RIBEIRO, I. 2017, p. 94

A abertura da estrada significou também a abertura dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty para o turismo. Segundo Irene Ribeiro (2017), a construção deste trecho tanto serviu como um eixo integrador de grandes empreendimentos³³ que se instalaram na região no mesmo período, como por exemplo a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), que implantou seu primeiro reator no período de 1972 a 1980; como também foi uma “infraestrutura que viabilizou a dominação das terras litorâneas pelo capital turístico-imobiliário e impulsionou a especialização de Angra com um destino turístico” (Ibidem, p. 95). Tudo isso num período de ditadura militar em que o país se encontrava. Essas mudanças acentuadas na década de 1970-1980 provocaram uma intensa mobilização social no município, motivados pelo:

(...) deslocamento da população tradicional e a chegada de novos migrantes em busca de trabalho; o seqüestro da participação política marcado pela ausência de eleições municipais e pela cassação das lideranças políticas e sindicais; a insatisfação de vários setores sociais que não se beneficiavam dos grandes investimentos; e a degradação ambiental e cultural vivenciada pelo município com a implantação das grandes obras (Ribeiro, J. 2007, p. 62).

Desde 1969, Angra dos Reis passou a ser considerada área de segurança nacional, devido aos grandes investimentos federais no município. Dessa forma o prefeito passou a ser indicado pelos militares que presidiam o país, ao contrário dos outros municípios brasileiros mesmo estando o país em regime ditatorial. No início da década de 1980, a cidade passa a ser palco de grandes manifestações pela abertura democrática e contra a instalação das usinas

³³ Cabe mencionar outros empreendimentos importantes para a dinâmica de trabalho no local, como o Porto de Angra (1920-1928), o Estaleiro Naval (1959) e o Terminal Petrolífero (1974-1977). Para mais informações consultar Ribeiro (2007).

nucleares, herança dos militares. Há uma mobilização que junta os trabalhadores rurais³⁴, o movimento cultural através do teatro e pela defesa do patrimônio edificado da cidade que vinha sendo demolido, o movimento ambientalista contra as usinas, tudo isso com um forte componente político pedindo eleições diretas.

A SAPÊ, Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, fundada em 1983 é fruto desse momento de efervescência política, quando Angra dos Reis foi palco de grandes manifestações contra o Programa Nuclear Brasileiro e pela abertura democrática. Em parceria com outros movimentos sociais, a SAPÊ, apoiou a criação de unidades de conservação (UC) na região (dentre elas a Reserva Biológica da Praia do Sul) como forma de barrar a especulação imobiliária, a privatização de espaços públicos e os impactos causados pelas grandes obras.

Esse breve exercício de “escalaridade” espacial e temporal busca contextualizar “o povo do Aventureiro”, numa ilha, num município, num continente colonizado, repleto de contradições socioambientais, reflexo dos mais de quinhentos anos de inserção no “sistema-mundo patriarcal-capitalista-colonial-europeu” (Grosfoguel, 2008, p. 125)³⁵. As questões que se almejam discutir relacionadas ao Aventureiro dialogam diretamente com esse sistema que reproduz certos valores e visões de mundo.

O próximo capítulo trata do processo de criação das unidades de conservação que impactaram diretamente a vida da comunidade do Aventureiro, a Reserva Biológica da Praia do Sul e a posterior desafetação da área em que está a comunidade e sua recategorização como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

³⁴Em 1974 toda a área da Rio-Santos é declarada como área prioritária para reforma agrária, 6 meses depois ela é declarada com Zona Prioritária de Interesse Turístico, estando o INCRA subordinado à EMBRATUR. Fonte: Ribeiro, p. 57, 2007).

³⁵ A proposta do “sistema-mundo” trabalhada pelos autores de(s)coloniais busca enfatizar que o fim do colonialismo, não representou o fim da “colonialidade” na dimensão econômica, epistemológica e ontológica.

CAPÍTULO 2: OS IMPACTOS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA VIDA DOS MORADORES DO AVENTUREIRO

A produção do espaço no Aventureiro na Ilha Grande (RJ) desde 1981 tem gerado conflitos entre o espaço concebido pelo Estado em contrapartida ao espaço vivido e percebido pela comunidade. Considerando que o espaço não existe em “si mesmo”, a não ser no estado de primeira natureza, mas que ele é produzido socialmente, Henri Lefebvre (apud Schmid, 2012) parte de um conceito relacional de espaço e tempo. Segundo essa perspectiva esses conceitos só podem ser entendidos como integrantes da prática social, ou produtos sociais, eles seriam “resultado” e “pré condição” da produção da sociedade, dessa forma, “espaço e tempo não são apenas relacionais mas fundamentalmente históricos” (Idem, p. 91).

Lefebvre (apud Ribeiro, 2017) propõe a análise espacial a partir de tríades, seja pelo corpo: percebido, concebido, vivido e sua projeção no espaço: prática espacial, representação do espaço, espaço de representação ou em sua materialização: forma, função e estrutura. Essas diferentes perspectivas não podem ser analisadas de forma separada, segundo Schmid (Idem):

O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo (p. 106).

No Aventureiro, a relação estabelecida entre o Estado e os moradores gerou uma situação de constante desconfiança com relação a tudo que venha dele. Em 1981, a área em que vivia uma vila de pescadores e agricultores, foi transformada em Reserva Biológica junto com mais três praias adjacentes, numa ação apoiada pelo movimento ambientalista para frear um processo de especulação imobiliária intenso na região, após a abertura da Rodovia Rio-

Santos na década de 1970. Entretanto, a representação do espaço concebida na criação da Reserva Biológica ignorou as práticas espaciais existentes e os espaços de representação daquele grupo social que já habitava aquela região.

A presença da Reserva Biológica Praia do Sul marcou a história do Aventureiro. Pesquisadores do Aventureiro (Costa 2004, Souza 2013, Ferreira 2010) destacam o estado de incerteza no qual a comunidade viveu durante todo o período de conflito com a ReBio da Praia do Sul. Janaína Souza, aborda a sensação de viver num lugar “indefinido e incerto” (p. 48) e seus impactos na própria construção da identidade caíçara, que tem como um de seus alicerces o território. Helena Catão Ferreira diz que “de agricultores-pescadores passaram a criminosos ambientais, por habitarem uma terra interdita” (p. 239). Costa trata da contradição na qual o Estado criminaliza certos grupos, e posteriormente cria mecanismos de proteção, para essa mesma minoria.

Durante a minha estadia com a comunidade para realização dessa pesquisa, dois aspectos ficaram mais evidentes com relação a reserva: por um lado há a percepção de que ela foi fundamental na preservação ambiental do lugar e na proteção da comunidade diante da especulação imobiliária, por outro ela também foi sinônimo de ameaças de expulsão, multas, restrições e controle. Os órgãos ambientais, enquanto representantes do Estado, se tornaram importantes figuras de poder afetando a vida dos moradores do Aventureiro. Seja com relação as práticas “tradicionais” características do modo de vida “caíçara” ou na exploração do turismo, a vida dos moradores do Aventureiro vem sendo objeto de normatizações impostas de fora para dentro que diminuem o protagonismo da comunidade na gestão de seu território.

2.1 ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL: IDEOLOGIAS IMPORTADAS E O SURGIMENTO DO SOCIOAMBIENTALISMO

A criação de áreas protegidas no Brasil é fruto de uma política com menos de 100 anos de existência. O Código Florestal (Decreto nº 23.793 de 23 de fevereiro de 1934) foi o primeiro instrumento jurídico da política ambiental brasileira que classificou algumas categorias de unidades de conservação como: parques, florestas nacionais, florestas protegidas e as zonas de preservação em propriedades privadas. Para entender o que são as áreas protegidas, bem como sua relevância e significado, Henyo Trindade Barreto Filho (2014) chama a atenção da necessidade de compreensão dos conceitos específicos de sociedade, cultura e natureza e das relações entre estas, além das propriedades genéricas do meio ambiente biofísico e de determinados modos de vida e expressões culturais. Desenvolve a ideia de áreas protegidas como “artefatos”, produtos da atividade humana deliberada,

intencional e consciente, observando que a alta diversidade das florestas tropicais é resultante de uma longa história cultural, de atividades de cultivo e manejo por populações pretéritas.

As primeiras Unidades de Conservação criadas no Brasil foram os parques nacionais de Itatiaia (1937), da Serra dos Órgãos (1939) e o de Foz do Iguaçu (1939). Estes parques refletiam a ideologia preservacionista de lugares com grande beleza cênica, preservados para usufruto das populações urbanas. Conforme o trabalho de Antônio Carlos Diegues (2001) aponta, o Brasil, assim como outros países “periféricos”³⁶, importou o modelo dos Estados Unidos, no qual prevalecia a ideia destas áreas como ilhas de preservação isoladas do ambiente urbano-industrial das cidades, aonde estes cidadãos citadinos pudessem apreciar a beleza cênica da paisagem.

Esta visão dicotômica entre “ser humano” e “natureza”, fruto de uma construção racionalista ocidental, no qual a natureza é vista como exótica e selvagem, pressupunha um vazio “demográfico” nestas áreas preservadas, associada à ideia de “natureza intocada”. Outra limitação desta política era se ater apenas a critérios estéticos, ignorando biomas fundamentais para biodiversidade por não serem atrativos enquanto beleza cênica, o que começou a ser revisto.

Elizabeth Kempf (1993 apud Diegues, 2001, p. 27) chama atenção que o primeiro parque nacional do mundo, criado em 1872, o Yellowstone nos EUA não foi criado em região “vazia”, “mas em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock” (Ibidem, p. 27), que não teriam deixado a área de maneira espontânea. Henry Trindade Barreto Filho (2001) “demonstra como as primeiras motivações para a instauração do Parque Nacional de Yellowstone (...) relacionaram-se primordialmente com a exploração turística e não com a preservação da natureza” (apud Costa, 2004, p. 46). Segundo este autor, a gênese do turismo de massa e do ambientalismo são concomitantes.

No Brasil, há um impulso na criação de áreas protegidas entre a década de 1970 e 1990, associado a uma preocupação mundial com a rápida devastação das florestas, a disponibilidade de fundos internacionais e a possibilidade de geração de renda pelo turismo através dos parques. O Programa Nacional das Nações Unidas (PNUMA) recomenda que 10% da área do globo seja transformada em área protegida (PNUMA, 1989 apud Diegues, 2001, p. 17). Dentro dessa recomendação, as categorias de unidades de conservação tidas como “prioritárias” eram justamente aquelas que proíbem a presença de pessoas em seu interior, como os “Parques, Reservas Biológicas e Estação Ecológicas” (Ibidem, p.17).

³⁶ A partir da perspectiva de que Europa e EUA seriam o centro do mundo. Os estudos decoloniais vem contestando essa naturalização. Diegues usa o termo “Terceiro Mundo”.

Segundo o antropólogo Paul Little: “No período de quinze anos, de 1975 a 1989, foram criados no Brasil dezessete parques nacionais, 21 estações ecológicas e 22 reservas Biológicas, o que produziu o quadruplicamento da área total de Unidades de Conservação de Uso Indireto no país” (Little, 2004, p. 273). As UC de Uso Indireto hoje classificadas como de “Proteção Integral” são aquelas citadas acima que “não permitem a presença de populações humanas dentro de seus territórios” (Ibidem, p. 273).

A perspectiva socioambientalista surge a partir da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito à terra e aos recursos naturais junto com ambientalistas “para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental” (Diegues, 2001, p. 38). Diegues chama atenção para uma mudança de paradigma a partir dos anos 1960 resultado dos movimentos estudantis de 1968 nos Estados Unidos e na Europa, dentro de uma perspectiva mais alinhada ao pensamento ecológico. Dentre as bandeiras deste movimento a luta antinuclear unificou diversas formas de ecologismo.

No ano 2000, foi promulgada a lei 9.985 que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), após oito anos de tramitação no Congresso Nacional. Henyo Trindade Barreto Filho destaca que “Um dos principais motivos para essa delonga foram os acirrados debates em torno da possibilidade de reclassificação das unidades de conservação de proteção integral já criadas, mas que tivessem pessoas residindo em seu interior” (2006, p. 135). O SNUC foi construído com ampla participação social, fruto do processo de redemocratização que o país estava vivendo. O Sistema “estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Art 1º, Lei nº 9.985/2000, BRASIL). O SNUC mantém a divisão das unidades de conservação com relação à presença de moradores em seu interior, substituindo o termo “uso indireto” para “Proteção Integral” e “uso direto” para “Uso Sustentável”.

As diversas categorias de UC estão agrupadas segundo este critério: Proteção Integral e Uso Sustentável. De acordo a Lei nº 9.985/2000, as Unidades de Proteção Integral estão divididas nas seguintes categorias:

- I - Estação Ecológica;
- II - Reserva Biológica;
- III - Parque Nacional;
- IV - Monumento Natural;
- V - Refúgio de Vida Silvestre

Já o grupo das UCs de Uso Sustentável é composto por:

- I - Área de Proteção Ambiental;
- II - Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III - Floresta Nacional;
- IV - Reserva Extrativista;
- V - Reserva de Fauna;
- VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e
- VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural

A lei do SNUC incorporou o termo “populações tradicionais”, sendo um de seus objetivos “proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente” (Art 4º, Inciso XIII, Lei 9.985/2000, BRASIL). Segundo Diegues (2016), entretanto, os direitos destes grupos “não foram assegurados nas unidades de proteção integral” (p.08), considerando os inúmeros casos de populações ocupando estas áreas. De acordo com o seu artigo 42:

As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. (Regulamento)

§ 1º O Poder Público, por meio do órgão competente, priorizará o reassentamento das populações tradicionais a serem realocadas.

§ 2º Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.

Em 1995, a Lei Estadual nº 2.393/1995, promulgada pelo então governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, assegurava direitos às populações residentes por mais de cinco décadas em unidades de conservação. O SNUC passou a prever a necessidade de realização de consulta pública como uma etapa necessária para criação de unidades de conservação, com exceção das Estação Ecológicas e da Reserva Biológica.

A criação da categoria RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável no SNUC envolveu uma grande discussão com relação às comunidades tradicionais. A primeira RDS criada no Brasil foi em 1996 no estado do Amazonas, a Reserva do Mamirauá. Esta é decorrente de uma série de conflitos entre a população tradicional residente dentro de uma Estação Ecológica (unidade de proteção integral). O artigo 20 da lei do SNUC define a categoria RDS como:

(...) uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL).

Todas as unidades de conservação da Ilha Grande são anteriores à lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com exceção da RDS do Aventureiro. Atualmente existem quatro unidades de conservação na Ilha, todas em âmbito estadual, sob gestão do Instituto Estadual do Ambiental (INEA). Duas delas são de uso sustentável: a Área de Proteção Ambiental de Tamoios³⁷, criada em 1986, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro³⁸, criada em 2014, e duas de proteção integral: Parque Estadual da Ilha Grande³⁹, criado em 1971 e ampliado em 2007, e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul⁴⁰ (RBPS), de 1981. Além das UCs na Ilha Grande, o município de Angra dos Reis tem outras seis unidades e uma reserva indígena, conformando um mosaico de áreas protegidas, como pode ser visto na Figura 8.

2.2 A CRIAÇÃO DA RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL E OS CONFLITOS DECORRENTES

A criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBPS) na década de 1980 é fruto da militância de ambientalistas e da equipe técnica que compunha a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), órgão ligado ao governo do estado do RJ.

Naquele contexto, década de 1970-80, paralelo à abertura da Rodovia Rio-Santos começou a ser esboçado o projeto “Turis”, idealizado pela EMBRATUR, que não chegou a se consolidar por falta de recursos, mas que em linhas gerais traçava um modelo de desenvolvimento para turismo na região, com foco em empreendimentos de luxo. De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho que coordenou o processo de “recategorização” no Aventureiro, indiretamente o projeto “Turis” estimulou a criação do Parque da Ilha Grande em 1971.

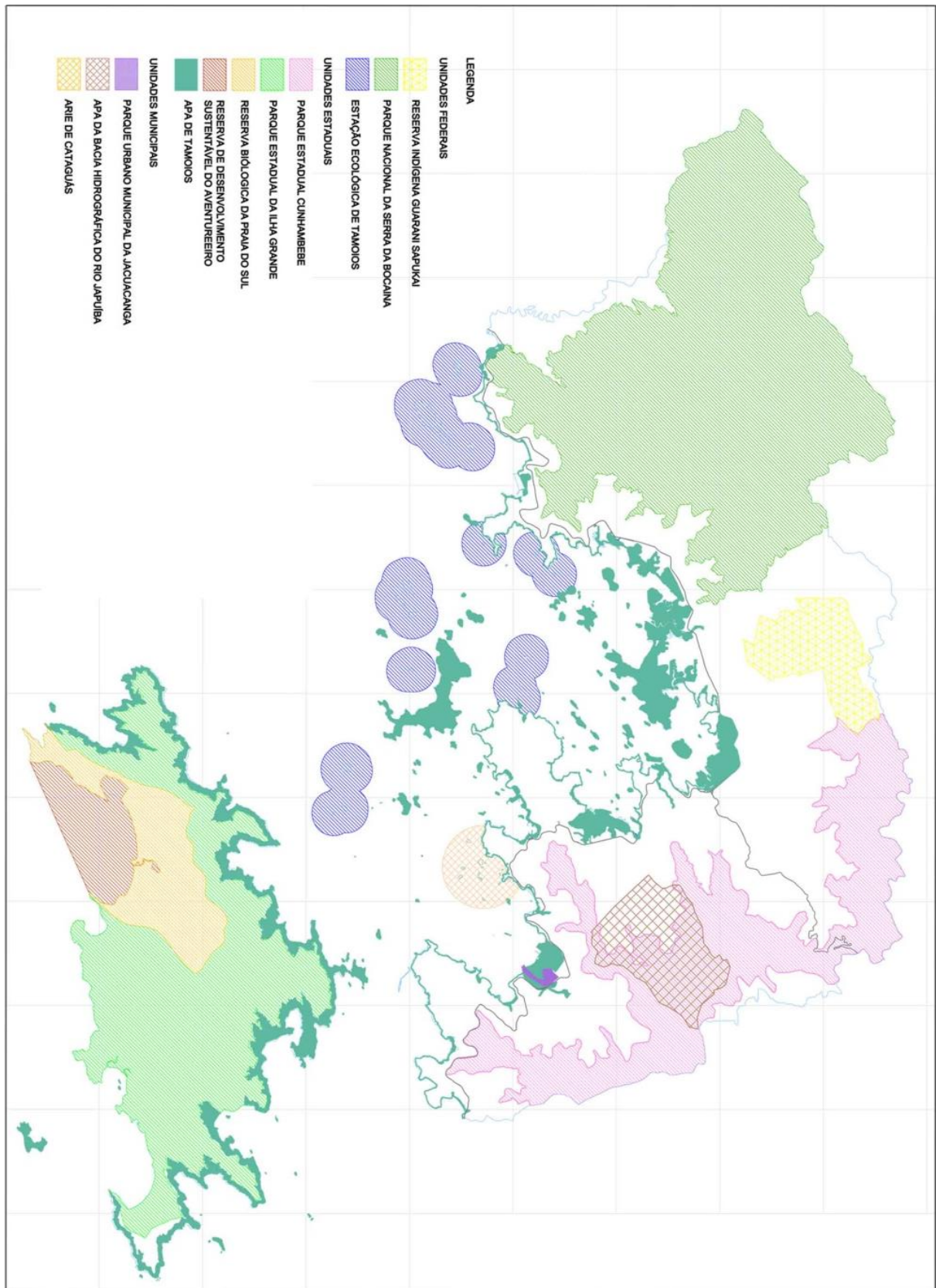
³⁷ Criada pelo Decreto Estadual nº 9.452, de 05 de dezembro de 1982

³⁸ Criada pela Lei Estadual nº 6.973 de 28/ de maio de 2014, incorporando a área do Parque Estadual Marinho do Aventureiro (Decreto Estadual nº 15.983, de 27 de novembro de 1990).

³⁹ Criado pelo Decreto Estadual nº. 15.273 de 28 de junho de 1971 e ampliado de 5.594 ha para 12.052 ha com a assinatura do Decreto Estadual nº 40.602 de 02 de fevereiro de 2007.

⁴⁰ Criada pelo Decreto Estadual nº. 4.972, de 02 de dezembro de 1981 cujos limites foram alterados com a criação da RDS do Aventureiro em 2014

Figura 8: Mapa com as unidades de conservação do município de Angra dos Reis (RJ)



Fonte: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis *apud* Ribeiro, I. 2017, p. 101

Estava se desenhando um modelo de turismo para a Ilha Grande que previa a instalação de resorts, pistas de pouso, hotéis de luxo, que deveriam se localizar nas praias enquanto que os morros estariam preservados pelo Parque Estadual da Ilha Grande. Nesta proposta as praias do Sul e do Leste são apontadas como áreas de interesse. O relatório do GT do INEA (2010) aponta que além da falta de recursos financeiros do Estado, o não fechamento do presídio da Ilha Grande teria sido um empecilho para concretizar o projeto.

Em 1978, técnicos da FEEMA começam a discutir e elaborar uma proposta de área protegida que abrangesse os anfiteatros das praias do Sul e do Leste, além das praias localizadas nesta enseada, praia do Demo e Aventureiro. O sentido de urgência de preservação dessa área estava justificado pelas constantes investidas de empreendimentos imobiliários interessados em explorar a região. Em 1975, é criada a Sociedade de Moradores e Amigos da Ilha Grande, com intuito de se organizar frente à pressão do capital imobiliário. Em julho de 1981, os técnicos da FEEMA teriam apresentado a proposta de criação da Reserva para moradores da região. O relatório do GT (INEA, 2010) afirma que o estopim para a criação da Reserva teria sido o início de um empreendimento com a abertura de uma estrada que ligava a praia da Longa (situada na face da ilha virada para o continente) com a praia do Sul. Além disso, um trator trazido de barco estaria abrindo uma faixa na restinga na praia do Leste. O empresário que se dizia dono da área ao saber da intenção de criação da reserva teria ligado para o presidente da FEEMA “ameaçando-o e proferindo palavras de baixo calão” (INEA, 2010, p. 23). O presidente, que estava relutante em tomar tal decisão, determinou a criação imediata da Reserva e o embargo do empreendimento. O Decreto nº 4.972 de 02 de dezembro de 1981 foi assinado pelo então governador do Rio de Janeiro, Antônio de Pádua Chagas Freitas.

Cabe ressaltar que houve uma grande mobilização de ambientalistas para sensibilizar o governador sobre a importância da Reserva. Esta mobilização teria sido liderada pelos técnicos da FEEMA Alceo Magnanini e Norma Crud Maciel.

O Relatório (INEA, 2010) afirma que, nos anos seguintes a criação da Reserva, novas estradas voltaram a ser construídas, assim como o plantio de coqueiros na praia do Leste para caracterizá-la como propriedade, todas iniciativas embargadas por agentes da FEEMA. Foram contratados nesse momento um inspetor e três guardas-florestais para cuidar da Reserva, todos moradores do Aventureiro.

Em 1990, foi criado o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA), abrigando toda a parte marítima da enseada da Praia do Sul. Embora a categoria “parque” esteja

classificada no SNUC como uma Unidade de Proteção Integral, cujo objetivo básico “é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, (...)” (Art. 7º, §1º, Lei. 9985/2000, BRASIL, grifo meu), o decreto que instituiu o PEMA do Aventureiro permitia a pesca artesanal⁴¹. Se a RBPS tinha a intenção de retirar a comunidade do Aventureiro, por que criar um parque que permita a pesca artesanal para a subsistência dos moradores do Aventureiro? Este fato expõe as contradições internas quanto a esse tema. O PEMA não teve instrumento de gestão elaborado, como por exemplo o Plano de Manejo, se constituindo segundo análise de Teresa Mendonça (2010) numa UC apenas “de papel”⁴² (p.122).

Após o fechamento do presídio, em 1994, novas tentativas de abertura de estradas no interior da Reserva com finalidade de construção de hotel foram embargadas por agentes da FEEMA (INEA, 2010).

É importante destacar que a categoria “Reserva Biológica” é uma das mais restritivas do SNUC:

Art. 10. A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

§ 1º A Reserva Biológica é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (Lei 9.985/2000, BRASIL, grifo meu).

Ao contrário dos parques que apesar de pertencerem ao grupo das UC's de proteção integral permitem visitação, a reserva biológica é voltada apenas para pesquisas aprovadas pelo órgão gestor. Qualquer pessoa que queira passar pela reserva necessita de autorização prévia. Assim como os parques, esta categoria não seria compatível com a presença de moradores em seu interior.

⁴¹ Art. 3º - No Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficam vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer atividade potencialmente poluidora. Parágrafo único - Sob controle e fiscalização da FEEMA, será permitida a pesca artesanal (Decreto Estadual nº 15.983, de 27 de novembro de 1990, grifo meu).

⁴² A autora apresenta o descompasso entre a criação de UCs e sua efetiva implementação.

De acordo com Helena Catão Ferreira (2004), assim que criada a Reserva foi decidido que os moradores do Aventureiro seriam transferidos para Angra dos Reis. Esta autora cita que um ex-técnico da FEEMA alegou que 90% dos moradores tinham interesse em ir embora devido às dificuldades em se viver no local, sobretudo pelo isolamento e falta de serviços básicos. Entretanto, quando já estava tudo “certo” houve uma mudança interna no órgão e a nova equipe que passou a gerir a Reserva, com outra visão, defendeu a permanência da comunidade.

Estudo publicado em 1984, elaborado por duas técnicas da FEEMA (Vilaça e Maia, 2006), ao fazerem uma descrição minuciosa do modo de vida daquela comunidade, defende a permanência da comunidade alegando que a sua retirada seria um ato “etnocida”. Dessa forma, o estudo sugere que seja criada outra unidade de conservação, na praia do Aventureiro, compatível com a presença dos moradores. O Plano Diretor da Reserva elaborado, em 1985, e aprovado internamente na FEEMA acata a sugestão do estudo que propõe a permanência da comunidade do Aventureiro, “de modo a compatibilizar os diferentes usos dos recursos naturais locais com os propósitos da Reserva” (INEA, 2010, p.25), entretanto o mesmo não foi publicado em Diário Oficial do Estado.

A presença da Reserva aos poucos foi restringindo práticas importantes para o modo de vida caiçara da comunidade, como a agricultura de *coivara*⁴³, a caça e a pesca nas lagoas das praias do Sul e do Leste. Embora a comunidade esteja concentrada em uma praia, antes da criação da Reserva toda a enseada do Aventureiro era parte do ambiente pelo qual eles transitavam e extraíam recursos para sua subsistência. Aos poucos a comunidade foi conhecendo as restrições que estar dentro de uma Reserva Biológica impunha. Conforme a literatura sobre o Aventureiro aponta (Ferreira, 2004; Costa, 2010), as divisões internas sobre diferentes visões no campo do ambientalismo dentro do órgão gestor, a FEEMA, trouxe posturas ambíguas com relação a comunidade.

(...) os técnicos da FEEMA passaram a aceitar certas condutas como se fizessem parte de um suposto conjunto de práticas tidas como “tradicionais”, ou que fizessem parte de uma “cultura caiçara”, que estariam calcadas em estereótipos, como as casas de sapê, as roças de subsistência e a pesca de pequena escala (Costa, 2010, p. 116).

⁴³ Segundo Rogério de Oliveira e Ana Luíza Coelho Neto este sistema de plantio consiste em abandono da área utilizada após três anos e meio, quando ocorre perda de produtividade, deixando o terreno em pousio por um período de quatro a cinco anos, processando-se no local uma sucessão ecológica. Após esse período a capoeira emergente pode ser queimada e derrubada para novo plantio (2006, p. 47).

A partir de 1994, ano do fechamento do presídio da Ilha Grande, a comunidade passa a receber turistas, que chegam a cada dia em maior número. Esta mudança socioeconômica gerada pelo turismo impacta na visão dos ambientalistas e técnicos sobre a vida dos moradores do Aventureiro. Conforme Gustavo Costa (2004, 2008) desenvolve, além de uma ideia de “engessamento cultural” defendida por aqueles que alegam que o turismo gerou um processo de descaracterização cultural, há uma perspectiva de “engessamento de classe” que condena as melhoras econômicas proporcionadas pela atividade.

Em 2000, com a promulgação da Lei do SNUC, foi aberto um inquérito civil público junto à procuradoria geral do Estado, solicitando o remanejamento da população do Aventureiro para o continente, sob a alegação de que com a chegada do turismo a comunidade havia abandonado seu modo de vida “tradicional” (Costa, 2008, p. 168). Segundo o discurso do ambientalista Gerhard Sardo, responsável pela abertura do inquérito através da APEDEMA⁴⁴:

(...) essa cultura não existe mais, que seria a pesca de subsistência e toda uma série de atividades que antes eram vistas lá e que não são mais identificadas (...) porque hoje, esta comunidade do Aventureiro, infelizmente, se tornou um fator gerador de destruição, de turismo predatório do ambiente natural (...) o pescador tradicional não pode atrair milhares de turistas, na base de 4 a 5 mil a cada verão, a cada carnaval, numa praia que tem por volta de 200 habitantes (Sardo apud Idem, p. 168).

Em entrevista realizada com o autor do inquérito, o mesmo afirma que esta ação teria um cunho de:

"terrorismo psicológico", pois segundo seu discurso os moradores não saberiam que "a lei é fraca" e que eles, na verdade, não seriam remanejados e que, mesmo a FEEMA teria "se mexido mais no sentido de resguardar a Reserva Biológica", e, destacando a importância de sua ação afirma "o quanto é importante provocar a reação da comunidade, mesmo que por um fator de repressão externa, ela está se voltando para os seus direitos e, conseqüentemente, se articulando com o próprio Governo do Estado (Costa, 2004, p. 65).

Como resultado do inquérito, vistorias na praia do Aventureiro, no ano 2000, geraram uma série de multas ambientais. Costa (2008) também menciona que neste ano houve a primeira tentativa de estabelecer um limite para o turismo. No ano 2000, foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV), instituição que foi fundamental na medida em que o conflito tomou contornos jurídicos. Costa (2004) destaca que o

⁴⁴ Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente.

surgimento da AMAV representa uma forma de organização que se instaura de fora para dentro:

Todos os moradores, em geral, reclamaram que a AMAV "não faz nada", que é "muito devagar", sinalizando a ideia de que essa forma de associação foi imposta "de fora", não sendo uma forma "nativa" (...). Ou seja, esta forma de associação prevê uma participação constante da população para alcançar seus objetivos, aumentando a coesão do grupo, mas em muitas entrevistas a figura do presidente da AMAV é mais a de um "detentor de cargo", executor solitário de todas as reivindicações da população, fora do alcance dos demais, no mesmo sentido do imaginário que operaria no "senso comum", a respeito de outro cargo político qualquer, como de um vereador, deputado e assim por diante (Costa, 2004, p. 28).

A AMAV é criada a partir deste momento de tensão, buscando defender os interesses da comunidade diante das pressões que vinha sofrendo. Foi a partir dela que a comunidade passou a dialogar no âmbito jurídico e se posicionar. Conforme será visto ao longo do trabalho, a Associação passou a desempenhar um papel importante na organização do turismo, a partir de 2006, e no ordenamento territorial, apoiando a criação da RDS.

Em 2002, o Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a lei do SNUC (Lei nº 9.985/2000), em seu capítulo IX "Reassentamento de populações tradicionais", artigo 39 dizia que "Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termos de compromisso". Neste mesmo ano, foi assinado o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental) da Ilha Grande para resolver problemas de "degradação ambiental" que a ilha vinha sofrendo.

No ano seguinte em 2003, houve uma operação de policiais militares no Carnaval, considerada ilegal pela própria polícia militar. Ocorrendo uma mobilização de pessoas em favor da comunidade no palácio na Guanabara.

Em 2006, durante o carnaval, a Prefeitura em parceria com a FEEMA e a Polícia Militar, realizou a operação "Angra Legal"⁴⁵ (Figura 9) que retirou turistas que estavam acampados na praia do Aventureiro, uma vez que todos os campings eram considerados ilegais. Embora a operação não fosse restrita à praia do Aventureiro, ela se tornou o principal alvo. Segundo análise de Costa (2008), este fato representou: "o fim do acordo tácito entre moradores

⁴⁵ Helena Ferreira (2010) relata que a AMAV havia estabelecido um limite com a Prefeitura de 1.028 visitantes para o carnaval e uma semana antes a Prefeitura alegou que não poderia haver ninguém por conta de determinação do MPE. Os moradores com seus advogados conseguiram uma liminar autorizando o camping, mas que foi caçada durante o Carnaval. Este episódio ficou marcado pelo uso ostensivo da força pela polícia militar, que chegou a mobilizar um helicóptero só para jogar "cassetetes" (Para mais detalhes consultar páginas 208-209).

e a FEEMA, forjado aos poucos na vida cotidiana, desde o ano de criação da REBIO, em 1981” (p. 41).

Figura 9: Força tarefa no carnaval de 2006.



Fonte: Acervo SAPÊ, doação de um turista.

Gustavo Costa (2008) em sua tese demonstrou que esse fato reforçou a crença no poder do Estado, através da eficácia da remoção dos turistas e da ameaça de multas e punições. Além de trazerem à tona a remoção da população, “seja por meios legais ou pela asfixia econômica, pois sem o turismo a população ficou sem sua única atividade econômica significativa do presente, no ano de 2006” (p. 42). O autor destaca as estratégias de sobrevivência adotadas após o desemprego gerado pela operação: alguns moradores passaram a adaptar cômodos de suas casas em suítes para turistas, houve um êxodo de moradores em busca de trabalho na cidade, além do retorno para a atividade da pesca.

A SAPÊ, Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, defendeu a criação da RBPS na década de 1980; apoiou a comunidade no ano 2000, questionando dentro da APEDEMA⁴⁶ a abertura do primeiro inquérito civil; e, em 2006, deu suporte para a abertura de um segundo

⁴⁶ A SAPÊ fazia parte da APEDEMA e questionou dentro da entidade a abertura do inquérito.

inquérito civil junto ao Ministério Público Estadual pela AMAV. A SAPÊ foi importante no processo de orientar a comunidade sobre os seus direitos à permanência em seu território, considerando a legislação ambiental (Lei Estadual nº 2.393/95) que reconhece o direito real uso de populações nativas residentes há mais de 50 anos em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro. Tiveram diversas reuniões entre integrantes da SAPÊ e os moradores do Aventureiro neste ano, tanto no centro de Angra dos Reis, quanto no Aventureiro para prestar esclarecimentos para a comunidade (Figura 10 e Figura 11).

Figura 10: Reunião realizada na sede do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Angra dos Reis em março de 2006.



Fonte: Acervo SAPÊ, 2006.

Foi a partir desta articulação que foi instaurado um segundo inquérito civil, a partir do Ministério Público Estadual, cobrando a resolução da questão do Aventureiro. De acordo com a Portaria nº 581 de 2006:

INSTAURO o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro, haja vista a existência de processo de desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, situada na Ilha Grande, Angra dos Reis, bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente

habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente.

Figura 11: Reunião no coreto em julho de 2006 com a SAPÊ, destaca-se a presença do Luís sentado à esquerda, Paulo, sua mãe Tia Vera e Leninha.



Fonte: Acervo SAPÊ, 2006.

De acordo com o Inquérito Civil instaurado em março de 2006, já havia um processo em curso dentro da FEEMA (Processo nº E-07.200.567/04) que dispunha sobre a alteração de limites da REBIO, incluindo a desafetação da Comunidade do Aventureiro da área da Reserva.

Neste ano (2006), foi realizada a primeira edição do “Cinebola Caiçara” pela SAPÊ em parceria com a cineasta Cecília Lang. O evento consistia em oficinas de audiovisual, exibição de filmes (Figura 13) e torneio de futebol (Figura 12). A oficina de audiovisual teve como produto a gravação do documentário “Vida Bonita” em parceria com os moradores do Aventureiro. Foi um momento em que a comunidade estava bastante fragilizada devido à proibição do turismo.

Em 29 de dezembro de 2006, foi firmado um acordo (termo de compromisso) entre a Prefeitura de Angra dos Reis, a FEEMA e a Associação de Moradores do Aventureiro (AMAV) “permitindo a prática dos campings e pedindo a recategorização da praia do Aventureiro, para

outra unidade de conservação compatível com o turismo e com os anseios da população local” (Costa, 2008, p. 153). Este é um momento de virada, quando o Ministério Público Estadual se posiciona a favor da comunidade cobrando a resolução da questão.

Figura 12: Encontro com o cinema caiçara em 2006, futebol feminino.



Fonte: Acervo SAPÊ, 2006.

Figura 13: Coreto cheio para exibição de filmes à noite.



Fonte: Acervo SAPÊ, 2006.

O ordenamento do turismo, a partir do termo de compromisso firmado, apaziguou por algum tempo as relações da comunidade do Aventureiro com o órgão gestor da RBPS⁴⁷ e com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, que teve participação importante nas operações de fiscalização que coibiram o turismo e antecederam a negociação do Termo de compromisso. Ao mesmo tempo, a demanda pela recategorização da Unidade – que resolveria de uma vez por todas a inconformidade entre a categoria “reserva biológica” e comunidade tradicional – foi se avolumando. Mudanças políticas na gestão estadual favoreceram o início do processo de recategorização, agora já sob condução do INEA e não mais da FEEMA

2.3 O DESGASTANTE PROCESSO DE CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO

A notícia de que teria início o processo de recategorização do Aventureiro, embora de certa forma fosse desejada pela população, trouxe uma inquietação, pois representava mais uma mudança proposta pelo Estado (Ferreira, 2010, p. 213).

No dia 16 de janeiro de 2008, foi realizada a primeira reunião no Aventureiro que daria início à recategorização da Reserva Biológica, com a exclusão da área da praia do Aventureiro da RBPS e a criação de uma Unidade de Conservação compatível com a comunidade. A Portaria nº 581 resultante do Inquérito Civil de 2006, impetrado pela AMAV com apoio da SAPÊ, apontava a necessidade da criação de uma UC ao mesmo tempo em que a área da praia do Aventureiro fosse desafetada de modo a resguardar os interesses da “Comunidade Caiçara que lá habita” (INEA, 2010, Anexo XII).

Formou-se um Grupo de Trabalho, através da Resolução nº 057 de 09 de Abril de 2008 da Secretaria Estadual do Ambiente (SEA) que deveria apresentar uma proposta ao Secretário do Estado de Ambiente num prazo de 180 dias. Foi construído um sentido de urgência para realização do processo, motivado pelo temor de que uma mudança de governo poderia colocar tudo a perder, fazendo “com que a maioria dos membros do GT tivesse uma ideia simplificada da questão” (Ferreira, 2010, p. 218).

⁴⁷ Até 2007, o órgão gestor da RBPS era a FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, responsável por sua criação. Em 2007, uma reestruturação da área ambiental do estado do Rio de Janeiro extinguiu a FEEMA e criou o INEA – Instituto Estadual do Ambiente, hoje o órgão gestor por todas as unidades de conservação estaduais.

Segundo Julieta Freschi, que secretariou os trabalhos da SEA durante o processo de recategorização da comunidade do Aventureiro na Ilha Grande-RJ: “Ao mesmo tempo em que alguns moradores aceitaram de pronto a ideia de recategorização, discutindo apenas qual das categorias consideravam adequada, outros *ficaram o tempo todo perplexos*” (Ferreira, 2010, p. 214, grifo meu). O seu relato expressa bem a relação dos moradores com o Estado: “*ficaram o tempo todo perplexos*”.

As discussões em torno da recategorização geraram polarizações tanto dentro da comunidade quanto dentro do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)⁴⁸. No Aventureiro o impasse com relação à “venda” da terra foi o grande divisor de águas, além da questão de permanecer sob a tutela de uma Unidade de Conservação. Os servidores que participaram da idealização da RBPS na década de 1980 achavam que a recategorização “era absurda”:

(...) pois estaria se institucionalizando uma situação totalmente inadequada na visão deles: a de pessoas vivendo associadas a uma reserva biológica, *que é um lugar para bicho e planta e não para gente, que já tem o resto do mundo para ficar e não precisa ficar em uma reserva biológica*, como disse um antigo servidor dos órgãos estaduais ambientais (Ferreira, 2010, p. 213).

Frente a esse cenário de polarizações e a “falta de tempo” diversos atropelos aconteceram no processo. Em um primeiro momento foram apresentadas as possibilidades de Unidades de Conservação possíveis para a recategorização. Dentro das UC’s de Uso Sustentável, 03 categorias foram estudadas no processo de recategorização: APA (Área de Proteção Ambiental), Resex (Reserva Extrativista) e RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável).

Vale mencionar que toda a orla marítima do município de Angra dos Reis e todas as ilhas fazem parte de uma Área de Proteção Ambiental, a APA Tamoios, UC estadual de uso sustentável criada em 1982 e composta por duas partes: Continental e Insular. Dessa forma a exclusão do Aventureiro da área da RBPS faria com que automaticamente esta área fosse regida pelas regras da APA Tamoios. Mas essa possibilidade logo foi vetada dentro do INEA, embora a lei de criação da APA coloque como um dos objetivos “a proteção (...) das comunidades caiçaras integradas naquele ecossistema” (Art 1º, Decreto nº 9.452, de 05 de dezembro de 1982), na prática os interesses privados têm sido hegemônicos no zoneamento da APA.

⁴⁸ O INEA foi criado em 2007 centralizando todas as funções dos órgãos estaduais ligados ao meio ambiente e posteriormente os extinguindo, esse processo foi concluído em 2009.

Ou seja, muito provavelmente se a área adquirisse o status de APA, nem o Estado nem os moradores teriam condições de frear processos especulativos que acabariam por expulsar boa parte dos moradores do Aventureiro de seu próprio território, situação já vivenciada na maioria das comunidades da Ilha Grande e mais ainda na orla marítima do município de Angra dos Reis, todos estes abrangidos pela APA Tamoios. A gestão desta unidade de conservação, desde a sua criação, sempre foi extremamente frágil e sujeita a grande pressão dos interesses imobiliários. A fala de representantes do Estado numa reunião realizada na vila do Abraão escancara esta situação: “Com a APA vocês estão vulneráveis. Estão correndo o risco de não suportarem as ofertas”. “Vai virar lugar de gringo e vocês vão ficar só com a faxina” (Mendonça, 2010, p. 269-270).

Moradores que possuem casa em Angra dos Reis e que gostariam de vender suas propriedades no Aventureiro foram resistentes à criação da RDS e fizeram campanha para o Aventureiro ser regido pelas regras da APA, alegando que com a RDS as áreas seriam desvalorizadas conforme diálogo entre dois moradores do Aventureiro mostra: “Você quer vender sua terra por 7 mil ou 7 milhões? (a favor da APA). Como resposta: “nem por 7 mil, nem por 7 milhões, porque eu quero ficar aqui (a favor da RDS)” (Mendonça, 2010, p. 268).

Cabe ressaltar que desde a criação da RBPS, em 1981, todas aquelas áreas passaram a ser consideradas como de domínio público. A lei 9.985/2000 que instituiu o SNUC especifica em seu artigo 10, § 1º, que a Reserva Biológica “é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”. A Ilha Grande é propriedade da União e segundo informação do Relatório do GT: “o GT, em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro vem liderando as tratativas com a Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) para agilizar a cessão do uso das terras abrangidas pela RBPS. A transferência deverá se dar através de Termo de Cessão Gratuita” (p. 56).

Outros moradores, conscientes da fragilidade fundiária dos moradores do Aventureiro, que são posseiros, foram completamente contrários à APA, conforme fala do Luís, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) em 2008 e dono do camping mais próspero da praia:

Então a gente tem que botar na cabeça é isso: vamos tirar da reserva? Então vamos tirar. Se for tirar para vir uma coisa que não dê direito a virem os empresários. É a gente tirar para dar direito aos moradores, aqueles que nasceram no Aventureiro, que estão aqui envolvidos com o turismo no Aventureiro. Agora, se for para tirar da reserva e dar direito as pessoas de fora virem aqui e construir, avançar e tomar o

Aventureiro da gente, é preferível que fique na reserva e a gente fica nesse empurra-empurra. Tem que pensar bem isso aí, porque se tira para uma APA e a APA dá direito ao Oscar vir e fazer a pousada dele, ou o francês vir e tirar o lugar que está lá o Verte, e a casa da Zuleica, ou a metade da casa do Vovô, a gente não quer isso não (...). Aquele que quiser juntar vamos juntar, mas aquele que não quiser, paciência, a gente não quer mais ninguém de fora aqui no Aventureiro explorando, isso aqui está de bom tamanho!⁴⁹

A fala da liderança expõe as vulnerabilidades que a condição de APA poderia trazer para os moradores, conforme relato coletado durante o meu campo sobre a RDS:

Aqui no Aventureiro, todos nós caiçaras, sabemos que quase todo o Aventureiro é vendido. O pessoal aqui acha que já teve amnésia já esqueceram disso, mas isso aqui é tudo vendido. Então protegeu os caiçaras para não deixar essas pessoas que tem terra aqui, se não fosse isso, eu acho que já tinha bastante casa aqui (Aldianes, entrevista concedida em junho de 2018).

Aldianes, entrevistado na porta de sua casa após terminar o seu expediente de trabalho⁵⁰, é bem claro com relação à importância da RDS e a proteção fundiária que ela trouxe para a comunidade. Segundo o *caiçara*, que tinha 19 anos quando se iniciou o processo de recategorização, neste ponto ele foi a favor.

Com relação à categoria RESEX, Reserva Extrativista, segundo Helena Catão Ferreira (2010):

A categoria Resex foi examinada apenas por ser um tipo muito utilizado na Amazônia para lidar com a questão de populações tradicionais, mas foi descartada, porque as atividades principais dos moradores do Aventureiro não são e nem nunca foram as extrativistas. O extrativismo vegetal e animal sempre foi para eles um elemento importante de sua cultura, mas não aquele do qual tiravam seu sustento (p. 218).

Uma das diferenças entre a RDS e a RESEX é a questão fundiária, uma vez que na RDS a desapropriação das áreas particulares incluídas em seus limites não é obrigatória, ao contrário da RESEX no qual as terras devem ser de domínio público. A questão da posse da terra, que permaneceu inalterada com a RDS é um tema bastante controverso dentro da comunidade:

Ser dono da casa e da terra tem um significado grande para esses moradores que se sentem traídos pelo governo desde que a Secretaria do Patrimônio da União-SPU os fez assinar um documento, há anos atrás, e depois disse que eles eram apenas ocupantes e não donos. O verdadeiro resgate para eles de tudo que é percebido como

⁴⁹ Fala do presidente da associação de moradores em 16 de fevereiro de 2008 na segunda reunião da recategorização do Aventureiro. Fonte: Acervo SAPÊ.

⁵⁰ Aldianes era funcionário de uma firma terceirizada que cuida da limpeza da praia, além de possuir um camping localizado ao lado da Igreja, no centro da praia.

perdido a partir da criação da Reserva seria a obtenção da posse da terra (Ferreira, 2010, p. 80).

Este foi o principal ponto de discórdia entre os moradores do Aventureiro. Segundo relato de Vovô “Uma comunidade não queria nada disso (a RDS), queria vender. E a outra comunidade queria, para não vender nada”. Vovô foi funcionário da RBPS durante muitos anos e se aposentou em 2018.

Dentro do INEA, a RDS se apresentou como a única opção possível, e aqueles que não concordaram achavam que tudo deveria permanecer como Reserva Biológica. Já no Aventureiro, a Associação de Moradores passou a defender a RDS e houve um movimento contrário a ela, mobilizado por aqueles que tinham interesse em vender suas propriedades com valor de mercado.

De acordo com o Luís, as pessoas que gostariam de vender se uniram as pessoas que tinham comprado casas no Aventureiro e que estavam se sentindo ameaçadas com a possibilidade da RDS, pois já havia sido falado que a RDS seria apenas para os “caiçaras”. Ele resume o processo de criação da RDS:

Isso aí levou 2 anos de luta, de briga. Essa coisa da Reserva Biológica, quando saiu da reserva, foi daquela coisa que aconteceu de alguns moradores daqui ter ido para a cidade, e estava todo mundo, “ah vou para cidade, estou bem agora”. E botaram na cabeça de alguns aqui que lá na cidade era o futuro. Lá que era bom e aí conseguiram botar na cabeça de muita gente, e aí neguinho pensou, eu vendo minha casa no Aventureiro e compro na cidade. Uma meia dúzia de família queria isso, e aí vem a coisa de tirar o Aventureiro da reserva e colocar a RDS, na RDS você não pode vender as casas. Você tem que passar de pai para filho, aí isso aí irritou a galera que estava enfeitado para querer ir para Angra⁵¹ (Entrevista concedida em junho de 2018).

O auge dos desentendimentos internos foi marcado por uma eleição na Associação de Moradores do Aventureiro:

Teve votação para poder trocar de presidente da associação, porque o presidente era a favor da RDS. Aí no começo arrumaram uma chapa para botar uma pessoa que era contra, aí essa pessoa ia brigar para não ter RDS. Só que aí, poxa e agora? Aí olhamos no estatuto, essa pessoa que estava trazendo não podia ser, se eleger, porque ele não era daqui. Eu sei que houve um rolo desse daí, que na hora da votação, a turma que era a favor da RDS, foram lá quebraram a urna, rasgaram tudo, fizeram uma bagunça na hora. Aí acabou tudo, na hora acabou tudo. Gente trazendo pessoas de fora para votar, para ganhar na marra. Aí todo mundo viu que o negócio ia acontecer dessa forma, aí, já que é assim, vamos para lá na hora de começar a votação, não tem votação. Não deu porradaria, não deu nada, teve gente que saiu cuspidando fogo, mas não teve nada. Foi tudo anulado ali. Aí teve que manter o

⁵¹ Angra é sinônimo de “cidade”.

mesmo presidente, esperar 3 meses, para ter nova... Nesses 3 meses que teve isso, aí, tiveram várias reuniões do GT.

Após este episódio o grupo contrário a RDS teria se afastado das reuniões do GT. Segundo o Luís a nova presidente entrou sem votação, por uma desmobilização geral.

Alguns moradores destacaram que eles ficaram inseguros com relação às categorias apresentadas, conforme fala da moradora Vera durante uma reunião: “Então como vamos votar uma coisa que nós não sabemos ainda o que é?”⁵² Grande parte dos moradores do Aventureiro, sobretudo os mais velhos, não tiveram acesso à educação formal, tendo estudado até a 4ª série e muitas vezes a linguagem técnica das legislações referentes a cada categoria não eram acessíveis a grande parte dos moradores. Outro relato expõe a dificuldade de acesso dos moradores ao conteúdo dos debates:

Muitas palavras que o pessoal falava, a gente não entendia, que a gente não tem os estudos suficiente para entender tudo que eles falam. Então quer dizer, eles vinham, falavam e as pessoas ficavam assim: “Será que isso é bom ou não é?” (...) Não é que a gente seja burro, é porque a gente não tem o estudo que eles tem” (Fonte: Entrevistada 07, sexo feminino em 25.03.2012 apud Castro, 2013, p. 67).

Segundo Wilson Madeira Filho e Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino (2008) a relação de alguns técnicos da FEEMA com a comunidade do Aventureiro, demonstrava um sentimento de superioridade, ao se referirem aos moradores como “semi-analfabetos”, o que justificaria a falta de legitimidade da comunidade em decidir o que seria melhor para eles.

A falta de conhecimento gera desconfiança, na medida em que você depende de alguém para te explicar algo que você não pode acessar por conta própria. Esta situação mantém a ideia de “tutela” abordado por João Pacheco Oliveira Filho:

1) o tutelado não é plenamente capaz de defender, expressar ou mesmo conhecer seus reais interesses, havendo necessidade de alguém que atue ou decida em seu lugar para evitar que ele sofra ou seja lesado em consequência de atos que outros com ele concluíram; 2) o tutelado não domina plenamente os códigos da sociedade nacional, necessitando de alguém que o oriente, mostrando os modos corretos de proceder em cada situação, disciplinando os seus modos de manifestação e evitando que ele transgrida as normas e entre em choque com direitos valores ou interesses alheios (1988, p.336 apud Costa, 2004, p.42-43).

No dia 20 de junho de 2009, foi apresentada a proposta do Estado para a recategorização do Aventureiro. O GT apresentou a proposta de criação da RDS e várias polêmicas foram suscitadas nessa apresentação, dentre elas: a definição da população

⁵² Segunda reunião da recategorização do Aventureiro, 16 de fevereiro de 2008. Fonte: Acervo SAPÊ.

beneficiária, uma vez que pessoas de “fora” haviam comprado casas há cerca de um ano, mesmo que de forma ilegal; a imposição de que deveria ser RDS e não APA; a questão da posse da terra; a questão da ampliação das casas que deveria ser aprovado pelo conselho deliberativo; energia elétrica por rede ou placa solar: com a indicação que o mais adequado seria placa solar, gerando uma série de reclamações por parte dos moradores. Segundo reflexão da Julieta Freschi que secretariou o GT, em entrevista concedida em 2010:

(...) a proposta do GT foi muito maior do que o necessário e ela trazia uma contradição, pois já vinha falando de regras sobre pesca, sobre turismo, sobre extrativismo vegetal. Essas são discussões que só podem ser feitas participativamente, com a comunidade, está na lei, são regras para o plano de manejo, que devem ser definidas pelo conselho deliberativo, mas a gente tinha tanta necessidade de chegar a um consenso interno que a gente não se deu conta disso... Essa proposta, por ser extensa demais, dava margem para que se voltasse a remoer antigos traumas e não se partisse para a possibilidade de uma nova construção. Para quem estava vivendo há 30 anos debaixo do chicote, a gente chega de novo com 20 páginas prontas, reflete Julieta. A secretária-executiva do GT, em suas declarações, demonstrou que, além de secretariar, operou como uma espécie de consciência crítica do grupo: por mais que o governo estivesse bem intencionado, vem com uma proposta de uma reserva, porque o nome reserva tem um peso. APA é área de proteção ambiental, não tem o mesmo peso da palavra reserva (...). Aí, a gente vem com o bolo pronto, não fez o bolo junto, a gente só foi se dar conta disso no meio de 2009 (Ferreira, 2010, p. 225, grifo do autor).

Após essa apresentação, que gerou uma expressiva rejeição por grande parte dos moradores, foram realizadas conversas individuais e a proposta foi reapresentada de maneira mais enxuta no dia 08 de maio de 2010, com o entendimento de que certos detalhes seriam debatidos oportunamente pela comunidade na elaboração do plano de manejo da unidade. No dia 16 de junho de 2010, a Associação de Moradores encaminhou uma carta ao GT⁵³, assinada pelo então presidente Fábio dos Santos de Souza, se mostrando favorável à implantação da RDS e deu-se andamento aos trâmites necessários, com a realização de audiência pública e votação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Lei Estadual nº 6.793/2014, que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro foi sancionada no dia 28 de maio de 2014, pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando de Souza. A área original da Reserva Biológica foi reduzida em 2,7% e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro passou a compor a porção marinha da RDS.

Com relação à posse da terra, não houve alteração significativa. Com a RDS os moradores “nativos” obtêm uma Concessão de Direito Real de Uso, que em tese tem um caráter mais definitivo do que o documento da SPU, segundo o Artigo 4º:

⁵³ Fonte: Ferreira, 2010, p. 251.

A posse e o uso das áreas ocupadas pela população tradicional beneficiária da RDS do Aventureiro serão regulados por contrato vitalício e sucessório de Concessão de Direito Real de Uso, que poderá ser rescindido por violação de suas cláusulas e condições ou de normas previstas no Plano de Manejo da unidade, observado o contraditório e a ampla defesa (RIO DE JANEIRO).

Entretanto a venda da terra não é permitida, apenas para moradores nativos que não tenham a concessão ou para o Estado, estando nesse caso fora do valor de mercado.

Passados cinco anos da criação da RDS do Aventureiro, muito pouco ou nada mudou. O primeiro instrumento de gestão previsto seria a formação do Conselho Deliberativo, o que até agora não ocorreu. De acordo com o § 4º do Art. 20 da Lei nº 9.985/2000 cabe ao conselho a gestão da RDS, bem como a aprovação do Plano de Manejo (Item II do Art. 12 do Decreto nº 4.340/02 que regulamenta o SNUC). O Conselho deve ser presidido pelo órgão responsável por sua administração – no caso o INEA – e deve ter a participação do maior número de representantes dos moradores e usuários da RDS, representantes de organizações da sociedade civil e de órgãos públicos das 3 esferas de poder.

Durante o período em que realizei o meu campo a AMAV estava desativada, ainda reflexo das divisões que as discussões em torno da RDS provocaram, além das dificuldades próprias da gestão e renovação da associação. A desmobilização da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro não contribui com a implementação da RDS. Se a Associação estivesse ativa, poderia estar cobrando do INEA a constituição do conselho, a designação de um gestor, enfim, uma implementação efetiva da unidade de conservação. Sem o conselho também não avança a elaboração do Plano de Manejo, que é o instrumento de gestão onde são pactuadas as regras e acordos de convivência da RDS. O Plano de Manejo da RDS deve ser elaborado de forma participativa e deve ser um documento prático, que permita tanto a orientação dos moradores e gestores na condução das práticas cotidianas da UC quanto o planejamento, em médio e longo prazo, das atividades de preservação e conservação ambiental e promoção da qualidade de vida das comunidades locais (WWF-Brasil, 2007).

Reunião ocorrida em dezembro de 2017 promovida pela equipe do Programa de Educação Ambiental – PEA⁵⁴ teve como objetivo a mobilização da comunidade do Aventureiro para a formação do Conselho Deliberativo da RDS. Este intento não prosperou, talvez tanto pela dificuldade de mobilização da comunidade quanto pela dificuldade de

⁵⁴ O PEA é uma condicionante do licenciamento ambiental do Pré-sal na bacia de Santos, executado atualmente pela empresa Mineral com recursos da Petrobrás. O IBAMA exige a execução deste Programa por todo o tempo em que houver exploração de petróleo e abarcando todas as comunidades que possam ser afetadas no caso de acidentes.

comprometimento do órgão gestor com a agenda de implementação da RDS. Entretanto, ao que tudo indica, no momento atual está, finalmente, sendo reconstituída a diretoria da Associação de Moradores⁵⁵. Quem sabe o prenúncio de novos tempos...

2.4 LEGADO DA RDS NO AVENTUREIRO

A discussão sobre a posse da “terra” e a possibilidade de venda ou não, foi o grande divisor de águas entre a comunidade no processo de discussão sobre a criação da RDS. De um lado aqueles “enfeitiçados” pela cidade que gostariam de ter o direito à venda, em oposição àqueles que alertavam para a fragilidade da comunidade com relação ao tema e a possibilidade de aparecerem diversos “donos” do Aventureiro que acabassem expulsando a comunidade através da pressão imobiliária. Entretanto segundo entrevista concedida durante pesquisa de campo:

Quem não queria agora está com a consciência tranquila, porque agora que foram ver que era bom. Todo mundo, uma minoria aí não queria. Porque do jeito que está, está muito melhor, nem se compara do jeito que estava antigamente. Porque antigamente a gente vivia sob pressão, agora aquela pressão toda acabou por enquanto. Não sei o que vai vir aí, acho que agora acabou, não era igual era aí 5, 10 anos atrás. Mas qualquer hora ainda vai vir bomba né. Mas essa bomba se for vir não vai ser de fora não, vai ser de gente do lugar mesmo, morador que acha que está tudo bagunçado, acho que... sei lá. Não está levando a sério o que pessoal falaram, porque RDS é RDS, não é bagunça (Entrevista concedida em junho de 2018)

A fala do morador ressalta que com a RDS está muito melhor, se referindo a pressão que eles viviam antigamente com a RBPS. Mesmo sendo uma “RDS apenas no papel” como alguns falaram, não existe hoje a situação de ilegalidade da comunidade que existia com a RBPS. Entretanto, o morador acredita “que a qualquer hora ainda vai vir bomba”, se referindo as próprias pessoas do lugar que não estariam levando a sério a RDS, numa tentativa até de “boicote”.

O espaço agora concebido como uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável pelo Estado permanece distante do espaço percebido e vivido pelos moradores que afirmaram que na prática nada mudou. Segundo Rogério Haesbaert (2004) ainda que Lefebvre não utilize o conceito de “território”, o seu conceito de espaço, seria de um espaço-processo, socialmente construído, “espaço feito território” através dos processos de dominação e apropriação.

⁵⁵ Recebi esta informação em outubro de 2019, já num momento de conclusão desta dissertação. Ela está melhor trabalhada no capítulo 4.

Embora as ameaças tenham cessado, conforme fala acima, as práticas espaciais (espaço percebido) e os espaços de representação (espaço vivido) permanecem quase inalterados. Ou ainda a “territorialidade”, o modo como as pessoas utilizam a terra não se modificou após a criação da RDS. A figura de poder do INEA se manteve, conforme a fala de uma moradora nativa do Aventureiro: “se alguém perguntar quem manda nisso aqui? Para mim é o INEA”.

A legislação da RDS (Lei 9.985/2000, Art, 20, §4º, BRASIL) prevê a criação de um conselho deliberativo, com autonomia para tomar decisões, ao contrário dos conselhos consultivos. A formação do Conselho e a criação de um Plano de Manejo poderiam modificar as relações de poder locais. A dissolução da AMAV, que era um espaço de contraposição ao poder do Estado e de organização da comunidade, reforça a hegemonia do INEA. A reestruturação da AMAV em 2019, após o meu campo, é um dado novo que pode reverter essa relação de forças, recuperando o protagonismo da comunidade.

A história das UC's no Aventureiro fragilizam a territorialização da comunidade na medida que um agente externo, neste caso o Estado passa a determinar a função (Reserva Biológica) daquele local para a sociedade. A criação de uma nova categoria de UC embora proteja os moradores de outros agentes, como o capital imobiliário, ainda os mantém numa lógica de dominação com relação ao Estado, ao não implementar canais de diálogo e de tomadas de decisão horizontais previstos na legislação.

A RDS veio como uma solução para diferentes usos que se pretende para aquele espaço, mas gerou uma série de fissuras internas e traumas para a comunidade em sua relação já desgastada com o poder público. Com relação ao grupo que conduziu o processo de recategorização, o sentimento é de abandono por parte dos moradores que pode ser captado através de falas como: “Nunca mais vieram. Ai depois da morte do seu Jorge sumiu todo mundo, ai o clima ficou meio estranho aqui, ai não voltaram mais. Depois que foi criado não voltaram mais”⁵⁶.

Seu Jorge era uma figura muito querida na comunidade. Ele era o antigo “espia” que coordenava a pesca do cerco da tainha e sua família ainda hoje mantém tradição na arte da pesca. Seu camping e seus filhos mantêm residência no centro da praia, nas casas localizadas no morro (camping nº8, ver Figura 19). Segundo genealogia realizada por Janaína Souza (2013), Seu Jorge e dona Esmeralda tiveram 11 filhos (p. 188). Sua família exerce um papel

⁵⁶ Fonte: Entrevista Aldianes, em 13 de junho de 2018, grifo meu.

de liderança política na praia, pelo menos três de seus filhos já foram presidentes da AMAV em diferentes momentos. Na nova diretoria que assumiu a associação em 2019, Criste, filho do Seu Jorge compõe a chapa. Durante uma reunião no centro de Angra dos Reis, no dia 31 de agosto de 2010, relacionada ao processo de recategorização, seu Jorge morreu atropelado por uma moto e essa lembrança trágica ficou associada à RDS.

Segundo, Fábio, ex-presidente da AMAV que assinou a carta da Associação pedindo a RDS em 2010 e atualmente guarda parque do INEA, “(...) essa RDS não foi totalmente esclarecida como deveria ser, entendeu? Então foi muito assim no vapor, na pressão, vai!”⁵⁷ O morador diz que a discussão ficou muito pautada na questão da posse ser hereditária, mas não houve uma ampla compreensão sobre tudo que envolve a RDS. Aldianes complementa “Não ficou como a gente conversou aqui no coreto”. O texto aprovado na ALERJ em seu parágrafo 4º, artigo 4º proíbe novas construções na RDS, ao contrário do que vinha sendo discutido pela comunidade. No projeto de lei a mesma cláusula tinha a seguinte redação: “§ 4º. Novas construções somente serão permitidas após a elaboração e aprovação de zoneamento e estudo a ser feito pelo INEA sobre a capacidade de carga da área edificável, devendo ainda ser aprovadas pelo conselho deliberativo da unidade”⁵⁸. Este fato contribuiu para reforçar a desconfiança e a falta de credibilidade do Estado perante a comunidade.

Além disso, de acordo com o morador Aldianes, “depois dessa RDS, que aí a amizade entre um e outro foi por água abaixo”, se referindo a divisão que os posicionamentos provocaram, “quem era contra não se dava mais com quem era a favor”.

O próximo capítulo explora as construções simbólicas em torno do entendimento sobre a cultura caiçara. A luta do povo do Aventureiro, que muitas vezes se identificam enquanto “filhos do Aventureiro” (Costa, 2004, p. 86), tendo o território como elemento de identificação, também é uma luta dos grupos que hoje se reconhecem como “tradicionais”, dentre eles os caiçaras. Por isso a importância em refletir sobre o contexto de formulação dessas novas identidades, suas limitações e potencialidades.

⁵⁷ Entrevista concedida em 13 de junho de 2018.

⁵⁸ Fonte: <https://pt.scribd.com/document/36348855/Projeto-de-Lei-que-cria-a-RDS-Aventureiro>, acesso em 05 de dezembro de 2017.

CAPÍTULO 3: CULTURA CAIÇARA, COMUNIDADE TRADICIONAL, PROCESSOS IDENTITÁRIOS: CATEGORIAS POLÍTICAS NA LUTA POR DIREITOS

Este capítulo está centrado na discussão sobre as categorias de “cultura caiçara” e “comunidade tradicional” observando as raízes dessas formulações, os grupos e épocas estudadas e as limitações de definições descritivas, considerando a dinâmica cultural em movimento destes grupos. Também será abordado o avanço no campo jurídico relacionado aos direitos conquistados pelos grupos denominados “tradicionais” que é um fator importante relacionado com as políticas de identidade.

A partir destas considerações gerais, será discutido o processo de enunciação da “identidade caiçara” na praia do Aventureiro, as ambiguidades que ele carrega, fruto de todas as discussões teóricas em torno do próprio conceito de identidade, com a especificidade da história que marca o povoado do Aventureiro. A reflexão proposta para fechar este capítulo é observar as contradições geradas nesses processos e suas implicações na territorialização do povo do Aventureiro.

3.1 REFLEXÕES SOBRE O CAMPO DA “CULTURA” E A CONSTRUÇÃO NARRATIVA EM TORNO DA “CULTURA CAIÇARA”

Aníbal Quijano (1980), pensador peruano situado entre os autores decoloniais, se propõe a pensar “(...) como es que las relaciones de dominación-conflicto entre los grupos sociales, en las dimensiones económico-sociales y políticas de la sociedad, condicionan también sus relaciones en la dimensión cultural(...)” (p. 22). Ao tratar o tema da dominação e do conflito na ordem da cultura, ele analisa dois núcleos de questões interconectadas, a saber: (i) a configuração estrutural do universo cultural em uma sociedade determinada, os modos como se

relacionam, diferenciam e se hierarquizam entre si os elementos que integram, e (ii) os fatores e engrenagens de determinação de tal ordem estrutural. Em suma, o autor propõe que a análise da dominação cultural não esteja dissociada dos conflitos entre os grupos sociais em suas dimensões econômico-sociais e políticas da sociedade.

Segundo Quijano (Ibidem) a cultura não seria um elemento isolado, mas que reproduz relações de poder, hierarquias e disputas políticas:

Son los grupos humanos portadores de las culturas, quienes tienen derecho no sólo de portar una cultura, sino de elaborarla y reelaborarla con la autonomía necesaria para organizar en cultura su cambiante experiencia social y psicológica, y por lo tanto para escoger en el fondo universal de elementos culturales, lo que resulte mejor para el desarrollo y el cambio de la calidad de la vida humana (p. 42).

O autor complexifica o entendimento sobre *cultura* e ainda aborda diferentes *culturas* e do direito para além de portá-las, mas a autonomia necessária para os grupos reelaborá-las. Não existe então, uma cultura a ser democratizada, mas diferentes culturas que inclusive se chocam e se aniquilam.

Nestor Garcia Canclini (2009) prioriza uma definição semiótica de cultura que valoriza o campo do significado. Segundo Canclini, para se chegar a uma noção cientificamente aceitável acerca do conceito de cultura, deve-se ter (i) uma definição unívoca, que situe o termo cultura, num sistema teórico determinado e o livre das conotações equívocas da linguagem comum e (ii) um protocolo de observação rigoroso, que remeta ao conjunto de fatos, nos quais o cultural possa registrar-se de modo sistemático. O autor propõe a seguinte definição de cultura “o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de produção, circulação e consumo das significações da vida social” (p.41).

Canclini trabalha com uma perspectiva processual com relação à cultura. Assim como Quijano, o autor defende a importância de se relacionar a análise intercultural com as relações de poder, para identificar aqueles que dispõem de maior força para modificar a significação dos objetos. O autor cita quatro vertentes contemporâneas que destacam diversos aspectos dessa perspectiva processual. A primeira está ligada ao tema das identidades, neste caso a cultura seria instância em que cada grupo organiza a sua identidade. Na segunda vertente, a cultura é vista como uma instância simbólica da produção e reprodução da sociedade, relacionada aos valores que segundo Pierre Bourdieu (apud Canclini 2009) a cultura seria o espaço da reprodução social e organização das diferenças. A terceira vertente trabalha a

cultura como instância de conformação do consenso e da hegemonia, ou seja, de configuração da cultura política e também da legitimidade, pois segundo Canclini: “A cultura é o cenário em que adquirem sentido as mudanças, a administração do poder e a luta contra o poder” (p. 46). E por último, a cultura como dramatização eufemizadas dos conflitos sociais, nela estariam as dramatizações simbólicas, expressas em forma de teatro, artes plásticas, cinema, canções e esportes. E através dela também há conformação do consenso, lutas dissimuladas ou encobertas.

A partir da construção narrativa sobre o que se convencionou chamar “cultura caiçara” pretendo refletir como este conteúdo foi apropriado no debate sobre as questões identitárias no Aventureiro. Conforme será discutido neste capítulo, as formações identitárias não devem ser vistas de forma a constituir um sujeito único, na medida em que na contemporaneidade os sujeitos são atravessados por múltiplas identidades. Desta forma pode-se esperar tanto uma reelaboração de sentido sobre o que é ser caiçara, inspirado em Quijano, nos dias atuais, quanto a conciliação desta identidade com outras que vem marcando sobretudo as novas gerações do Aventureiro.

A etimologia da palavra *caiçara* tem origem no tupi-guarani “proveniente da junção de duas palavras – *caá*, mato e *içara*, armadilha”, (Fortes Filho, 2005, p.20), que quer dizer “espécie de cercado ao redor das casas dos índios e também a cerca usada dentro da água para servir de armadilha para pegar o peixe” (Ibidem, p. 127). Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores e, mais tarde, para identificar o morador de Cananéia (Fundação SOS Mata Atlântica 1992 apud Adams, 2000). Também foi utilizado para designar o “morador do litoral, da região que se estende do sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado do Paraná” (Fortes Filho, 2005, p. 127).

Critina Adams (2000) destaca a presença de elementos culturais e sociais comuns a toda costa brasileira, posto que foi a primeira e quase única área de povoamento no início da colonização do Brasil. Segundo Gioconda Mussolini (1980) e Maria Luiza Marcílio (1986) (apud Adams 2000), há duas particularidades na ocupação dos estados da região Sul e Sudeste, (i) houve uma deserção de sua população à medida que o povoamento avançou para o interior e (ii) o não estabelecimento de imigrantes ficando este litoral privado de influências culturais externas.

Segundo esta literatura, a formação das comunidades caiçaras foi sendo conformada de acordo com a ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região

sul/sudeste, com variações na densidade populacional em função destes ciclos. Adams (2000) cita uma intensa vida comercial no litoral de São Paulo no final do século XVIII, que se alterou no século XIX, quando ocorreu um processo de despovoamento.

Mussolini (1980 apud Adams 2000) destaca que a falta de poder aquisitivo destes grupos resultou em “um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo do meio, criando-se, por assim dizer, uma intimidade muito pronunciada entre o homem e o seu habitat” (p.148). A economia caiçara era voltada para as necessidades domésticas, e era necessário a produção de excedentes para a compra de insumos externos, como vestuário, sal, ferramentas e etc. A divisão de tarefas era bastante marcado pelo gênero, no qual a pesca era uma atividade prioritariamente masculina, e os afazeres domésticos e a roça eram de responsabilidade das mulheres. Na medida em que outras alternativas econômicas surgiam, nas palavras de Fernando Mourão “as atividades tradicionais eram abandonadas” (1971 apud Ibidem):

(...) até meados do século XX, durante os períodos de prosperidade em que outras alternativas econômicas eram oferecidas aos caiçaras, suas atividades tradicionais eram abandonadas em favor daquelas, e muitas vezes houve aumento da população urbana nos municípios do litoral (p. 151).

Adams problematiza o entendimento de que a “cultura caiçara” representa uma sociedade “ ‘tradicional’, ‘primitiva’, ‘isolada’ e ‘autossuficiente’, utilizada pela maioria dos estudos” (2000, p.152). Segundo a autora esta concepção foi criada pelos primeiros autores que estudaram estas comunidades, “que as desprezaram, justamente, num desses períodos históricos de estagnação econômica” (p. 152). Observa-se, portanto, um contato frequente entre esses grupos e os centros urbanos, desmistificando a ideia de que essas populações vivessem um isolamento cultural.

Henyo Trindade Barreto Filho (2006) aponta que o surgimento do termo “população tradicional” está diretamente relacionado ao debate sobre a presença de grupos humanos em áreas protegidas. Este debate teria se iniciado em âmbito internacional e teria se consolidado no Brasil através do sociólogo Antônio Carlos Diegues. Ao contrário dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, esses grupos seriam desprovidos de um tratamento legal diferenciado que reconhecesse o seu direito às terras que tradicionalmente habitam.

Lucila Pinsard Vianna, em dissertação amplamente citada⁵⁹ (1996 apud Adams) aponta uma idealização das populações tradicionais por parte do movimento ambientalista e do poder público, “permeada de referência que remetem a ideias que as associam a povos ‘primitivos’, ‘harmônicos’, ‘simbióticos’ e ‘conservacionistas’” (p.163). Barreto Filho também reconhece a limitação desta identificação, segundo o antropólogo:

Em vez de polemizarem claramente na arena política em torno do eixo dos direitos humanos e da justiça social, construíram um argumento supostamente técnico-científico, em torno da caracterização desses grupos como “Ilhas de harmonia sócio-ambiental cercadas por sociedades de mercado por todos os lados (2006, p. 130).

Adams critica a falta de evidência científica para realizar tais afirmações acerca da sustentabilidade entre estes grupos e o meio em que vivem, segundo a autora a maior riqueza com relação a permanência deles em seus territórios diz respeito à diversidade cultural e na relação entre biodiversidade e sociodiversidade, não somente na biodiversidade:

Consideramos que o desaparecimento das populações caiçaras, como tais, dificilmente poderia comprometer seriamente os ecossistemas terrestres ou marinhos utilizados por elas, principalmente a Mata Atlântica. Se essas populações realmente viessem a desaparecer, ou a serem definitivamente removidas de suas áreas originais de ocupação, poderíamos esperar alterações na dinâmica de recomposição das florestas e na composição específica. Mas, certamente, a maior perda seria na diversidade cultural e na relação entre biodiversidade e sociodiversidade, e não somente na biodiversidade, como se afirma. Esse fato, entretanto, não justifica, de forma alguma, a grandeza dessa perda (2000, p. 165).

A atualização do sentido sobre ser caiçara na contemporaneidade é urgente e deve ser (re) elaborada pelos sujeitos que a constituem. Stuart Hall (1997) destaca a centralidade que o tema da cultura ocupa em todos os aspectos da vida social, desde a Revolução Cultural no século XX, marcada pelas tecnologias da informação e indústrias culturais. O autor aponta ainda reações culturais conservadoras⁶⁰ diante da disseminação de uma suposta “globalização cultural”. Segundo o teórico:

A cultura global necessita da “diferença” para prosperar – mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial. É, portanto, mais provável que produza ‘simultaneamente’ novas identificações “globais” e novas identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogênea (p. 3).

⁵⁹ VIANNA, Lucila Pinsard. Considerações críticas sobre a construção da ideia de população tradicional no contexto das Unidades de Conservação. São Paulo, 1996. Dissertação de mestrado em Antropologia. USP, 1996.

⁶⁰ Seriam eles os fundamentalismos religiosos, atitudes anti-imigrantes e nacionalismos étnicos. Fonte: Hall, 1997, p. 3

As lutas pelo poder, sob esta perspectiva, são crescentemente simbólicas e discursivas, sendo assim as políticas assumiriam progressivamente uma feição de “política cultural”. Segundo a filósofa Nancy Fraser (2006):

A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política (p. 1).

Fraser argumenta que embora o imaginário político atual esteja centrado nas noções de “identidade, diferença, dominação cultural e reconhecimento”, substituindo um imaginário socialista de “interesse, exploração e redistribuição”, seguimos vivendo num mundo de exacerbada desigualdade material, de modo que a luta por reconhecimento deve vir acompanhada da luta por redistribuição. A normativa jurídica a respeito das “comunidades tradicionais” busca assegurar o direito ao território⁶¹, numa sociedade marcada pela concentração fundiária, e a valorização da diferença, ao reconhecer um estatuto jurídico próprio desses grupos, combinando assim reconhecimento e redistribuição. Segundo o geógrafo Valter Cruz:

Os novos movimentos lutam não só contra a desigualdade – pela redistribuição de recursos materiais, a terra – mas também pelo reconhecimento das diferenças culturais, dos diferentes modos de vida que se expressam em suas diferentes territorialidades. Não se trata simplesmente de lutas fundiárias por redistribuição de terra, está em pauta também o reconhecimento de elementos étnicos, culturais e afirmação identitária das comunidades tradicionais, apontando para a necessidade do reconhecimento jurídico de seus territórios e territorialidades. É nesse processo que ocorre um deslocamento não apenas semântico (da terra ao território), mas um deslocamento epistêmico, político e jurídico (2014, p. 61).

A narrativa “científica” criada em torno da cultura caiçara pode ser vista enquanto aliada na luta por direitos ao valorizar o legado cultural destes povos. Mas também pode ser questionada por conter uma perspectiva de engessamento cultural que pode ser utilizado para desqualificar a permanência destes grupos, considerando as mudanças que vem passando o território, seu povo e sua cultura. Para isso é importante o critério do “autorreconhecimento” enquanto política identitária que valoriza a autodeterminação dos sujeitos, além da consciência em torno das dinâmicas culturais e suas relações com as disputas políticas e

⁶¹ Embora a luta pela terra, tenha se transformado para os grupos envolvidos no guarda-chuva do “tradicional”, na luta pelo território, muitos grupos que não se reconhecem sob essa perspectiva, também estão na luta pela terra/ condições dignas de vida, seja no campo ou na cidade.

relações de poder. O tópico a seguir apresenta os avanços e limitações que o campo jurídico trouxe para as “populações tradicionais”, dentro da qual os caiçaras se enquadram. Conforme Barreto Filho (2006) aponta o termo “população tradicional” foi aos poucos convertido em categoria jurídica, motivando uma série de disputas nesse campo como será visto no tópico seguinte.

3.2 COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CAMPO JURÍDICO

A conquista de direitos jurídicos foi um fator importante nos processos de autorreconhecimento desses grupos como “população tradicional”, “caiçara”, “pescador artesanal”, dentre outras categorias. Segundo Gustavo Costa (2004), em pesquisa realizada no local, os moradores negociavam “suas identidades não em seus próprios termos que seria o de ‘filhos do Aventureiro’, mas nos termos do dominante e por conseguinte, da lei, que prevê direitos aos ‘pescadores artesanais’ e ‘comunidades tradicionais’ ” (p. 44).

O termo “comunidade tradicional” abarca um leque de grupos sociais, dentre eles os caiçaras, que vem se organizando no campo jurídico na luta por reconhecimento de sua cultura e território. Dentre as normatizações existentes mobilizadas por este grupo, a primeira a ser citada é a Constituição de 1988 em seu artigo 215⁶²:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A cultura caiçara pode ser considerada herdeira da cultura indígena, massacrada no “processo civilizatório nacional”. Outro artigo importante na defesa dos direitos destes grupos é o artigo 216 que se refere ao patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

⁶² BRASIL. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 11/07/2019.

A Constituição de 1988 dá um passo importante no reconhecimento do direito à propriedade das terras ocupadas por quilombolas⁶³ e dedica um capítulo aos indígenas, considerado um marco na conquista e garantia de direitos⁶⁴. Segundo a coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal que instituiu o Grupo de Trabalho “Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais”, Déborah Duprat (2002 apud Grabner 2016):

(...) ao assumir o caráter pluriétnico desta nação, que inclui as etnias indígenas, os afrodescendentes e outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (cf. §1º do art. 215) a constituição federal propicia a aplicação analógica do tratamento emprestado à questão indígena, no que couber aos demais grupos étnicos (p. 71).

Segundo Paulo Thadeu Gomes da Silva (2016), procurador regional da República, embora a Constituição não se refira expressamente às comunidades tradicionais, isto “não impede o intérprete de extrair sentido de normas que implicitamente contenham uma possibilidade de significá-la” (p. 41). O procurador recorre à definição da antropóloga Manuela Cunha (2009), para conceituar o termo população tradicionais:

(...) são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (Cunha apud Silva, P. 2016, p. 42-43).

No âmbito internacional dois documentos da UNESCO⁶⁵ são de suma importância. O primeiro deles é a Declaração Universal sobre a diversidade cultural, de 2001, que reafirmou os valores de identidade, diversidade, pluralismo, consolidando ainda a noção de cultura, ampliando-a para incluir também a noção de “identidade cultural”. Segundo Maria Luiza Grabner (2016), “a Declaração considera a diversidade cultural tão necessária para o gênero humano quanto a diversidade biológica para os organismos vivos, elevando-a à categoria de ‘patrimônio comum da humanidade’” (p.67). O outro documento é a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, este é considerado o

⁶³ Em 2018 apenas 9% das comunidades quilombolas viviam em terras tituladas. Fonte: <http://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>, acesso em 11/07/2019.

⁶⁴ A Constituição estipulou um prazo de 05 anos para demarcação de todas as terras indígenas no Brasil, o que não foi cumprido. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao>, acesso em 11/07/2019.

⁶⁵ Agência da ONU responsável pela Cultura.

ápice da estrutura jurídica desenvolvida pela UNESCO, a diversidade cultural é considerada indispensável para a plena realização dos direitos humanos. Este documento foi ratificado em 2006 e promulgado em 2007 pelo Brasil.

A procuradora cita ainda a emenda nº45 do STF que considera os tratados sobre os direitos humanos detentores de força supralegal, embora infraconstitucional. Logo, a interpretação da Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) deveria levar em conta os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário e a Constituição Federal. Entretanto, conforme observa Diegues (2016) “os direitos das comunidades tradicionais ao seu território, modo de vida e cultura não foram assegurados nas unidades de proteção integral” (p.8).

Por fim, o documento mais importante da política internacional utilizado pelas defensorias públicas na proteção dos direitos dessas comunidades é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A referida Convenção trata dos direitos dos povos indígenas e tribais. A Convenção não define o que seriam “povos tribais”, mas descreve características objetivas desses grupos, que segundo a interpretação da procuradora podem ser chamados de “tradicionais”. A convenção utiliza ainda o “autorreconhecimento” como critério definidor de comunidade tradicional. A mesma foi ratificada em 2002 e tornada eficaz por decreto presidencial em 2004.

Mais recentemente em 2007 é publicado o decreto nº 6.040 que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este decreto apresenta a seguinte definição sobre território tradicional: “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma temporária ou permanente (...)” (Brasil apud Diegues, 2016, p.9). Paulo Gomes da Silva (2016) considera a existência de um “território” uma característica quase que ontológica das comunidades tradicionais, segundo o procurador: “Seu significado diz que ele é um locus apropriado à reprodução física e cultural dos membros de determinada comunidade tradicional e que não se submete ao regime de propriedade privada que informa o direito de propriedade no sistema capitalista” (p. 43)⁶⁶. O objetivo geral da PNPCT definido em seu artigo segundo é:

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais,

⁶⁶ Esta é a noção jurídica de território, na geografia existe um outro limite interpretativo.

com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Artigo 2º, Decreto nº 6.040 de 07/02/2017).

Em seu artigo 3º, Inciso I, o Decreto apresenta o seguinte entendimento por “Povos e Comunidades Tradicionais”:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

A implementação dessa política seria coordenada pelo Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) criado em 2004⁶⁷, na forma de “comissão” com o nome de “Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais”, alterado em 2006⁶⁸ e novamente em 2016, quando se torna “conselho” pelo Decreto Nº 8.760⁶⁹. Em 2018, houve nova alteração administrativa através do Decreto nº 9.465 de 09 de agosto de 2018⁷⁰. Em 2019, o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, extingue todos os conselhos criados por decretos⁷¹, que poderão ser recriados com menor representatividade e revoga o decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS). Há uma clara fragilização da participação popular que pode afetar a implementação e fiscalização das políticas públicas.

A composição do CNPCT envolve a representação de 29 segmentos da sociedade civil, representantes dos povos tradicionais, são eles:

I - povos indígenas; II - comunidades quilombolas; III - povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV - povos ciganos; V - pescadores

⁶⁷ Decreto de 27 de julho de 2004: cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10408.htm, acesso em 04/09/2017.

⁶⁸ Decreto de 13 de julho de 2006: Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10884.htm#art11, acesso em 04/09/2017.

⁶⁹ Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016: Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8750.htm#art20, acesso em 04/09/2017.

⁷⁰ Decreto nº 9.465, de 09 de agosto de 2018: Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, (...). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9465.htm#art9, acesso em 24/10/2019.

⁷¹ Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm, acesso em 24/10/2019.

artesanais; VI - extrativistas; VII - extrativistas costeiros e marinhos; VIII - caiçaras; IX - faxinalenses; X - benzedeiros; XI - ilhéus; XII - raizeiros; XIII - geraizeiros; XIV - caatingueiros; XV - vazanteiros; XVI - veredeiros; XVII - apanhadores de flores sempre vivas; XVIII - pantaneiros; XIX - morroquianos; XX - povo pomerano; XXI - catadores de mangaba; XXII - quebradeiras de coco babaçu; XXIII - retireiros do Araguaia; XXIV - comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV - ribeirinhos; XXVI - cipozeiros; XXVII - andirobeiros; XXVIII - caboclos; e XXIX - juventude de povos e comunidades tradicionais (Art.4º, Parágrafo segundo, Decreto nº 8.760/2016).

A proposta do atual governo é reduzir a participação da sociedade civil ao restringir a quantidade de membros desses órgãos colegiados, a 07 membros (Artigo 6º, Inciso V, Decreto nº 9.759/2019), o que no caso no CNPCT está muito aquém da quantidade de grupos representados. Há uma disputa em curso para manter a representação dos diversos segmentos que compõem os povos tradicionais e uma promessa de recriação do conselho, por parte do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos (MDH) ao qual o Conselho se encontra vinculado⁷² atualmente. Observa-se assim a fragilidade dessas estruturas jurídicas que se tornam passíveis de mudança a cada gestão.

No contexto local foi criado em 2007, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba (FCT), iniciativa da sociedade civil (desvinculado de políticas de governo) que reúne grupos indígenas, quilombolas e caiçaras dessa região, com o objetivo de implementar as políticas e diretrizes do Decreto 6.040 de 2007. Em 2014 o FCT lançou a campanha “Preservar é resistir: em defesa do território tradicional” destacando a importância em preservar as práticas tradicionais como forma de resistência⁷³. A campanha tem o seguinte discurso: “Preservar é Resistir, Resistir é Conservar, Conservar é saber usar, Saber usar é a arte das comunidades tradicionais”. Neste caso há a valorização dos saberes tradicionais associados à manutenção dos povos em seu território, orientados por práticas agroecológicas, educação diferenciada e turismo de base comunitária, buscando formas de vida divergentes do modelo hegemônico.

No tema que se refere aos caiçaras, em 2014, foi criada a Coordenação Nacional Caiçara (CNC) em Trindade, no município de Paraty, RJ. Em abril de 2016, foi realizado o segundo encontro da CNC na praia do Aventureiro, durante o VII Cinebola Caiçara⁷⁴. Dentre as atividades realizadas durante o evento destacam-se uma roda de conversa de partilha de

⁷² Fonte: <https://redecerrado.org.br/sociedade-civil-se-manifesta-sobre-recriacao-do-conselho-nacional-dos-povos-e-comunidades-tradicionais/>, acesso em 24/10/2019.

⁷³ Fonte: <http://www.preservareresistir.org/campanha> acesso em 10/09/2018.

⁷⁴ Realizado pela SAPÊ – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica em parceria com o Fórum de Comunidades Tradicionais e a Coordenação Nacional Caiçara.

turismo de base comunitária (Figura 14) e reunião da CNC sobre as questões locais de cada comunidade: como a questão da educação diferenciada até 9º ano que já é uma conquista de algumas comunidades, não sendo o caso do Aventureiro; além de questões jurídicas como a possibilidade do Decreto que institui a PNPCT se tornar um projeto de lei, que se tornaria um instrumento mais consistente.

Figura 14: Partilha de Turismo de Base Comunitária durante o VII Cinebola na praia do Aventureiro, dia 16 de abril de 2016.



Fonte: Acervo SAPÊ.

Observa-se um avanço nas normativas jurídicas relacionadas aos direitos dos povos tradicionais em âmbito nacional, mas sujeito a retrocessos, sobretudo àqueles que não tem a força de Lei, como são os Decretos. Dessa forma, além do amparo jurídico a mobilização social tende a ser a forma mais importante na luta por direitos, seja para fazer cumprir o disposto em lei ou para criar novas leis.

O tópico seguinte busca desenvolver como a população do Aventureiro se apropriou destas construções simbólicas e jurídicas na sua identificação enquanto “caiçaras” e quais os reflexos dessas aproximações na *territorialização* do grupo.

3.3 A ENUNCIÇÃO DA IDENTIDADE CAIÇARA ATRAVÉS DE SEUS SUJEITOS

Esse processo de se identificar como caiçara na praia do Aventureiro foi algo que se deu ao longo do tempo, a categoria nativa de identificação usada de forma mais recorrente

seria a de “filho ou filha do Aventureiro” (Mendonça 2010, Costa, 2004). Segundo Rosane Prado (2006) a categoria “caiçara” embora seja usada cada vez mais de forma naturalizada por estudiosos ela foi atribuída de fora “e os grupos assim classificados não necessariamente assim se autotransformam. É comum que se autoidentifiquem de modo específico e que usem a designação externa e genérica apenas contextualmente e já em diálogo com ela” (p.9). Para a autora o termo caiçara na Ilha Grande marca a fronteira entre o morador nativo (“verdadeiramente do lugar”) e o de fora, considerando a situação de intensificação do turismo e da chegada de muitas pessoas de fora.

Ao longo da realização desta pesquisa tive uma percepção diferente da mencionada acima. Observei que os moradores se apropriaram dessa classificação e que eles se autoidentificam como caiçaras, mesmo que em diferentes intensidades.

Stuart Hall (1997) apresenta a formação das identidades, na medida em que a linguagem e o significado tornam indistintas as fronteiras entre o social e o psíquico. Neste processo as identidades emergem não de um “eu verdadeiro e único”, “mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (...) de responder aos apelos feitos por estes significados. (...) Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente” (Hall, 1997, p.9).

Hall (2004), entretanto, reconhece que o conceito de “identidade” é problemático⁷⁵. Dessa forma ele propõe que seja operado “sob rasura”, “no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada de forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (2004, p. 104). Ele seria central para as questões de agência (práticas discursivas) e da política, recolocando a importância do sujeito:

Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor, a questão da identificação, caso se prefira enfatizar o processo de subjetivação (em vez das práticas discursivas) e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer (Hall, 2004, p. 105).

Para Hall o conceito de identidade é estratégico e posicional:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma

⁷⁵ Segundo o autor uma variedade de áreas disciplinares critica a ideia de uma identidade integral, originária e unificada (Hall, 2000, p.103).

historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (2004, p. 108).

Outro elemento interessante na abordagem de Hall é a ideia de raízes e rotas, na qual as identidades estão em constante negociação, entre a sua origem (raízes) e o seu futuro (rotas). Esta concepção se afasta do significado tradicional do termo que remete a uma identidade sem costuras e sem diferenciação, na medida em que ela é compreendida como uma construção discursiva, “produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (p. 109).

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) define identidade como “a fonte de significado e experiência de um povo” (p. 22). O significado estaria organizado em torno de uma identificação simbólica por parte de um ator social. Durante a minha conversa com Bibinha⁷⁶, de 25 anos em 2018, lhe perguntei se ela já tinha escutado a afirmação de que “não existem caiçaras na Ilha Grande”. Ela foi enfática ao responder que existia sim e que esta fala estava associada ao projeto de parceria pública privada (PPP) para gestão da Ilha Grande⁷⁷. Indagada se ela se reconhecia como “caiçara”, primeiro ela diz “Mais ou menos”, conforme trecho a seguir.

Mais ou menos. Porque eu peguei já a época mais avançada, mas eu sou. Agora por exemplo com essa greve⁷⁸ que está aí, eu estou 3 meses sem ir para Angra, eu estou comendo peixe, café, banana, fruta pão, às vezes vou ali atrás pegar tangerina. Está no tempo dela, está madurinha. (...). Os meus avós, por exemplo, para mim eles são caiçaras ainda, o máximo que eles puderem ficar aqui e consumir coisas daqui eles preferem.

Seu Zé, avô de Bibinha, é um dos moradores antigos que domina a arte de confecção de canoas caiçaras num só tronco. Na manhã do dia 25 de junho fui até a sua casa para prostrar um pouco. Foi uma oportunidade de conhecer o seu quintal, ouvir suas histórias, conhecer seus pés de cacau e transitar por terrenos onde nunca tinha andado no Aventureiro. Hoje a casa de farinha deles está desativada e ele e sua companheira, dona Di, não dão conta mais do trabalho na roça. Seu Zé está com artrose e labirintite o que o dificulta descer até a

⁷⁶ Apelido de Josilene Conceição dos Santos, entrevistada em 09 de junho de 2018. A entrevistada autorizou a sua identificação pessoal na pesquisa.

⁷⁷ “É vedada a concessão comum ou parceria público privada de unidades de conservação estaduais dentro dos territórios de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras” (Art. 35B, Incluído pela Lei 7043/2015, Lei nº 5.068 de 10 de julho de 2007: Institui o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - PROPAR).

⁷⁸ Referente a greve dos caminhoneiros em junho de 2018 que afetou o abastecimento de diversas regiões do país.

praia. Dona Di, avó de Bibinha, está sempre presente nas celebrações de domingo da Igreja, estava na puxada de rede de tainha e no chá das mulheres que participei. Segue um registro dessa visita.

Figura 15: Seu Zé com uma pequena canoa.



Fonte: Acervo pessoal, 25 de junho de 2018.

Figura 16: Vista da janela da casa da mãe da Bibinha, localizada ao lado de sua casa.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Bibinha é casada e tem duas filhas. Ela concluiu o ensino médio e tem vontade de continuar os estudos, estudando educação artística. A sua casa está localizada no canto esquerdo da praia (olhando de frente para o mar), no morro, possuindo uma bela vista.

A rotina da Bibinha está voltada para o lar, cuidar da casa e das filhas. Ela também está envolvida com as atividades ligadas à igreja católica, celebrações ao domingo e a festa de Santa Cruz, realizada no mês de janeiro. Diz que não pegou a época das festas⁷⁹, que ocorriam na casa das pessoas e se dançava muito forró. Segundo a minha interlocutora: “pessoal aqui nem dança mais, sei lá, acho que tem vergonha, alguns são evangélicos, não pode. Eu danço, ah eu gosto. Tem nada para fazer aqui, quando tem festa tem que aproveitar”. Bibinha (Figura 17) também tem um papel de destaque no futebol das mulheres, sendo uma importante jogadora.

Figura 17: Bibinha de colete azul durante a realização do VII Cinebola Caiçara em abril de 2016.



Fonte: Acervo SAPÊ.

Outra fala que associa a identificação da cultura caiçara com atividades de subsistência apareceu no depoimento de outro morador.

⁷⁹ Segundo sua mãe: “Tinha forró que o pessoal fazia, São João, São Pedro, Santo Antônio, algum aniversário que fazia, as vezes até amanhecer o dia, era bom. Na festa tinha forró os 3 dias (se referindo a festa de Santa Cruz que acontecia em maio)”, fonte: entrevista pessoal em junho de 2018.

De 30, 40 anos mudou muito, aí era caiçara mesmo... Mas hoje em dia se você quer manter a tradição caiçara é mais difícil, hoje em dia você vê, você não sabe quem é caiçara quem é de fora. Quando eu tinha 10 anos, 15 anos de idade, era caiçara mesmo, tipo tribo, de unido, de ter que tirar 90% aqui da terra para sobreviver, de não ter conhecimento de quase nada lá fora (Luís, entrevista concedida em 18 de junho de 2018).

Essas falas mostram como o conceito de caiçara é deslizante, operando numa certa noção nostálgica de tempo passado. É observado também uma gradação de “caiçarismo”, presente na expressão “mais ou menos” de Bibinha e fazendo referência a um tempo passado “aí era caiçara mesmo”. Essa gradação inclui a reinterpretação da posição desses sujeitos no mundo, no sentido de ser caiçara e muitas outras coisas ao mesmo tempo, evidenciando a teoria de Hall (2004) de que as identidades não dizem respeito a um “eu único”, mas que são cada vez mais fragmentadas e multiplamente construídas através dos discursos. Estas falam também legitimam o sentido de caiçarismo como os “de dentro” em oposição ao “de fora”.

A percepção sobre o modo de vida caiçara aparece de forma contrastante com a chegada do turismo. Entrevistei o Luís numa segunda-feira chuvosa, foi difícil ir até o canto esquerdo da praia, onde fica o seu camping, o mar estava de ressaca e as ondas já tomavam quase toda a praia. Conversamos por um bom tempo, segundo ele: “eu estou esse tempo todo com você, porque está esse tempo de chuva, não tem turista...” Luís está sempre ocupado, fazendo alguma coisa em seu camping, ele tem 5 filhos e 1 filha, todos moram e trabalham com o turismo no Aventureiro, seja com hospedagem (camping e casa), restaurante/ bar ou traslado (barco). Para Seu Roseno, pai da Janete, companheira de Luís, em entrevista a Costa (2004), riqueza de pobre é filho e Seu Roseno teve doze, segundo genealogia de Vilaça e Maia (2006).

Luís é filho da antiga professora⁸⁰ do Aventureiro, a Santinha, e seu pai (João), já falecido, é irmão do Seu Zé, citado acima. Ele trabalhou na pesca embarcada durante 15 anos chegando a ficar até 40 dias fora de casa pescando. Com a chegada dos filhos trabalhava em barco que ficava no máximo até 15 dias no mar. De acordo com o seu pensamento, o caiçara hoje em dia estaria um pouco “desfigurado”, tendo como referência um ideal de caiçara antes da chegada do turismo. Mas segundo ele a “molecada tem que se manter caiçara”:

O que eu digo, eles têm que aprender sair numa canoa, eles têm que aprender pescar, fazer a rede dele, eles têm que saber tudo que precisa da subsistência dele aqui, você tem que ser forte para carregar um peso, fazer a caminhada dele, cortar uma

⁸⁰ Segundo depoimento da Neneca (21/06/2018), a Santinha (Sebastiana) deu aula no Aventureiro durante 26 anos.

madeira, não depender de coisa que não se aprende em escola, não se aprende a remar, sair na praia nessas ondas, jogar uma rede, pescar de anzol, não se aprende isso na escola. Isso aqui é obrigação de todo jovem, aprender essas coisas aí (Entrevista em 18 de junho de 2018).

É interessante observar que embora algumas atividades tenham se alterado bastante no Aventureiro, o corpo físico segue tendo uma relevância enorme no cotidiano dos moradores. Descarregar barco é uma atividade corriqueira, seja com compras de suprimentos, seja com materiais de construção. E depois que chega à areia muitas vezes a carga ainda precisa subir o morro até o destino final, para isso muitos moradores usam “carrinho de mão” e contam com a solidariedade dos demais moradores. Com frequência observei esse movimento de descarregar coisas na praia e sempre via uma mobilização coletiva para ajudar nestas atividades. Além do corpo ser forte, Luís destaca outras habilidades importantes, como sair de canoa, nas ondas, pescar, fazer rede, cortar madeira, associados à subsistência deles.

Outro conhecimento adquirido pelos moradores é construir casa. A baixa temporada turística é um momento de reparos, acompanhei algumas obras em andamento no período em que estive lá. E conforme me foi relatado contratar um pedreiro é um gasto bastante alto, pois além da diária muitas vezes é necessário arcar com os gastos de alimentação, transporte e hospedagem, caso o pedreiro venha de outra localidade. Sendo assim, muitos moradores colocam a mão na massa (literalmente) para realizar suas melhorias. Segundo Vinícius⁸¹ ele pretende aprender a fazer casa com o seu pai, que já construiu duas. Seus tios, praticamente todos sabem fazer casa, porque aprenderam com seu avô, pois sairia muito caro pagar um pedreiro.

Eu conheci o Vinícius na ocasião dos primeiros Cinebolas realizados no Aventureiro. Ele é um personagem importante do curta-metragem “Vida Bonita”⁸², gravado em 2006 em parceria com os moradores do Aventureiro. A família do Vinícius tem tradição na arte da pesca⁸³, ele é neto do Seu Jorge, antigo espia de pesca e morto em 2010, atropelado por uma moto em Angra dos Reis. Seu pai é um dos poucos moradores que ainda trabalha na pesca embarcada. Já o Vinícius eventualmente pesca com o seu tio que trabalha de forma autônoma em seu próprio barco. Vinícius também trabalha como “marinheiro” no traslado de turistas

⁸¹ Entrevista concedida em 09 de junho de 2018.

⁸² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hmn-VqPKT2A&list=PLIIR3UptRNtEwK89CwLLlfYhTd5y_jZGA&index=4, acesso em 12 de setembro de 2019.

⁸³ Durante o campo e através da literatura do Aventureiro foi possível entender uma divisão com relação à famílias que tem mais tradição ao trabalho na roça, como é o caso da família do seu Zé, enquanto que outras são mais ligadas à pesca, família do Seu Jorge.

no barco de outros moradores. Ele reside no centro da praia, no morro, aonde fica o camping nº8⁸⁴, com o nome do seu avô, o camping do Seu Jorge. Seu Jorge teve onze filhos e o terreno de todos os filhos que residem no Aventureiro estão localizados na mesma região da praia. Na ocasião do último Cinebola, em 2016, as refeições da equipe de apoio foram preparadas por sua mãe e servidas na varanda de sua casa. O núcleo do Seu Jorge ofereceu importantes apoios ao evento, como cessão de camping para comunitários, de casa para a equipe do evento e suítes para convidados, demonstrando uma relação de generosidade e valorizando a atividade para a localidade.

Retomando o pensamento de Castells (1999), “toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (p.23). Segundo o autor:

Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. Uma vez que construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades (p. 23-24).

O teórico da “sociedade em rede” apresenta três formas que influenciariam a construção das identidades, são elas: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto. A primeira está relacionada às instituições, que racionaliza as fontes de dominação estrutural. As identidades de resistência segundo Castells são coletivas diante de alguma opressão e seriam as formas de identidades mais importantes na nossa sociedade. Já a identidade de projeto segundo o autor construiria sujeitos, neste caso “a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente” (1999, p. 26).

Uma consideração importante sobre essas três formas propostas é que elas podem se modificar, começar como resistência e acabar resultando em projeto, “ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade” (p. 24). Pode-se atribuir à identidade caçara uma tensão entre as três formas. Na medida em que ela passa a ser detentora de um estatuto jurídico, ela pode ser vista enquanto identidade legitimadora. Entretanto, em diversos contextos a identidade caçara ainda é uma identidade de resistência, no qual o processo de se reconhecer e ser reconhecido está em disputa frente a outros projetos de uso para os territórios ocupados por estes grupos. Já a identidade de projeto pode ser imaginada com relação a essa

⁸⁴ Ver Figura 19 com a localização dos campings no capítulo 4.

atualização sobre ser caiçara para as novas gerações. A transição de resistência para projeto, também pode ser pensada junto com a formulação de Hall sobre raízes e rotas. A raiz da identificação com a cultura caiçara estaria nos mais antigos, que lutaram para permanecerem neste território, cabe as novas gerações, através da identidade de projeto apontar para aquilo que eles desejam se tornar.

A construção narrativa sobre a “cultura caiçara” pode ser vista como uma estratégia para salvaguardar grupos sociais ameaçados tanto pela especulação imobiliária, quanto pela criação das unidades de conservação, de serem expulsos de seu território, perdendo-se a sua cultura e apagando-se a história desses lugares. A identidade caiçara é forjada neste ambiente de tensão e disputa política diretamente ligado à luta pelo território.

No caso específico do Aventureiro, a legislação da RDS legitima o modo de vida caiçara como objetivo da unidade de conservação criada:

Art. 3º Fica criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, doravante RDS do Aventureiro, nos termos do Artigo 20 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, composta por uma porção terrestre e outra marinha, e objetivando conciliar a preservação dos ecossistemas locais com a cultura caiçara, valorizando os modos de vida tradicionais, assim como as práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população tradicional beneficiária da unidade (RIO DE JANEIRO, Lei nº 6.793/2014, grifo meu).

Cristina Adams (2002) critica a construção identitária que associa o caiçara como o “ecologicamente correto”, a autora sugere a desconstrução⁸⁵ desta identidade e sugere que eles (os caiçaras) construam sua própria identidade, através do resgate de sua história e levando em consideração seu dinamismo e riqueza. Segundo a autora esta representação do “ecologicamente correto” teria sido construída pela corrente ambientalista dos antropocentristas que ao buscarem superar a dicotomia homem x natureza associada aos conservacionistas, teriam criado o “caiçara naturalizado”, baseado numa sociedade ahistórica, “portadora de uma cultura estática” (p.3).

Na temporada que passei no Aventureiro, no inverno de 2018, era comum as pessoas se juntarem para conversar com o Vovô. Segundo Vinícius de 25 anos, o Vovô que é bom de contar história. Durante uma de minhas conversas com ele lhe perguntei sobre a identificação com a cultura caiçara, segundo ele:

Vovô - É caiçara porque nasceram aqui né? Tem sangue daqui.
I – Mas vocês usavam esse termo caiçara aqui também, ou não?

⁸⁵ Para realizar esta desconstrução a autora utiliza como ferramenta metodológica o conceito de etnogênese.

Vovô - Era caiçara, caiçara, era casa de pau-a-pique, é fogão de lenha, é pilão, isso tudo faz parte do caiçara. É canoa à remo, tudo é parte do caiçara, né? O pé na areia, jogado, então faz parte do caiçara. E eu gosto de ser caiçara, sou caiçara mesmo! (Entrevista em 26 de junho de 2018).

Em entrevista concedida no âmbito de outra pesquisa, defendida em 2013, Vovô dizia se identificar mais com o termo “Badjeco”: “Ah, esse negócio de caiçara vem de pouco tempo pra cá, não faz muito tempo, não. A turma aqui era ilhéu, era badjeco, era uma porção de coisa (...) Eu sou badjeco” (Souza, 2013, p. 143). Conversando com o Vinícius, ele também cita o termo “badjeco”⁸⁶:

I – Você se reconhece como caiçara?

Vinícius – Eu me reconheço. Todo mundo pergunta, eu falo que eu sou caiçara, que eles chamam de badjeco né? Eu sou caiçara.

(Entrevista concedida em 09 de junho de 2018).

Vovô ou “Tonho”, ou “Tônico” ou Antônio Cardoso de Souza é uma espécie de griô⁸⁷ do Aventureiro (Figura 18). Ele trabalhou durante 37 anos na Reserva, desde a sua criação e se aposentou em 2018.

Figura 18: Vovô fazendo rede na varanda de sua casa, coqueiro deitado (símbolo do Aventureiro) ao fundo.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

⁸⁶ Segundo o Vinícius tem gente que tem vergonha de ser chamado de “Badjeco”, se referindo ao pessoal do Provetá, que também não se identificariam com o termo “caiçara”.

⁸⁷ Guardião da história oral.

Vovô é filho de dona Angelina, importante mulher na história local. Segundo Costa (2011):

Além de parteira e rezadeira, a moradora chamada Dona Angelina (falecida em 2007) foi a dona da primeira e maior canoa de rede a motor. A principal função dessa canoa era a pesca da tainha, que era o mais importante trabalho comunitário e de pesca do Aventureiro, embora servisse para todo tipo de pesca e para o transporte de pessoas também. Sempre que havia uma pescaria, do resultado final, metade ficava com Dona Angelina, seja em peixes ou em dinheiro. Dessa forma, o dono da canoa se capitalizava ao mesmo tempo em que aumentava seu *prestígio* junto aos demais, já que, naquele tempo, as pessoas dependiam da canoa a motor tanto para se deslocar quanto para vender seus produtos, seja em Angra dos Reis ou no Proveta. (...) A canoa dava prestígio e poder a seu proprietário e tais atributos estavam concentrados na figura de Dona Angelina, pois não havia outras canoas a motor em sua época. Dona Angelina pôde comprar sua canoa, o motor e a rede porque herdara outra canoa menor de seu tio e tinha, ainda, algumas economias (havia trabalhado como babá para os filhos do ex-diretor do presídio, em Dois Rios) (Costa, 2011, p. 513-514).

Durante o tempo em que Vovô foi funcionário da RBPS acompanhou muitas desavenças com os próprios moradores por conta de seu papel de fiscal. Ele relata uma discussão com o seu sobrinho, Luís, quando ele alertou para que eles respeitassem a amizade entre eles e diferenciassse a sua função quando estivesse em serviço. Na temporada de inverno em que estive lá quase todos os dias via o Luís atravessar a praia toda para conversar com o Vovô⁸⁸.

Vovô acompanhou a realização de muitas pesquisas na região, com destaque para o trabalho de Rogério Oliveira e Ana Luíza Coelho Neto (2006) sobre sistemas de manejo por “populações caiçaras”⁸⁹. Ao contrário de outros moradores que veem com desconfiança a presença de pesquisadores na localidade, Vovô reconhece a importância de alguns trabalhos e pessoas para a comunidade: “O Aventureiro não foi tomado é por causa duma comadre minha! Que fez aquele levantamento do Aventureiro, o nome dela é Aparecida!”⁹⁰

Assim como seus contemporâneos, Vovô vivenciou as diversas mudanças que marcaram a localidade: as roças, a pesca embarcada, a Reserva, as pesquisas científicas, a chegada do turismo. Ainda hoje ele pesca de canoa, faz rede, pega “sururu”⁹¹ quando a maré está baixa, cuida da roça. É uma figura que se identifica com os elementos associados “ao modo de vida caiçara antigos”, porque ele é desse outro tempo. Mas é compreensível que as

⁸⁸ Vovô reside no canto direito da praia, perto do coqueiro deitado (símbolo do Aventureiro), e o Luís reside no canto esquerdo, próximo a passagem para a praia do Demo.

⁸⁹ Rogério foi o melhor “encarregado” da Reserva, segundo depoimento de Vovô.

⁹⁰ Em referência ao trabalho de Aparecida Maria Vilaça e Ângela de Azevedo Maia (2006), funcionárias da FEEMA na época.

⁹¹ Mexilhão.

novas gerações que já nasceram sob a égide do turismo, tenham outro imaginário que não corresponde a esse “passado caiçara”. Como ressignificar este pertencimento?

Para o meu “griô” alguns conhecimentos antigos estão se perdendo, como por exemplo, o feitio da canoa escavada em um tronco só:

Agora é aquele negócio né, se o pessoal não fizer acaba né, acaba a tradição caiçara, antigamente o pessoal fazia canoa para ir lá na lagoa, hoje vão no bote, claro que no bote é melhor, mas não é mais tradição caiçara, motor não é mais tradição caiçara, mas está acabando. O caiçara está acabando (...) o caiçara tinha sua rocinha, sua horta, seu pé de banana, o seu moinho de moer cana, o seu pilão (pra socar café), sua canoa de pescaria... então, está acabando tudo (Entrevista concedida em 26 de junho de 2018).

Em sua fala, Vovô cita diversos elementos que compõe o modo de vida caiçara “tradicional” e que vem sendo desvalorizados em detrimento de outros valores e estilos de vida que foram se estabelecendo na comunidade. O passado-recente do Aventureiro, quando aquilo era uma vila de agricultores e pescadores de certa forma se tornou uma recordação de um tempo difícil, de uma vida de poucos bens materiais e muito, muito trabalho. Entretanto todas aquelas práticas necessárias para a sobrevivência no lugar, como a agricultura, as rezas, a subsistência, são conhecimentos produzidos por aquelas pessoas que ainda estão vivos, mas que se não forem repassados podem desaparecer.

Resgatando o pensamento de Aníbal Quijano (1980) a cultura é viva e os grupos têm o direito não apenas de portar uma cultura, mas a autonomia necessária para reelaborá-la. Nesse sentido podemos ponderar que certas mudanças são próprias da dinâmica cultural desses grupos. Entretanto, segundo o próprio autor, a análise da dimensão cultural não deve estar isolada das dimensões políticas e sociais. É sob esta perspectiva que a desvalorização de certas tradições citadas no depoimento acima pode ser problematizada.

O ser “caiçara” e manter esse legado vivo na contemporaneidade, pode ser encarado como uma provocação, na medida em que os saberes relacionados ao modo de vida tradicional divergem do estilo de vida consumista/ individualista em que estamos imersos. O tópico a seguir busca entender em que medida a identificação com a cultura caiçara fortalece o sentido de comunidade e sua projeção no território.

3.4 A IDENTIFICAÇÃO COM A CULTURA CAIÇARA É HORIZONTE DE FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO?

A enunciação da identidade “caiçara” no Aventureiro é fruto de discussões e conflitos no qual a comunidade estava inserida. O termo “caiçara” não é um termo nativo do Aventureiro, mas que foi apropriado por eles. Neste movimento percebo tanto um aspecto legal, na medida em que o estatuto jurídico galgado pelas comunidades tradicionais foi acionado no processo de “recategorização” do Aventureiro. Quanto um aspecto de valorização da cultura local e da autoestima dos seus sujeitos, percebido também na fala da namorada de um jovem aventureiro: “Eles gostam de tirar onda dizendo que são caiçaras”⁹².

Esta apropriação do termo caiçara não deve ser vista de forma homogênea na comunidade. Embora todas as pessoas entrevistadas tenham afirmado que se reconhecem como caiçaras, há uma multiplicidade de interpretações possíveis relacionado a este significado. Portanto a importância do critério de autoidentificação e autoafirmação enquanto política identitária. Não cabe aos agentes externos definirem critérios para julgarem se o modo de vida deles é caiçara ou não, são eles próprios que nos atualizam sobre essas definições, a partir das diferentes gerações e percepções.

De acordo com o historiador Eric Hobsbawn (1997 apud Canclini, 2009, p. 44) “(...) a maior parte das identidades coletivas são mais camisas do que pele: são, pelo menos em teoria, opcionais, não iniludíveis”. A citação de Hobsbawn corrobora a linha teórica de Hall com relação às múltiplas identidades que marcariam o sujeito pós-moderno.

A articulação entre a enunciação de uma identidade caiçara e a territorialização do povo do Aventureiro aparece como a forma mais óbvia de mobilização de um coletivo de interesses político-espacial. João Pacheco Oliveira Filho (1999 apud Costa 2004) cita o processo de territorialização como um movimento na qual as comunidades tradicionais “vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais” (p. 37).

Segundo o geógrafo Valter Cruz (2014) o processo de construção das identidades dos grupos englobados como “tradicionais” tem estreita relação com o território, de modo a se constituírem enquanto “identidades territoriais”. Para Haesbaert (1999 apud Cruz):

⁹² Fonte: Souza, 2013, p. 111.

Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreto, o espaço geográfico, constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social [...] trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central da construção dessa identidade parte ou perpassa o território (p. 55).

Desta forma Cruz compreende a luta das comunidades tradicionais como

lutas pelo direito à territorialidade, que é fundamental na reprodução dos modos de vida tradicionais, pois o território é, para essas populações, ao mesmo tempo: 1) o meio de subsistência; 2) o meio de trabalho e produção; 3) o meio de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aquelas compõem a estrutura social (2014, p. 56).

Paulo Little (2004) aborda três elementos presentes na territorialidade das populações tradicionais, seriam eles um regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória. A territorialidade do povo do Aventureiro está expressa na forte relação de pertencimento que todos os entrevistados demonstraram, em falas como “nascido e criado”, ou como critério de definição para ser caiçara: “Nasci, sou caiçara legítima, nasci aqui na praia de parteira. Nascida e criada”⁹³. Outro elemento forte é o resgate da ocupação histórica que é acionado quando os moradores relatam a mudança sofrida na paisagem, retrato de um tempo em que todas as famílias dependiam das roças para sua subsistência.

Na medida em que a comunidade se apropria deste termo, ela tem a possibilidade de ressignificá-lo, com relação aos variados entendimentos sobre o que é ser caiçara para as diferentes gerações que vivem no Aventureiro. A identificação com a cultura caiçara traz uma valorização de um passado e de uma história em comum. Na medida em que isto é mobilizado enquanto projeto, nos termos de Castells (1999) pode ser uma ferramenta de fortalecimento comunitário.

A valorização de práticas territoriais “tradicionais” relacionadas à cultura caiçara (roça, pesca, canoa caiçara) pode ser vista enquanto potência, por reconhecerem os sujeitos detentores desses saberes, propiciarem a coletividade e também fortalecerem a subsistência local, aumentando seu grau de autonomia com relação à cidade.

⁹³ Entrevista concedida em 08 de junho de 2018.

A reflexão sobre um passado “caíçara” quando o “povo era mais unido” foi recorrente na fala, principalmente dos moradores mais antigos, que acompanharam a transição de um tempo em que não tinha turista para a realidade atual. Esta reflexão será trabalhada no próximo capítulo sobre o turismo, observando as assimetrias geradas e as possibilidades de fortalecimento comunitário através de uma maior organização interna.

CAPÍTULO 4: A PRÁTICA DO TURISMO E SEUS DESAFIOS PARA A COMUNIDADE: FORTALECIMENTO OU FRAGILIZAÇÃO?

A transformação da Ilha Grande em lugar turístico se origina de um olhar externo, de estratégias políticas exógenas, permeadas por uma lógica da busca da sociedade urbana pelos paraísos, símbolos do natural, do exótico (Mendonça, 2010, p. 96).

A praia do Aventureiro é a única da Ilha na qual “a comunidade local tomou inteiramente em suas mãos a condução do turismo que ali ocorre, totalmente a seu jeito” (Mendonça, 2010, p. 178). Segundo pesquisa da FUNBIO⁹⁴ em 2002, 78% dos proprietários de pousadas na Ilha Grande não são de pessoas nativas e 50% dos seus empregados não são originais da ilha⁹⁵ (Ibidem, p. 159).

O desenvolvimento da atividade turística no Aventureiro começou com a chegada de “mochileiros” que acampavam nos terrenos das casas dos moradores. De acordo com Gustavo Costa (2004), o turismo era visto como uma atividade “tabu” no Aventureiro, devido aos conflitos com a Reserva Biológica, solucionado, em 2014, após a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro. O Aventureiro é visto como “a menina dos olhos” (Mendonça, 2010) da Ilha, por ser ainda uma área menos explorada pelo grande capital, também é apresentada como a parte “mais caixara” considerando a permanência da população nativa, ao contrário das outras praias da Ilha Grande.

⁹⁴ FUNBIO - Fundo Brasileiro da Diversidade, dados coletados no âmbito do programa MPE – Melhores Práticas de Ecoturismo – Pólo Ilha Grande, análise da sua visitação e propostas para o seu ordenamento.

⁹⁵ Mendonça (2010) chama atenção para a imigração de nordestinos, sobretudo para a capital da ilha, que vem exercer atividades ligadas ao “trabalho bruto”: construção civil, residindo de maneira precária na ilha.

Ramuz (1997 apud Mendonça 2010) divide a trajetória do turismo na Ilha Grande em três fases: a implantação do turismo, na década de 1970 com a criação de duas pousadas na vila do Abraão; a dinamização do turismo na década de 1980, através da venda da imagem da natureza intocada, aumento da oferta de hospedagem e outros serviços; e por fim a afirmação do turismo após a desativação do presídio na década de 1990.

A construção da Rodovia Rio – Santos, assim como a construção da ponte Rio – Niterói em 1974, foram responsáveis por uma política nacional de interiorização do turismo no estado do Rio de Janeiro, produzindo-se os destinos turísticos “Costa Verde” ao sul do estado e “Costa do Sol” ao norte. Foram elaborados neste momento diversos planejamentos a nível federal, estadual e municipal, para exploração do turismo em Angra dos Reis, entretanto nenhum destes planos chegou a ser executado⁹⁶.

A criação das unidades de conservação na Ilha Grande, com destaque para o Parque da Ilha Grande (PEIG) criado em 1971, já tinha a intenção de transformar a ilha em polo turístico. A categoria “parque” embora proíba a residência de moradores em seu interior, permite a visitação e está intimamente ligada a exploração turística. Entretanto, segundo pesquisa de Teresa Mendonça (2010) há uma percepção de baixo aproveitamento do Parque da Ilha Grande enquanto atrativo turístico, na medida em que há uma maior exploração do turismo de sol e praia, “de costas para a Mata Atlântica”⁹⁷.

Com relação à RDS do Aventureiro, no período de realização desta pesquisa (2017-2019) não foi observada nenhuma sinalização física que indique a existência da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, apesar de existir uma sede do INEA na praia. No caso da Reserva Biológica da Praia do Sul, além das placas que indicam os seus limites, em períodos de alta temporada há agentes fiscalizadores que impedem o trânsito de pessoas não autorizadas em seu interior.

A presença do Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM) na praia de Dois Rios, até a década de 1990, freou a expansão do turismo na ilha e a implosão de parte de sua estrutura, em 1994,⁹⁸ representou também um aumento exponencial no fluxo de turistas motivado pelo marketing da “Ilha sem medo”. De acordo com o prefeito de Angra dos Reis, em 1994, havia

⁹⁶ A demora na desativação do presídio foi um dos motivos alegados que teriam atrapalhado a consolidação de tais planos.

⁹⁷ Segundo o depoimento de Alexandre, do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG): “Infelizmente o turismo ele não considera as unidades, hoje, e falta essa relação mais íntima, que hoje não é nada íntima, entre o turismo e as Unidades de Conservação, falta esse olhar estratégico do negócio do turismo para as Unidades de Conservação” (Mendonça, 2010, p.126).

⁹⁸ Os presos foram transferidos para o recém construído à época presídio de Bangu. Fonte: Ferreira, 2004.

uma contradição com relação à presença do presídio, de acordo com Luiz Sérgio: “mesmo sendo sinônimo de mal, até aquele momento tinha garantido a preservação da ilha” (JB 4/4/94 apud Mendonça 2010, p. 103).

Segundo Gustavo Costa (2004), se até 1994 os moradores do Aventureiro viviam numa sensação de isolamento e perigo constante, nesta nova configuração “não são mais presos fugidos que chegam à praia, mas levas de turistas” (p. 52) Se antes o presídio figurava como principal tema-problema relacionado à Ilha Grande nos veículos de comunicação, a falta de planejamento para desenvolvimento do turismo passa a ser o foco da grande mídia⁹⁹ e o turismo se tornou o novo vilão da Ilha Grande por representar um risco à conservação da natureza¹⁰⁰.

Uma das grandes preocupações dos moradores nativos com relação à expansão do turismo estava relacionada com a possibilidade de perda de suas terras, a exemplo da Ilha Bela (SP), visto que a maioria dos moradores são posseiros e destaca-se a presença de grupos imobiliários e empreendimentos turísticos com registro no cartório de Angra dos Reis, donos de propriedades na ilha com mais de 10.000 m² (Mendonça, 2010). Há um sentimento de invasão manifestado por aqueles que “se sentem como “do lugar”, por oposição aos outros que “vem chegando” e se instalando em função do turismo” (Ibidem, p. 159).

Antes do incremento da atividade turística no Aventureiro, após a demolição do presídio, a principal fonte de renda da praia era o trabalho na pesca embarcada em barcos do Provetá, praticado pelos homens, chefes de família. As mulheres ficavam responsável pelo trabalho na roça. Entretanto, com a crise no setor pesqueiro¹⁰¹ muitos moradores relataram momentos de dificuldades financeiras vivenciados na pesca.

Nas décadas de 1980 e 1990, há relatos de fugas constante de presos da colônia de Dois Rios, havendo uma sensação de vulnerabilidade local. Segundo Vovô, nesse período só não foi embora do Aventureiro quem não podia, porque era uma vida muito difícil. O começo da atividade turística no local foi gerenciado pelas mulheres, já que a maioria dos homens

⁹⁹ Paraíso dos Urubus (JB e O Globo, 1995) se referindo ao Abraão, Paraíso Ameaçado (JB, 2005), Que Paraíso é esse? (O Globo, 2006) são algumas das manchetes que fazem referência à superlotação da ilha e os problemas gerados pelo turismo. Fonte: Mendonça, 2010.

¹⁰⁰ Em 20 de janeiro de 2002 foi assinado um termo de ajustamento de conduta (TAC), citado no capítulo 2.2, que envolvia as três esferas de governo para resolução de questões socioambientais da Ilha Grande como um todo.

¹⁰¹ Decorrente da diminuição do pescado, em função do aumento do número de barcos e do tamanho das embarcações. Fonte: Prado, D. 2013.

ainda estava trabalhando embarcado, a saída da pesca para o turismo foi um processo gradual, conforme trabalho de Gustavo Costa (2008) aponta.

O turismo como pode ser observado é um tema central na história recente da Ilha Grande e transversal às questões tratadas até aqui: as unidades de conservação e a afirmação da identidade caíçara. Este capítulo pretende analisar estas relações e de que forma elas atuam no fortalecimento da comunidade do Aventureiro em seu território.

4.1 DESIGUALDADE DE GANHOS NA EXPLORAÇÃO DO TURISMO NA PRAIA

A prática do turismo no Aventureiro é vista de forma ambígua pelos moradores, se por um lado há uma consciência coletiva de que foi através dele que a maioria das famílias tiveram uma melhora de condição financeira, tendo acesso a bens de consumo, além de abrir novas possibilidades de vida, como estudar e morar fora, por exemplo; por outro lado muitos moradores o veem como um fator de desunião na comunidade.

Uma questão chave relacionada a essa suposta desunião é o fim do presídio. O “medo social” que o presídio causava, justificado pela frequente fuga de presos, introduziu um elemento de união na comunidade. A implosão do Instituto Penal Cândido Mendes e a chegada dos turistas alteram significativamente os laços comunitários que existiam antes, conforme depoimento de Vovô:

“Vovô” – O que acabou tudo foi os presos. Era a trava da Ilha Grande. A trava da Ilha Grande era o presídio. Mas não era só a Colônia, era a Ilha Grande toda, era uma trava, não entrava ninguém. Depois do presídio acabou a união no Aventureiro. Acabou não, diminuiu. Antes era todas as mulheres lá com a Lúcia, a Bieca, a mulher do Nezinho. E os homens vigiando. Com o dinheiro, depois do fim do presídio, é só meu camping pra cá, o meu pra lá, cada um por si (Costa, 2013 p.20)¹⁰².

Gustavo Costa ressalta a dinâmica de vigília adotada pela comunidade como forma de proteção:

Durante gerações, as mulheres do Aventureiro, com seus filhos, sobretudo do canto esquerdo da praia, que é por onde chegavam primeiro os prisioneiros fugitivos, não dormiam sozinhas em suas casas, juntando-se em casas de parentes, quando seus maridos estavam fora na pesca embarcada (tempo que podia chegar a dois meses). Os homens, sobretudo os mais velhos, que não saíam para a pesca, por sua vez, vigiavam as praias do Sul e do Leste, que era a rota de fuga dos presos até o Aventureiro. (2004, p. 52).

¹⁰² “VOVÔ”. [Sobre o mutirão e sobre o presídio]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 18 maio 2004.

A inclusão do turismo como principal atividade econômica na região reordena os valores individuais e comunitários do Aventureiro. Muitos moradores têm essa leitura de que num curto espaço de tempo, o turismo modificou e melhorou muito a vida deles. Entretanto, esta melhora não é igualitária para todas as famílias, existe hoje uma discrepância de ganhos evidente na praia e isso é fruto da forma como o capital atua, incutindo uma série de valores associados à racionalização capitalista – seja posse, carreira, concorrência, etc.

Uma das questões que surgiu na pesquisa do campo foi a percepção de diversos moradores de que o turismo provocou uma certa desunião entre a comunidade. Esta questão já vinha sendo observada por outros pesquisadores (Costa, Catão e Prado, 2009) que apontam uma maior separação das famílias, em comparação aos trabalhos comunitários que marcavam as relações sociais num passado recente. Segundo eles, cada família se torna uma unidade comercial e há uma competição pela freguesia dos turistas. Costa, Catão e Prado apontam ainda que o turismo reafirmou uma estratificação social já existente de longa data, segundo eles:

Foram geralmente as famílias com melhores condições econômicas, que tinham mais roças, tinham barco e que ganharam mais dinheiro com a pesca embarcada, as que se ligaram mais prontamente ao turismo, estabelecendo os campings na praia, lugar privilegiado para esta atividade (2009, p. 100).

Helena Catão Ferreira aponta a existência de uma “elite local” representada pelas famílias que tem os seus empreendimentos localizados na área da praia.

Observei também que algumas famílias fazem parte de uma espécie de “elite local”. O que estou assim denominando é o conjunto daquelas famílias que possuem maior poder aquisitivo por estarem inseridas na maioria das atividades econômicas locais, algumas possuindo inclusive barcos com os quais fazem transporte de passageiros. Estas, que geralmente são ocupantes das áreas mais próximas à praia, nas épocas de alta estação do turismo, costumam empregar em seus negócios os menos favorecidos economicamente (2004, p. 78).

Considerando o processo de acumulação de capital, aquelas famílias que em 2004 possuíam maior poder aquisitivo estando inseridas na maioria das atividades econômicas, tendem a manter e até mesmo ampliar o seu domínio na praia. Na medida em que podem a cada ano fazer novos investimentos em seus negócios, se diferenciando dos outros empreendimentos e atraindo mais visitantes, em detrimento de estabelecimentos mais simples. Neste caso além da localização, passa a ocorrer uma diferenciação de estrutura oferecida entre os campings. O mapa da Figura 19, elaborado entre 2009 e 2010, apresenta a localização dos

18 campings existentes na praia na época. Já na Figura 20, é realizada uma descrição de cada casa e empreendimento familiar.

Questionados se o turismo unia a comunidade foi unânime entre os entrevistados para esta pesquisa que “não”.

Não une porque o que acontece, um ganha um pouco mais, um ganha um pouco menos aí tem camping que já enche de turista, tem camping que não enche, aí já dá aquela rixazinha. O que desuniu a comunidade aqui foi o turismo. No meu ponto de vista, o que tirou a união do Aventureiro foi o turismo, porque dividiu as pessoas. Um ganha mais não está nem aí para aquele que está ganhando menos (Entrevista em 13 junho de 2018).

Outro morador relata que o turismo “individualizou um pouco”, que as famílias ficam mais na sua, antes “todo mundo era bem mais unido para fazer as coisas da comunidade”. Outra fala associa isto a um caráter negativo do turismo: “Isso também é uma coisa ruim que o turismo trouxe. Todo mundo era mais unido, hoje em dia é mais individual”.

Bibinha, moradora das áreas altas da praia, relata que o camping dos seus avós, Seu Zé e Dona Di (número 14 da Figura 19), também fica desfavorecido com relação a ocupação de turistas, segundo ela “no réveillon se fica 10 barracas lá é muito” (Entrevista concedida em 09 de junho de 2018). Considerando que há um controle¹⁰³ com relação ao limite de visitantes, se o Aventureiro está com a lotação completa nestes períodos, mas tem camping vazio, tem camping que está acima da capacidade estimada.

Outro elemento relacionado ao turismo diz respeito à sazonalidade da atividade, expresso em algumas falas durante o trabalho de campo “tem que trabalhar bem no verão pra ganhar um dinheirinho bom e se manter no inverno” (Bibinha). Ou nas palavras de Vovô “o pessoal é igual lagarto, trabalha no quente para comer no frio, né filha”. Outra moradora na mesma faixa etária de Bibinha indagada sobre como é morar no Aventureiro destaca a questão financeira: “Não tem muito gasto. Só trabalhar e guardar, aí não tem muito gasto também. A gente planta, a gente vive as duas coisas, a gente planta e trabalha com o turismo”¹⁰⁴.

¹⁰³ Este controle atualmente vem sendo feito pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis, TurisAngra.

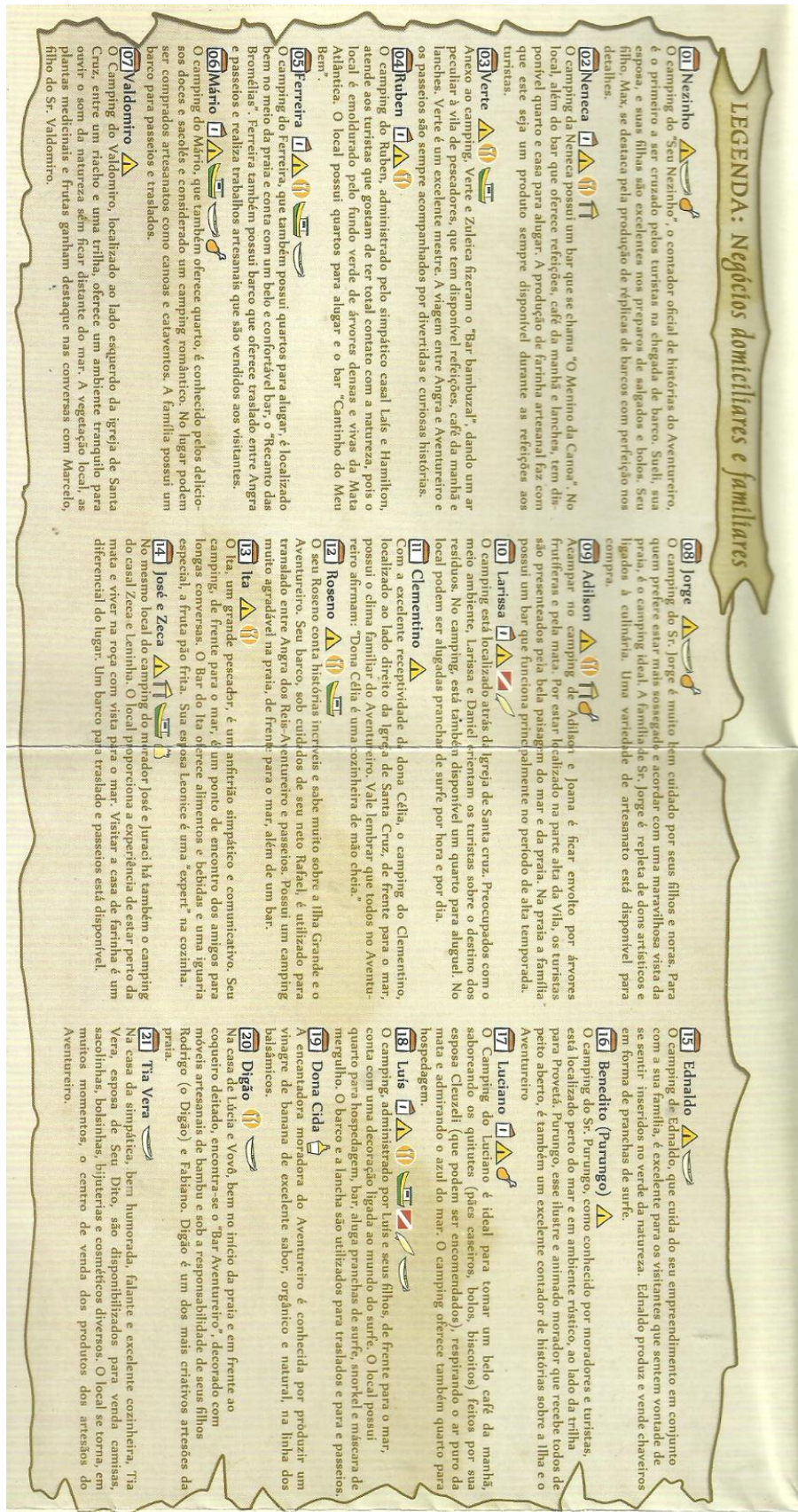
¹⁰⁴ Entrevista concedida em 08 de junho de 2018, não autorizou divulgação de seu nome.

Figura 19: Mapa da vila do Aventureiro



Fonte: Projeto realizado pelo Departamento de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em parceria com o CODIG (Comitê de Defesa da Ilha Grande) com recursos do Ministério do Turismo, ano: 2009-2010.

Figura 20: Descrição dos empreendimentos familiares do Aventureiro.



Fonte: Ibidem, figura anterior.

Embora o trabalho da roça seja apresentado como em declínio, muitas pessoas mantêm pequenas plantações de temperos, frutíferas e mandioca, e destacaram isso em sua fala. Conforme Neneca: “eu tenho meus aipins, minha cana que eu plantei atrás da casa, tenho meu chuchu. O caldo que você tomou hoje foi da minha cana que eu plantei... Mas você não comeu meu chuchu não né...” A manutenção da cultura da roça é vista por muitos moradores como motivo de orgulho.

Indagada sobre o que sustentava a comunidade no Aventureiro até hoje Cláudia, com 41 anos, diz que achava que era o “povo ser caiçara”, “ainda tem uma roçazinha”, pois segundo ela “se depender agora do turismo, agora fracassou mais”. Cláudia é mãe de Vinícius, citado no capítulo três. Nos períodos de grande movimentação turística Cláudia trabalha no restaurante do camping do Luís, seguindo a tendência observada por Ferreira de que “nas épocas de alta estação do turismo, costumam (os mais favorecidos economicamente) empregar em seus negócios os menos favorecidos economicamente” (2004, p. 78). O tópico seguinte observa como turismo coexiste com as práticas tradicionais e sua relação com o território.

4.2 NOVAS TEMPORALIDADES E REARRANJOS DAS PRÁTICAS COLETIVAS

Esta nova temporalidade que o turismo trouxe também gera diferentes territorialidades. A fotografia a seguir (Figura 21) ilustra um pouco desse outro período, sem turistas. A minha escolha em passar três semanas na baixa temporada turística de 2018, estava relacionada tanto com uma maior disponibilidade da comunidade para dar entrevistas, mas também para vivenciar outra territorialidade, “mais” caiçara. Chama atenção ainda que as duas canoas da figura sejam de fibra e não madeira, feitas com moldes de canoas antigas da praia. Estas canoas são o exemplo das tradições em movimento da cultura caiçara.

Janaína Souza (2013) chama atenção para as reconfigurações sociais vividas pelas novas gerações:

(...) pelos filhos e pelos netos dos pescadores tradicionais que, hoje, trocaram o uso das redes de pesca pelas pranchas de surfe. A roça cada vez mais é substituída pelo supermercado e pela feira, em Angra dos Reis. O aumento do poder aquisitivo dos moradores com a exploração do turismo, que passou a ser vista como a possibilidade econômica do momento, gerou novas diferenças de estratificação social (p. 30, 31).

Durante a pesquisa, a minha percepção foi que esses saberes podem ser combinados, e não excludentes. Por exemplo, há diversos moradores que surfam e também pescam. Enquanto há outros que apenas surfam e não se interessam pela pesca, e vice-versa. Assim

como a cultura da roça, embora tenha reduzido drasticamente, ela permanece em menor escala, e foi citada durante depoimento com moradoras jovens.

Figura 21: Caiçaras na rede: aproveitando a baixa temporada.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

No dia 16 de junho de 2018, eu estava almoçando quando observei na praia uma canoa jogando rede com 2 tripulantes, de repente o povo começou a gritar e deduzi que tinham cercado tainha. Abandonei meu almoço pela metade e fui lá tirar foto (Figura 22 e Figura 23) e puxar rede, alternadamente. Foram capturadas 53 tainhas, o dono da rede que cuidou da divisão, primeiro ele selecionou algumas para ele e depois todos que ajudaram, “que ajudaram, heim”, reforçou ele, foram recompensados com uma tainha cada. Eu também ganhei uma tainha e fui “consertá-la”¹⁰⁵ com auxílio da Neneca e comemos juntas de diferentes formas (frita, cozida e assada). Além das tainhas veio uma arraia que deu uma ferroada num dos homens que estava puxando a rede na água.

¹⁰⁵ Termo nativo usado no lugar de “limpar o peixe”.

Figura 22: Arrasto de tainha: a puxada da rede.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Figura 23: Arrasto de tainha: final da puxada: toda rede está na praia.



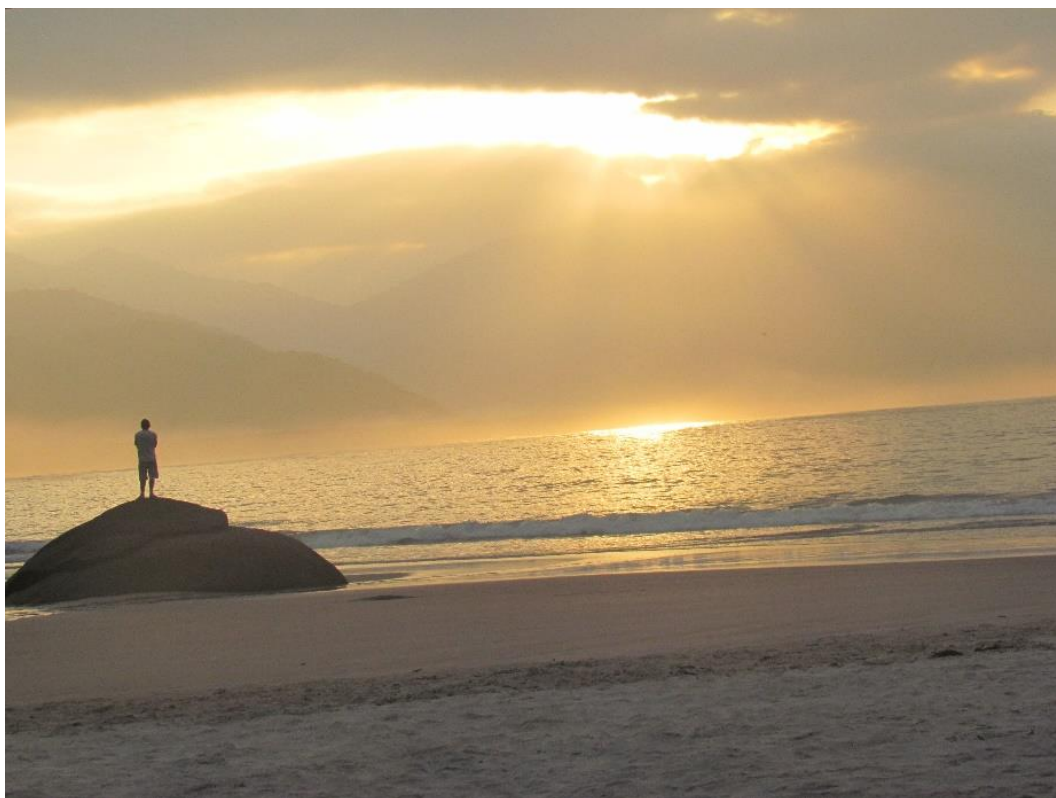
Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

O arrasto de praia é uma atividade essencialmente coletiva, que acontece há mais de trinta anos no período da corrida da tainha, que vem do sul do país, durante o inverno. A continuidade da realização desta atividade ao longo do tempo mostra como o turismo coexiste com outras práticas e usos do território ao longo do ano.

Gustavo Costa (2008) pontua o declínio de três importantes acontecimentos sociais do passado que exigiam um trabalho comunitário, são eles: o mutirão para construção de casas, a abertura de terreno para roça e a puxada coletiva da tainha. Destaco também o fim do presídio como um acontecimento central de reorganização das relações locais. O relato da puxada de rede de tainha mostra como esse declínio é relativo, pois havendo peixe provavelmente haverá o arrasto de praia.

Flávio (Figura 24) é filho do Seu Jorge, antigo “espia” da comunidade que observava a entrada de cardumes na enseada do Aventureiro para realizar o arrasto de praia da tainha. Ele é o único morador que pesca de maneira autônoma em seu próprio barco e também herdou a função de “espia” de seu pai.

Figura 24: Flávio observando o mar durante o amanhecer.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

Luís, em entrevista concedida em junho de 2018, cita ainda a tirada da canoa, como uma atividade que desapareceu: “Não tem muito mais aquela união, tirar canoa, ajudava na roça, fazia mutirão para uma coisa, fazia outra. Hoje em dia muito mal ajuda a tirar uma coisa que chegou na praia, ou passa direto. Se me ajudou eu ajudo, se não (...)”. Esta percepção é bastante singular, posto que o seu tio Vovô, tem uma leitura diferente com relação ao grau de solidariedade na praia: “Aqui todo mundo ajuda, chega uma *barcada* [material que vem do barco] minha, todo mundo ajuda, chega do Luís, todo mundo ajuda, chega do Odair todo mundo ajuda. Quando o dono chega na praia, material está em casa”. Vovô ainda destaca a importância de seu barco, “Valeu a pena”, como de uso coletivo da comunidade.

Você vê, eu tenho um barquinho, você conhece que é o Valeu a Pena. Aquele barco no fim do mês pega o pessoal do Provetá, nem todos né, não pega todo mundo, dez pessoas. Vai em Angra, chapa aquele barco, agora só botijão de gás eu trouxe doze, vem aqui bota a compra aqui, bota um banquinho, tem que ver quando aquele barco, vai tirando compra, vai tirando compra, aquilo tudo de compra... (...) Porque se o barco custasse mil reais, podia pensar “ah cada um compra um”, mas um barco não custa mil, custa 70 mil... Aí nem todo mundo pode comprar um barco, então quem tem, tem que fazer assim pelos outros.

Ele relata que a maioria da comunidade usa o seu barco para trazer compras: “Então não cobro nada do pessoal, o pessoal lascado igual eu, pobre igual eu, talvez bem mais pobre ainda, porque eu ainda tenho o meu pagamentozinho, outros nem tem coitados. Aí eu vou cobrar do pessoal pra ir buscar uma compra?”¹⁰⁶

No dia da minha chegada houve uma grande recepção na praia, por conta da vinda da Neneca que já estava alguns meses em Angra por conta de uma cirurgia que havia feito. Neste mesmo ano ela ficou viúva, quando seu companheiro, Sidnei¹⁰⁷ adoeceu vítima de um surto de febre amarela que acometeu a Ilha nesse período. Segundo o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2003) o sentido de comunidade se manifesta, sobretudo, em momentos de crise, e nestes momentos de luto aparece fortemente.

Um momento de celebração coletiva do lugar é a Festa de Santa Cruz, realizada atualmente no mês de janeiro¹⁰⁸. Para alguns moradores a festa hoje tem uma estreita relação com os turistas, diferentemente do passado. Segundo o Luís: “a festa do Aventureiro se for

¹⁰⁶ Entrevista Vovô em 26 de junho de 2018.

¹⁰⁷ Sidnei era irmão de Vovô, durante uma de minhas conversas Vovô se referiu a ele como um “senhor professor”, o único que sabia fazer barco na praia.

¹⁰⁸ Antigamente a festa era realizada no dia 03 de maio, dia de Santa Cruz, em períodos de lua cheia, quando os homens não estavam embarcados. Devido às condições adversas do mar nesse período que dificultava inclusive a vinda do padre, a festa foi transferida para o mês de janeiro.

depender do morador do Aventureiro, era uma festa sem graça. O que faz ainda ter a festa, são as pessoas de fora”¹⁰⁹. Quando eu comecei a acampar no Aventureiro, conheci a festa de Santa Cruz, como “festa da lua”, quando a festa era realizada na primeira lua cheia do ano. Atualmente a festa não é realizada obrigatoriamente no período da lua cheia. O crescimento da religião evangélica na praia tem afastado alguns moradores de participar da festa.

Em janeiro de 2019, cheguei sábado para a festa no Aventureiro. Já não tinha almoço no restaurante da Neneca porque ela tinha encerrado mais cedo para participar da procissão. O principal dia da festa é o sábado e ocorrem as seguintes atividades: missa, batizados, procissão na praia, leilão, anúncio do festeiro do próximo ano e forró. Antigamente todos os bares da praia fechavam durante o leilão (Ferreira, 2004). Hoje em dia não, segundo o Luís “eu não participo, porque na hora da festa é quando a gente trabalha mais, eu não posso sair daqui e ir lá para festa dançar forró não sei até que horas, então não dá. Então trabalho é trabalho, diversão é diversão”. Segundo trabalho de Gustavo Costa (2008) Luís nunca participou da festa pois ele nunca foi católico.

Figura 25: Procissão Festa de Santa Cruz 2018.



Fonte: <https://dioceseitaguai.org.br/salve-a-santa-cruz-no-aventureiro/>, acesso em 29/11/2019.

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 18 de junho de 2018.

Neneca gerencia o principal empreendimento turístico liderado por uma mulher na praia. Ela oferece serviços de hospedagem (camping, aluguel de casa e suítes) e abriu um dos primeiros restaurantes da praia, antes mesmo do Luís. Seu estabelecimento fica logo no início da praia, próximo ao caminho do cais e de frente para o coqueiro deitado, cartão postal do lugar.

Neneca começou a trabalhar com turismo após se casar, aos 22 anos. Ela teria investido o dinheiro que recebeu trabalhando no sítio arqueológico no ilhote da praia do Leste, para montar o restaurante. Segundo ela: “para trabalhar com turismo aqui tem que ter o bar”. Em 2018 seu bar completou 25 anos. Sua sogra dona Angelina, no período do trabalho no ilhote, fazia almoço para a equipe do Museu Nacional e a partir desta experiência veio a inspiração para montar o negócio¹¹⁰. Neneca trabalhava no bar e na roça de sua sogra, dona Angelina, que ficava numa área acima do atual camping do Luís.

Figura 26: Coqueiro deitado, principal símbolo turístico utilizado para representar a praia do Aventureiro.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018.

¹¹⁰ Fonte: Revista Destinos, p. 29, ano 2011.

Durante a minha estadia no quintal da Neneca, pude apreciar algumas comidas tradicionais da culinária caiçara, como no dia em que ela preparou um “Biju” (Figura 27) para o lanche, ou num dia em que comi “paçoca de banana verde e toucinho”¹¹¹ no café da manhã. Vale mencionar que esses quitutes tradicionais da cultura local não foram incorporados de maneira geral aos cardápios dos empreendimentos da praia.

Figura 27: Biju de côco na folha de bananeira.



Fonte: Acervo pessoal, junho de 2018

Carlos Maldonado (2009) argumenta que as atividades tradicionais não devem ser abandonadas numa perspectiva de turismo rural comunitário, o autor discute o caráter ambivalente da atividade e seu “efeito de pacote” em comunidades indígenas e campestres na América Latina. Maldonado conceitua turismo comunitário, como:

(...) toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (2009, p. 31).

¹¹¹ Segundo a Neneca eles comiam esta comida quando tinham que trabalhar na roça.

Sob esta perspectiva há uma preocupação com a distribuição equitativa dos recursos, que não deveriam ser apropriados individualmente. Conforme será visto no tópico seguinte, no ano de 2006, após a proibição da prática do camping e da reorganização do turismo na praia do Aventureiro, a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) passou a desempenhar um papel importante na gestão do turismo na localidade. Houve o protagonismo da comunidade que ficou responsável pela distribuição dos turistas pelos campings, respeitando a lotação permitida, além de organizar a venda de passagens de barco, contribuindo assim com a distribuição de parte do recurso do turismo de forma mais equilibrada.

4.3 ÉPOCA DA “CABINE”: AMAV EXPERIÊNCIA DE GESTÃO COLETIVA

A proibição do turismo, em 2006, fez com que a comunidade se unisse para batalhar pela sua liberação. De acordo com relato de Bibinha: “Acho que só une [o turismo] quando alguém chega e fala ‘ah, o turismo no Aventureiro vai acabar’, aí dá um jeito rapidinho de se reunir, ah vamos fazer isso, vamos correr atrás, a comunidade tem que se reunir e não sei o quê....” O episódio da proibição e da posterior reorganização do turismo na praia, pode ser visto como um divisor de águas na trajetória do turismo na praia.

Em dezembro de 2006, foi assinado um termo de compromisso entre a AMAV, Prefeitura de Angra dos Reis, Ministério Público Estadual e FEEMA, que além de solicitar a resolução da recategorização da Reserva Biológica para uma UC compatível com a presença da comunidade, estabelecia algumas regras para a gestão do turismo na praia. Este documento estipulou um limite de 560 visitantes por dia¹¹². Este cálculo foi feito baseado na quantidade de banheiros por camping, considerando o número de 15 pessoas por banheiro, independente da área de cada camping. Embora este acordo tenha sido feito neste contexto de instabilidade jurídica no qual a comunidade se encontrava, este número de visitantes permanece sendo usado como referência para controle pela TurisAngra (Fundação de Turismo do município de Angra dos Reis).

Para que este limite fosse respeitado, toda pessoa que desejasse ir ao Aventureiro deveria se cadastrar junto à TurisAngra no centro da cidade de Angra dos Reis. Ao se cadastrar a pessoa assinava um documento (Figura 28) e pegava uma pulseira. Só poderia

¹¹² Este número não considera os turistas que fazem a volta na ilha de lancha e passam o dia na praia do Aventureiro.

Figura 28: Documento que deve ser assinado pelos visitantes do Aventureiro.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, residente a _____ e telefone para contato de um _____, declaro que recebi do Centro de Informações Turísticas o Termo de Compromisso para visitação da Reserva Biológica da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ.

Chegada: _____ de _____ de 20____.

Saída: _____ de _____ de 20____.

Tel.: (____) _____.

Assinatura



TurisANGRA
FUNDAÇÃO DE TURISMO DE ANGRA DOS REIS



**TURISMO
LEGAL**



**PREFEITURA DE
ANGRA**
TEMPO DE MUDANÇAS

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, residente à _____, visitante na localidade da Vila dos Aventureiros, área situada dentro de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, me comprometo a seguir os itens aqui apresentados, sabendo que, na desobediência de um ou mais itens, poderei responder legalmente pelos meus atos que estiverem em desacordo com a legislação ambiental vigente.

COMPROMISSOS

1. Utilizar apenas as praias da Vila dos Aventureiros e do Demo, tendo em vista que, tanto a passagem quanto a permanência no Costão Rochoso do Demo, na Praia do Sul e do Leste (incluindo as Lagoas e o Ilhote) são restritas pela Lei Federal nº. 9985/2000;
2. Manter a área das praias em perfeitas condições de limpeza;
3. Não alterar a paisagem local através do corte de arbustos, galhos e árvores para abertura de trilhas, bem como não utilizá-los para fazer fogueira.

INFORMES

1. Considerando a restrição da passagem pelas Praias do Sul e do Leste, a travessia entre Aventureiro e Parnaloca deverá ser feita pelo mar, através, por exemplo, de embarcação;
2. A inobservância das determinações estabelecidas no presente instrumento, bem como qualquer intervenção não autorizada na área da Reserva Biológica da Praia do Sul, implicará na aplicação das sanções administrativas prevista na Lei Estadual nº. 3467/2000 e na Lei Federal nº. 9605/1998, relativas aos crimes ambientais.

ATENÇÃO VISITANTE!

A Vila do Aventureiro está inserida em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), criada pela lei estadual n.º 6397, de 28 de maio de 2014. As regras de visitação a esta praia está amparada por um Termo de Compromisso firmado entre a Comunidade e o Poder Público, visando o turismo sustentável. Durante sua permanência, colabore com a administração pública e com a comunidade.

Vila do Aventureiro – Angra dos Reis/RJ, _____ de _____ de 20____.

Assinatura



inea
Instituto estadual do ambiente



RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL



ILHA GRANDE



PARQUE ESTADUAL DE TAMOIOS

embarcar para o Aventureiro quem tivesse a pulseira e diversas fiscalizações foram realizadas neste período. A contagem de 560 pessoas está defasada considerando o aumento da estrutura dos campings e da construção de novas suítes e etc. Com relação à “capacidade de carga”, Luís defende que a comunidade não quer muita gente “Só que o limite que é colocado é muito pouco”.

A fiscalização do número de visitantes que acontecia principalmente nos feriados de maior movimentação turística como carnaval e ano novo diminuiu bastante nos últimos anos. Durante a minha ida à festa em janeiro de 2019, conversando com um dono de camping, ele me relatou que naquele réveillon havia chegado muito mais turista do que a sua capacidade e que ele estava temeroso com relação à capacidade da fossa. Disse ainda que cabia ao poder público municipal controlar o fluxo de visitantes antes de embarcarem para a ilha, pois chegando na praia fica difícil mandar o turista retornar. Mas caso houvesse uma organização local da comunidade estes turistas poderiam ser direcionados para àqueles campings esvaziados, conforme relato de Bibinha citado anteriormente.

Com o estabelecimento de um número limite de visitantes, em 2006, a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) passou a cobrar uma taxa diária de permanência dos turistas que pernoitavam no Aventureiro. Naquele momento cada turista que chegava ao Aventureiro tinha que pagar adiantando para a cabine toda a quantia da hospedagem, era cobrada uma taxa R\$5,00/dia que ficava sob os cuidados da AMAV. Cláudia explica que o valor era abatido do valor do camping, “Se fosse 20 reais o camping, passava 15 para o dono e cinco ficava para a cabine. Entendeu? Aí se você chegasse, ah o meu camping é 50 reais. Aí a gente cobrava 50 e tirava 5 para a cabine, e 45 ficava para você”. A cabine também vendia passagem de barco, inibindo a presença de barcos de fora e fortalecendo os donos de barcos do Aventureiro.

Há uma percepção geral de que o estabelecimento de um número limite de visitantes para o Aventureiro foi benéfico. Segundo o Luís “deu uma melhora depois que proibiram o turismo por causa do excesso de pessoas, deu uma melhora que selecionou”. Houve um aumento nos preços do camping e do barco, havendo um retorno financeiro maior e com menos impacto ambiental, posto que passaram a vir menos pessoas. Neneca também concorda com o estabelecimento do limite de visitantes, destacando que a “qualidade” do turista melhorou, “porque primeiro era muita bagunça né...”.

Com o passar do tempo a cabine deixou de funcionar. Segundo relatos alguns donos de camping não queriam mais pagar a taxa diária, ou quem alugava casa e/ou quarto já fazia a

reserva antes de chegar na praia, sem tirar a porcentagem da cabine. A partir de então: "ah se fulano não vai pagar, também não pago, ficou naquela sabe? Se um não vai, também não vou". Segundo relato de Luís na época da cabine também dava briga séria. Ele aponta uma desconfiança da comunidade com relação a gestão do dinheiro e também sobre o direcionamento entre os campings gerando descontentamento entre os turistas.

Segundo Cláudia, sem a cabine, tem camping que desrespeita o limite e tem camping que fica vazio. Pois se o controle é feito apenas de Angra dos Reis eles de lá não fiscalizam se as 560 pessoas estão distribuídas de acordo com a capacidade prevista por cada camping. Segundo o seu depoimento na época da cabine havia uma melhor distribuição dos turistas pelos campings:

No morro quase não vem ninguém, o pessoal quer ficar na praia, entendeu? Mas na época da cabine não, era obrigado a ficar. Tinha aquele camping, você tinha que ficar ali, se você não quisesse ficar então você ia voltar. Porque não tinha. Mas o pessoal dizia:

“- Ah mas eu quero ficar no camping do Luís, sabe?

- Não, o Luís já está com a lotação fechada, você vai ter que ir para esse camping, se você não quiser...” (Cláudia, entrevista em 08 de junho de 2019).

O recurso da cabine era todo direcionado e gerido pela Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV). Durante os conflitos relacionados a recategorização do Aventureiro em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a AMAV se posicionou como favorável à RDS. Este processo foi marcado por disputas internas que culminaram com a vacância de representação da AMAV conforme narrado no capítulo 2. Bibinha relata que integraria a última chapa para associação “mas aí foram desistindo, foram desistindo e acabou. Nem chegaram a fazer e já acabou” (Entrevista em 09 de junho de 2018).

Atualmente a condução das atividades do turismo está bastante nuclearizada por família, sem uma organização coletiva. Cada pessoa que deseja ir ao Aventureiro deve estabelecer contato diretamente com cada morador para agendar a viagem. Se antes o preço dos campings era tabelado, hoje em dia cada um “coloca o preço de acordo com a condição de cada camping”, segundo relato de uma entrevista.

Muitas pessoas entrevistadas afirmaram que o turismo não está organizado, ou que está “cada um fazendo do seu jeito” diferentemente da época posterior à proibição citada acima. Há uma sensação de abandono da TurisAngra e INEA, para auxiliarem na organização do turismo, conforme fala a seguir: “Hoje afrouxou muito, afrouxou muito. Hoje em dia muito raramente chega alguém fiscalizando os campings, quem está com pulseira, vê quem

fez cadastro. É muito raro. Antigamente bem no início, era bem constante” (26 de junho de 2018, anônimo). Outra fala reflete esta falta de comprometimento dos órgãos públicos:

Pessoal do INEA vem aí faz reunião, a vamos fazer isso, vamos organizar, no começo de novembro início de dezembro, aí quando chega no réveillon mesmo não aparece ninguém. Aí quando chega no inverno aparece, ah vamos arrumar, vamos organizar, quando chega no verão some todo mundo, não aparece ninguém. Tinha que ter fiscal de Angra, da Turisangra (Bibinha, 09 de junho de 2018).

Além do desequilíbrio entre os campings, o transporte de turistas também ocorre de maneira concentrada, segundo relato de outra moradora. Com barcos que fazem várias viagens e outros que fazem muito poucas, além da presença de embarcações de fora, como lanchas “flex”, que fazem a viagem por um tempo mais curto, mas que cobram um valor mais alto. Atualmente alguns moradores já possuem lanchas para transporte de passageiros. O barco está com uma média de preço R\$ 60,00, já a lancha custa R\$ 100,00.

O tópico seguinte apresenta alguns princípios norteadores do turismo de base comunitário dialogando com o turismo praticado no Aventureiro.

4.4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA ENQUANTO PRINCÍPIO?

As primeiras formulações em torno do que se convencionou chamar “turismo de base comunitária” ocorreram como desdobramento de um diálogo científico, ocorrido no I Encontro Nacional de Turismo de Base Local realizado em 1997 na cidade de São Paulo-SP e, posteriormente, em 2003 no I Seminário Internacional de Turismo Sustentável em Fortaleza-CE com a participação de movimentos sociais. Carlos Sampaio (2008) apresenta que a denominação de “turismo de base comunitária” ou “turismo comunitário” “é derivada de modalidades do turismo, conhecidas pelos termos turismo cultural ou etnoturismo, ecoturismo e agroturismo” (p.1). Segundo o autor “o turismo comunitário é uma estratégia para que populações tradicionais, (...), sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista consumista” (2005 apud 2008).

Marta Irving (2009) destaca a vinculação entre o turismo de base comunitária e o seu compromisso com a inclusão social, argumentando que o avanço no desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais. As iniciativas de turismo de base comunitária têm em comum a relação com a conservação da natureza e de valorização da cultura local, pensando a cultura como objetivo de afirmação de identidades e pertencimento.

O turismo de base comunitária (TBC) se apresenta enquanto alternativa ao modelo hegemônico de turismo, com protagonismo e forte mobilização dos grupos locais envolvidos, fundamentados na economia solidária e no cooperativismo, com distribuição equitativas dos benefícios gerados pela atividade (Castro, 2013). O TBC pode ser visto como uma forma endógena de desenvolvimento do turismo.

Em 2008, o Ministério do Turismo lançou o primeiro edital voltado para iniciativas de base comunitária, utilizando a seguinte definição:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2008 apud Maldonado 2009, p. 145).

Dentre os 50 projetos selecionados, um deles foi o projeto “O Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária” realizado de fevereiro de 2009 a janeiro de 2011. O projeto foi proposto pela Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ (FAPUR) em parceria com o Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG). As atividades do projeto se voltaram para capacitação dos moradores e ações que visassem ao fortalecimento do associativismo e/ou cooperativismo. Dentre os produtos resultantes do projeto destacam-se a publicação de um livro “O Povo do Aventureiro” (2011), a elaboração de um mapa com a localização dos campings e demais atrativos turísticos (Figura 19 e Figura 20) e a publicação da Revista Destinos (2011).

A realização do projeto se deu concomitante às reuniões que estavam discutindo a recategorização do Aventureiro, num momento de bastante tensão. Esta situação, segundo análise da coordenadora do projeto, Teresa Mendonça, impediu o avanço na discussão em torno de um modelo de gestão local do turismo.

Teve uma oficina que a gente só mapeou, mas não conseguia. Porque até nas oficinas sobre cooperativismo, a pessoa que deu falou pra eles assim ‘Se vocês não conseguem se pensar nem enquanto, né, se organizarem quanto uma associação forte, cooperação pra gerenciar esse território em conflito, né, tem muito conflito... vocês não sabem nem o que vocês querem enquanto território, né... RDS, APA, o que que é’. [...] Então, a gente tinha muita dificuldade de criar propostas mais concretas. [...] Porque a gente estava num lugar que você não pode fazer nada. Então, qualquer proposta era uma proposta que não é viável agora, e a gente não sabe se poderia ser viável. [...] Então, teve um dia que esse professor de cooperativismo parou tudo e fez uma oficina pra eles pensarem quanto Aventureiro, né, visão de futuro, que que eles pensam deles porque... Pensar no turismo sem antes pensar oficialmente, né, eles se organizarem quanto o fortalecimento do associativismo/cooperativismo no lugar então ficava muito difícil. Porque tem uma etapa antes a ser cumprida que é essa etapa deles se organizarem, se fortalecerem

quanto associação, né. Aí, isso que é muito difícil. A gente não conseguiu chegar nessa etapa. A gente conseguiu dar conceitos, o que que seria ideal, mas não deu pra pensar num modelo de gestão, né, construindo com eles esse modelo de gestão do turismo (Coordenadora apud Castro, 2013, p.84).

Helena Catão Ferreira (2014) compreende que a criação da RDS contribuiria para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, a partir do estabelecimento de um sistema de governança consolidado. Entretanto, o processo foi marcado por tantos traumas que logo após a sua criação ocorre justamente o contrário, o esvaziamento da AMAV.

O turismo assim como o tema das identidades e das unidades de conservação é rico em ambiguidades. Ele fortalece a comunidade em seu território, na medida em que oferece uma perspectiva de ganho econômico para as famílias e suas gerações futuras. Por outro lado, introduziu uma nova dinâmica comunitária, gerando uma percepção de desunião estimulada por uma certa concorrência entre as famílias que a atividade provoca.

As visões locais sobre a melhor forma de trabalhar com o turismo são diferentes e divergentes em alguns pontos. De acordo com o Luís o turismo não se restringe apenas a “venda”, mas tudo que está por trás, segundo ele:

(...) não vai todo mundo ganhar dinheiro em qualquer lugar com o turismo. Precisa ter outras pessoas, fazendo outras coisas, porque senão agora todo mundo vai botar uma barraquinha na beira da praia e vai vender cerveja, não... vão ser alguns, (...) outro já vai trabalhar com peixe, para vender o peixe para aquele que trabalha na barraquinha, outro já vai ter que fazer uma obra, trabalhar numa manutenção, fazer a barraquinha do cara. É todo um conjunto de coisas, até para ser bom no turismo (Entrevista em 18 junho de 2018).

Estando a comunidade organizada para distribuir de forma justa os benefícios do turismo, numa perspectiva de economia solidária, a comunidade poderia se dividir em diferentes frentes, conforme fala de Luís. Caso contrário “todo mundo vai botar uma barraquinha na beira da praia”, conforme pensamento do Vovô, expresso abaixo, de que todos precisam se beneficiar do turismo:

Agora todo rancho do Aventureiro virou um barzinho, e tem que virar! Tem que virar porque o pessoal daqui filha, não pode... como dizer? (...) Não tem serviço pra turma toda, (...) Então eu mesmo falo, então, todo o pessoal daqui, quem não come a carne, rói os osso. Passamos a crise do preso aqui, então vem uma coisa melhor, tem que também disfrutar disso aí. Então eu acho que todos aqui, tem que colocar o barzinho. Não é roubar os turistas! É pegar um dinheirinho (Entrevista em 26 de junho de 2018).

Outros moradores que não usufruem a bonança da atividade, relativizam o peso do turismo enquanto atividade econômica central:

Por que eu acho que é mais pesca do que o turismo? Porque nem todo mundo aqui ganha dinheiro de turismo, entendeu? Não todo mundo, entendeu? Depende de a pessoa saber trabalhar direitinho e ganha dinheiro. Mas a pessoa que já é mais fechada, não conversa com o turista, não tem mais uma vocação para trabalhar com o turismo, entendeu? Já tem umas pessoas que são mais acostumadas com gente. Parece que se identifica mais com o turismo, já é mais solto com o turismo, entendeu? Tem gente que é mais fechada (Vinícius, entrevista em 09 de junho de 2018).

A luta pela liberação do turismo na comunidade se aliou a luta política de regularização do impasse em que a comunidade vivia até o ano de criação da RDS em 2014. Entretanto os desgastes no processo de criação da RDS desmobilizaram a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro, instância de poder local que protagonizou uma experiência de ordenamento turístico após a sua proibição em 2006.

A ausência da AMAV, neste sentido, enfraquece uma construção coletiva do território, deixando a comunidade mais vulnerável para intervenções externas sobre a organização do turismo. Cabe ressaltar que, na época da cabine, a AMAV passou a ser detentora também de recursos financeiros possibilitando o investimento em obras de infraestrutura, como parte da reforma do cais. Neneca reforça a importância da associação:

(...) eu acho que com a Associação dá mais uma organizada, entendeu? O pessoal se organiza mais... Igual ali o cais, né? A Prefeitura fez o cais, mas o restante, o negócio de madeira até chegar na passarela, aquilo ali, a associação que fez, com o próprio dinheiro da associação. Fizeram só o cais mesmo, o restante foi a associação que fez. Então eu acho assim que é bom porque associação ajuda em bastante coisa, resolve um monte de coisa, porque e se a comunidade precisa de alguma coisa?

No final desta pesquisa fui informada de que a Associação foi reativada, no ano de 2019, com uma chapa eleita¹¹³ por aclamação, sem concorrência, no qual a Neneca figura como presidente. Segundo relato de minha informante, eles já estavam “distribuindo ofícios, pedindo cursos, realizando reuniões com o secretário de turismo”. A reativação da associação de moradores da Ilha Grande vem sendo estimulada pelo PEA (Programa de Educação Ambiental). Em dezembro de 2017 eu participei de uma reunião coordenada pelo PEA no Aventureiro com o objetivo de contribuir com a formação do Conselho Deliberativo da RDS, o que depois não foi para frente. Ao longo do processo parece ter ficado clara a importância da Associação para possibilitar os próximos passos.

¹¹³ Composição da chapa: Rosângela (presidente), Criste (vice-presidente), Odair (Tesoureiro), Gisela (secretária). Conselho Fiscal: Flávio, Alex e Sebastiana. Suplentes Conselho Fiscal: Shirlei, Josilene e Tia Vera.

A prática do turismo no Aventureiro gera uma série de desafios para a organização interna. Conforme foi visto, as manifestações da identidade caiçara coexistem, como práticas coletivas, seja relacionada à pesca, como também códigos de solidariedade na comunidade. Entretanto, novas disputas intermediadas pela relação com o dinheiro vão se construindo também entre as famílias.

Uma das definições elaborada no âmbito da rede TUCUM¹¹⁴, sobre o TBC, citada por Davis Gruber Sansolo e Ivan Bursztyn é a seguinte:

O turismo de base comunitária é aquele no qual as comunidades possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM, 2008 apud 2009, p. 147)

Essas são algumas das premissas do que se convencionou denominar Turismo de Base Comunitária. As experiências de TBC são de grupos que têm em comum a luta pela terra, processos de emancipação coletiva e modos de ser divergentes da lógica individualista do capital.

O turismo praticado no Aventureiro apresenta diversos traços de TBC, como a “gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços” e o “respeito ao meio ambiente”. Também é marcado pela ausência de atores externos como proprietários e gestores dos negócios, pelo protagonismo dos processos ligado ao turismo, além de se constituir como uma forma endógena de desenvolvimento.

Por fim, observo que o turismo se tornou um vetor central para a comunidade do Aventureiro, que passou a conviver com diferentes perspectivas em torno do seu território, a partir dos diversos agentes que se relacionam com ele: turista, morador, ambientalistas, pesquisadores, empresários do setor turístico. Conforme a literatura utilizada sobre os processos sociais de territorialização aponta, todo o território é obrigatoriamente funcional e simbólico. Portanto, esta outra territorialização provocada pelo turismo atravessam cotidianamente a construção da identidade local, que passa a incorporar outros valores na sua construção de sujeito.

A territorialização, enquanto processo de dominação funcional, no qual o território se torna abrigo e fonte de recurso é uma forma concreta de uso do território através da exploração do turismo. Já a apropriação simbólica, enquanto processo social de

¹¹⁴ Rede Cearense de Turismo Comunitário.

territorialização em torno da valorização da cultura local e da memória coletiva, embora seja cada vez mais estudada nas pesquisas realizadas no Aventureiro, ainda estão distantes do cotidiano dos turistas.

Um turismo mais conectado com a produção simbólica do lugar, que valorize a história da comunidade e a importância da luta coletiva para defesa do território pode ser visto enquanto potência para um projeto de turismo de base comunitária que fortaleça a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre as contradições e ambiguidades produzidas pelo turismo, pelas unidades de conservação, na construção da identidade caiçara e suas implicações no processo de territorialização da comunidade do Aventureiro.

As pesquisas feitas no Aventureiro podem ser lidas enquanto fotografias de um momento, auxiliando na compreensão sobre os processos vividos e as contradições que esses sujeitos vivem pelas pressões da vida capitalista. Não cabe aqui julgar os processos em curso, mas trazer elementos para contextualizar que as questões observadas aqui estão inseridas num contexto mais amplo.

A implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro até hoje não se concretizou. Não foi formalizado o Conselho da Unidade, tampouco elaborado o seu Plano de Manejo, conforme disposto em legislação. Isso pode ser atribuído tanto pelo “abandono” da gestão ambiental estadual após a criação de uma UC de Uso Sustentável desmembrada de uma UC de Proteção Integral; quanto pelas fissuras geradas pelo processo dentro da comunidade principalmente relacionada ao tema da posse da terra.

Na RDS a posse da terra é regulada “por contrato vitalício e sucessório de Concessão de Direito Real de Uso, que poderá ser rescindido por violação de suas cláusulas e condições ou de normas previstas no Plano de Manejo da unidade” (Art 4º, Lei Estadual nº 6.793, de 28/05/2014). No caso das APA’s, outra opção de UC debatida no processo, a posse seria individualizada – sujeita a legislação cartorial de terras, permitindo ser adquirida por qualquer interessado. Obviamente, a opção pela RDS impediu as “oportunidades” financeiras da especulação de terras em local privilegiado na Ilha Grande.

Embora a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, até o momento, possa ser vista por alguns moradores enquanto uma “UC de papel”, ela é fruto de um movimento de resistência local, baseado na organização comunitária e resultado de uma circunstância criada pelo Estado. Esse processo de mobilização social e organização comunitária pode ser observado em quatro momentos principais, são eles: 1) a união gerada pelas fugas constantes de presos na época do presídio; 2) a viabilização de um turismo gerido pela comunidade num local de difícil acesso e com baixa infraestrutura; 3) o protagonismo da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV), em 2006, para resistir a proibição do turismo e operacionalizar um sistema de controle de transporte e acampamento segundo critérios acordados com a gerência ambiental e o Ministério Público; 4) e, finalmente, no processo de recategorização a criação da RDS que garantiu a permanência da comunidade do Aventureiro em seu território conquistando um tipo de posse que, mesmo atrelada à UC, privilegia a população local, caso único em toda a Ilha Grande.

Retomando o conceito de “territorialização” de Rogério Haesbaert (2004), usado neste trabalho, como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (p. 339), pode-se dizer que a RDS é um instrumento jurídico que pode garantir o direito ao território ao legitimar a apropriação histórica do espaço do Aventureiro por seus moradores que ali se encontram há várias gerações, que passam a ser denominados pela legislação como “população beneficiária”. Através da RDS, o Estado seria um mediador da territorialização da comunidade com a implantação do Plano de Manejo. O que se observa é a continuidade de uma territorialização endógena por parte da comunidade permeada de práticas “tradicionais” associadas a cultura caiçara, em diálogo com a atividade turística.

A relação entre a cultura caiçara e uma identidade “preservacionista” foi um discurso criado por socioambientalistas, que aparece fortemente na legislação que cria a RDS. Conforme objetivo específico elaborado de “Analisar o impacto da criação das unidades de conservação na normatização da vida social do povo do Aventureiro”; se pode entender este “rótulo” com uma limitação a ser considerada como um empecilho na elaboração destes sujeitos com relação às suas vidas, que aos poucos foram se enquadrando nestas definições e reelaborando estes significados com o passar do tempo.

O capítulo 3 contribui justamente no aprofundamento do entendimento sobre o campo da cultura, da cultura caiçara e também das reflexões em torno dos processos identitários. É destacado o caráter processual da cultura e sua relação com as problemáticas do poder e da

dominação. Outro componente deste capítulo é o avanço numa normatização jurídica que reconheça as “comunidades tradicionais” que até então estavam desprovidos de reconhecimento legal, ao contrário dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Ao contrário de uma perspectiva de engessamento cultural que a suposta identificação com a cultura caiçara, ou o termo tradicional suscitaria, esta pesquisa assume a perspectiva do “autorreconhecimento” como critério definidor de comunidade tradicional conforme Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda. Nesta linha, não existiria uma definição fechada sobre essas comunidades, mas características comuns e principalmente o respeito aos processos de autoidentificação destes grupos.

Além disso, utilizando como referência o pensador da diáspora, Stuart Hall (1997, 1999, 2000) sobre o tema das identidades, parto do entendimento que não se trata de uma identidade única e singular, mas a identidade caiçara na contemporaneidade, é fluída, se cruza e se choca com muitas outras, não define o sujeito por completo que é atravessado por vários processos de subjetivação. A partir da ideia de raízes e rotas trazidas pelo autor, é possível trabalhar com a questão de uma memória coletiva da comunidade em torno de sua história e seu passado, que seriam suas raízes, já as rotas serão construídas pelas novas gerações, na medida em que se apropriam desta identificação “caiçara” e constroem novos sentidos para ela, e atualmente influenciados entre outras coisas, pelo turismo.

Conforme relato de meus interlocutores há um sentimento de gradação de *caiçarismo*, na medida em que o modo de vida antigo, no qual a pesca e a roça representavam a subsistência e fonte de renda local, representa o ápice desse modo de vida caiçara. Isso apareceu em algumas falas, como no relato de Luís, que “aí era caiçara mesmo”, “de ter que tirar 90% daqui pra sobreviver”, ou o grau de caiçarismo baseado numa progressão temporal, quando Bibinha diz que já pegou o “tempo mais avançado” e que seus avós “são caiçaras ainda, o máximo que eles puderem consumir daqui eles preferem”. E mesmo assim, devemos lembrar que esse discurso é perpassado pelas relações das comunidades caiçaras com pesca e os portos de descarga em diversos pontos do litoral.

Outro elemento marcante na identidade local é a ideia de “nascido e criado” para se reconhecer - e ser reconhecido - como do lugar, logo como caiçara. Nessa perspectiva, muitos jovens reivindicam a identidade caiçara. Foi observado uma valorização do legado cultural desse grupo, como a cultura do plantio, os saberes ligados à pesca, e a culinária. A produção da canoa caiçara escavada num só tronco, símbolo de uma suposta cultura caiçara idealizada, representa bem a tensão entre passado e futuro, e a questão geracional implicada na

transmissão desses conhecimentos¹¹⁵. Há uma linha tênue entre uma suposta idealização do modo de vida caiçara e uma apropriação positiva desta forma de identificação em diálogo com uma nova dinâmica cultural, própria do momento atual, numa comunidade inserida no mercado global, sobretudo através do turismo, e na sociedade da informação.

Neste sentido, a afirmação da identidade caiçara na contemporaneidade, pode ser vista enquanto potência através da valorização de saberes e modos de vida divergentes de uma lógica da sociedade de consumo, individualista. Outra característica importante relacionada a esta valorização é a centralidade dos territórios que esses grupos ocupam, no qual a luta das comunidades tradicionais se transforma em lutas pelo “direito à territorialidade”, como reflete Valter Cruz (2014). A *territorialidade* se relaciona ao “modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (Haesbaert, 2004, p.3).

O último capítulo trata sobre a prática do turismo no lugar e os desafios que ele trouxe ao romper uma lógica das relações mais baseadas nos trabalhos comunitários; apresenta ainda como a territorialidade caiçara coexiste com a prática turística, sobretudo pela nova temporalidade que o turismo trouxe para o lugar. Aponta que este traz novos ganhos e a estratificação configura novas regras e relações.

Durante o processo do mestrado algumas ideias foram ficando pelo caminho, dando lugar a outras que foram se estruturando até chegar aqui. Uma das ideias apresentadas na minha qualificação buscava pensar na potência do território tradicional enquanto território do *comum*, numa sociedade que tem a cada dia privatizado mais espaços públicos. Neste sentido, a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios também seria sinônimo da garantia de usufruto desses espaços por toda a sociedade, ao contrário de empreendimentos imobiliários na região (ver caso condomínio Laranjeiras em Paraty – RJ¹¹⁶) que tem como *modus operandi* a privatização de espaços. Embora esta ideia não tenha sido trabalhada aqui, deixo como reflexão para quem sabe futuras apropriações.

¹¹⁵ Durante o trabalho de campo em junho de 2018 foi realizado um levantamento (ver ANEXO III: FICHA AMOSTRAL CANOAS AVENTUREIRO) relacionado ao tema das canoas caiçaras no Aventureiro, para contribuir com um processo em andamento de inscrição no livro dos saberes do IPHAN, o “feitio da canoa caiçara em um só tronco”, realizado pelo NUPAUB – Núcleo de Pesquisa de Populações Úmidas da USP. Além da contagem das canoas existentes, foram entrevistados 4 mestres canoairos do lugar e registrada a canoa mais antiga da praia, a Canoa Lembrança, com idade estimada em 120 anos.

¹¹⁶<https://apublica.org/colecao/particular/2017/11/condominio-laranjeiras-segregacao-ameaca-e-processos-em-paraty/>, acesso em 05/12/2019.

Num momento político em que as Unidades de Conservação estão sob ataque, que os avanços sociais estão sendo questionados, que particularmente Angra dos Reis vem sofrendo um assédio no sentido de turismo de grandes empreendimentos, estas conquistas sociais estão sob risco. Resta saber se apesar das diferenças dentro da comunidade, que hoje estão acontecendo pelas questões relacionadas ao turismo e frente a omissão do Estado na implementação na RDS, a comunidade vai ser capaz de se manter unida. A rearticulação da AMAV aponta que ainda está presente a mobilização comunitária, sendo uma oportunidade para que a comunidade se fortaleça e continue reinventando a sua produção territorial, tanto em seus aspectos materiais, quanto simbólicos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem”. In: Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2000, v.3, nº 41.

ADAMS, Cristina. “Identidade caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental”. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do IV Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia. Albuquerque (Org). Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. “Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção”. In: Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109-140.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. “Gestão Ambiental e Territorial: um panorama dos espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil”. In: **Os novos desafios da política ambiental brasileira**. Brasília, IEB, 2014, p. 274-302.

BARTHOLO, Roberto. SANSOLO, Davis Gruber. BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem: 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRASIL, Decreto 23.793 de 23 de fevereiro de 1934. Aprova o Código Florestal.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto de 27 de julho de 2004: cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

BRASIL. Decreto de 13 de julho de 2006: Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016: Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2017. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. Decreto nº 9.465, de 09 de agosto de 2018: Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, (...)

BRASIL. Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

CANCLINI, Néstor Garcia. “La puesta em escena de lo popular”. In: CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Grijalbo, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Tatiana. **Vozes no Aventureiro**: uma reflexão sobre as relações do turismo de base comunitária e os conflitos territoriais. Monografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **A população do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**: conflitos e disputas sob tutela ambiental. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ**: uma análise de mudança social. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Gustavo Villela Lima. “O território tutelado: O caso do Aventureiro, Ilha Grande – RJ”. In: GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói, v. 12, n. 23, p. 108-123, 2010.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. “Memória e mudança social no povoado do Aventureiro (RJ): o passado revisitado e o direito ao futuro”. História Oral, v. 16, n. 2, p. 5-26, 2013.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. CATÃO, Helena. PRADO, Rosane. “Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo”. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D.G., BURSZTYN, I. (org.) **Turismo de base comunitária**: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p.177-197.

CRUZ, Valter do Carmo. **Pela outra margem da fronteira**: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

CRUZ, Valter do Carmo. “Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia”. In: **Identidade, território e resistência**. Org. Onildo Araújo da

Silva, Edinusia Moreira Carneiro Santos, Agripino Souza Coelho Neto. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. Hucitec: São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. Prefácio. In: **Direito das comunidades tradicionais caiçaras**. NETO, Paulo Stanich (org). 1 ed. São Paulo: Café com lei, 2016.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. **Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ)**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

FORTES FILHO, Paulo. In: Enciclopédia Caiçara. V. II. **Falares Caiçaras**. Antonio Carlos Diegues (Org). São Paulo: Hucitec, 2005.

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p.1-382, 2006.

GRABNER, Maria Luiza. “Os caiçaras e as unidades de proteção integral: convergência entre os direitos fundamentais das comunidades tradicionais e a conservação ambiental” In: **Direito das comunidades tradicionais caiçaras**. NETO, Paulo Stanich (org). 1 ed. São Paulo: Café com lei, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: Epistemologias do Sul: Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>, acesso em 03/12/2019.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2014.

HALL, Stuart. “A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. In: Revista & Realidade, pp.15-46, jul./dez.1997. Disponível em <http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf>

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”. In: **Identidade e Diferença**. SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Vozes: Petrópolis, 2000.

INEA, Instituto Estadual do Ambiente. Relatório do Grupo de Trabalho do Aventureiro, instituído pela Resolução SEA nº 057, 15 de abril de 2008. Rio de Janeiro: 2010

IRVING, Marta de Azevedo. “Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?”. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G., BURSZTYN, I. (org.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

LOBO, Felipe. “Ilha Grande tenta se reerguer: um mês após tragédia na praia do Bananal e a poucos dias do Carnaval, Parque Estadual de Ilha Grande (RJ) enumera ações que prometem mudar a cara do lugar”. In: Site O ECO. 2010. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/reportagens/23398-ilha-grande-tenta-se-reerguer/>, acesso em 07/08/2020.

MADEIRA FILHO, Wilson. HAGINO, Córa Hisae Monteiro da Silva. “Uma análise situacional dos debates relativos à recategorização da vila do Aventureiro no processo de alteração da reserva biológica da Praia do Sul, na Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ)”. In: IV Congresso Nacional da ANPPAS, Brasília: 2008.

MALDONADO, Carlos. “O turismo rural comunitário na América Latina”. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D.G., BURSZTYN, I. (org.) **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. “Metodologia qualitativa de pesquisa”. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MELLO, Carl Egbert Hansen de. **Apontamentos para servir à História Fluminense: Ilha Grande, Angra dos Reis**. Conselho Municipal de Cultura: Angra dos Reis, 1987.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Que paraíso é esse? A turismização da Ilha**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. MORAES, Edilaine Cristina de Miranda Mendonça (Org). **O povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária: experiências vivencias na vila do Aventureiro, Ilha Grande, RJ**. Seropédica: UFRRJ, 2011.

NETO, Paulo Stanich (Org). **Direito das comunidades tradicionais caiçaras**. 1 ed. São Paulo: Café com lei, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. “De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana”. In: GEOgraphia, Ano VIII, n 16, 2006.

PRADO, Deborah Santos. **Resiliência de modos de vida na Praia do Aventureiro, Ilha Grande (RJ): uma trajetória de mudanças socioecológicas**. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2013.

PRADO, Rosane Manhães. “Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande”. Caderno Virtual de Turismo, 2003.

PRADO, Rosane Manhães. “De praias que viram morros e do valor da natureza”. In: *XIX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu: 2005.

PRADO, Rosane Manhães..“Apresentação: As marcas da Ilha Grande”. In: **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. PRADO, R. (org.).Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006

QUIJANO, Aníbal. **Dominacion y cultura: lo cholo y el conflicto cultural en el Perú**. Lima: Mosca Azul: Lima, 1980.

REVISTA DESTINOS. Ano 1, Número 1, edição 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Alves. “Escapando das armadilhas dos métodos”. In: *História, Ciências, Saúde*. v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.573-576

RIBEIRO, Irene Chada. **Praia pública – mergulhe nesse direito: acesso à praia e ocupação da orla marítima em Angra dos Reis, RJ**. Monografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2013.

RIBEIRO, Irene Chada. **Contradições entre o público, o privado e o comum: lutas pelo direito à praia contra processos de privatização em Angra dos Reis, RJ**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2017

RIBEIRO, José Rafael. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPÊ, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual Nº. 15.273 de 28 de junho de 1971. Dispõe sobre o Parque Estadual da Ilha Grande

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 4.972, de 02 de dezembro de 1981 cria a Reserva Biológica da Praia do Sul, na Ilha Grande.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 9.452, de 05 de dezembro de 1982. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA TAMOIOS), no Município de Angra dos Reis.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 15.983, de 27 de novembro de 1990 cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

RIO DE JANEIRO, Lei Estadual nº 2.393 de 20 de abril 1995. Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO, Decreto nº 40.602 de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a ampliação, ratificação e consolidação do Parque Estadual da Ilha Grande.

RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 6793 de 28 de maio de 2014. Dispõe sobre a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, resultante da redução do limite da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e da recategorização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, e dá outras providências.

SACK, Robert David. “O significado de territorialidade”. In: **Territorialidades humanas e Redes Sociais**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SAMPAIO, Carlos. “Pensando o conceito de turismo de base comunitária” In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo, 2008.

SILVA, Juliana Fernandes da. **Filhos do Aventureiro**: Um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2013.

SILVA, Paulo Thadeu Gomes. “Conceito de comunidade tradicional” In: **Direito das comunidades tradicionais caiçaras**. NETO, Paulo Stanich (org). São Paulo: Café com lei, 2016.

SOUZA, Janaina Nascimento Simões de. **Identidade e representação**: os moradores da praia do Aventureiro – Ilha Grande – RJ. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

SOUZA, Mariana Almeida. **A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro**: percurso e percalços de uma comunidade da Ilha Grande (RJ) na condição de unidade de conservação. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2017.

SCHMID, Christian. “A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional”. In: GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, Nº 32, PP. 89-109, 2012.

TENÓRIO, Maria Cristina. “Povoamento pré-histórico da Ilha Grande”. In: PRADO, R. (org.). **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006. p. 19-37.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

VILAÇA, Aparecida Maria Neiva. MAIA, Ângela de Azevedo. “O povo do Aventureiro”. In: PRADO, R. (org.). **Ilha Grande**: do sambaqui ao turismo. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006. p. 59-104.

WWW-Brasil. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável**: diretrizes para regulamentação. Brasília, 2007. 64 p.

ANEXOS

ANEXO I: ROTEIRO ENTREVISTAS

I.I Roteiro Geral

1. Qual a história do povo do Aventureiro? Há quanto tempo está no Aventureiro (idade)? Nasceu no Aventureiro? Pertence a qual família/ grupo familiar?
2. Como é morar no Aventureiro? Mora direto ou fica uma parte do tempo em Angra (bairro)? Qual a sua ocupação? Quais as perspectivas de vida (turismo/ tradicionalidade) para a sua geração?
3. O que sustenta a comunidade até hoje no Aventureiro? Você considera que ela é uma vila de pescadores? E de agricultores? E de canoeiros?
4. Com relação aos conhecimentos tradicionais, o que você acha que é mais valorizado em se aprender e porquê? Quais são as famílias que mantém viva as práticas tradicionais?
5. Uma vez um integrante do Fórum de Comunidades Tradicionais fez a seguinte fala: “a gente precisa do território, a cultura a gente muda”. Qual a relação entre a cultura e o território? Que mudanças você vê na cultura (modo de vida, festas, músicas, religião, alimentação) do Aventureiro? O que mudou pra melhor e o que piorou?
6. Como é ser homem ou mulher no Aventureiro? Está casado/ solteiro? Casado com alguém do lugar ou de fora? Possui filhos?
7. Como é a organização do turismo no Aventureiro? O que diferencia a experiência do turista no Aventureiro com um turista que se hospede num grande hotel? Você acha que o turismo fortalece a comunidade? Como o turismo se relaciona com a cultura caiçara?
8. Como surgem as lideranças na comunidade? Quem assume a responsabilidade de quê (igreja, festa de santa cruz, campings, barcos, RDS)? Como vocês estão se organizando?
9. Fale um pouco sobre a transição da RBPS para RDS e como foi o processo para vocês. Qual a sua expectativa com relação a RDS?
10. Como a RDS se relaciona com o turismo, com a cultura caiçara e com a questão da moradia?
11. Quais os desafios para a comunidade hoje? O que a comunidade poderia fazer ou vem fazendo para enfrenta-los?
12. Como você vê o Aventureiro daqui há 10 anos? Como você gostaria de ver o Aventureiro daqui há 10 anos? O que precisaria ser feito e por quem para alcançar o seu desejo/ sonho? Como (se) você se vê aqui no futuro?
13. O que você acha da afirmação “de que não existem caiçaras na Ilha Grande”? Você se reconhece como caiçara? Qual a importância da luta dos caiçaras para a sociedade?
14. Qual a importância das pesquisas acadêmicas para a comunidade? Já participou de alguma? Já teve acesso a algum trabalho de pesquisa? Tem interesse? Se este trabalho fosse apresentado aqui você iria assistir?

I.II Roteiro entrevista moradora “incorporada”

1. Quando chegou, como foi a recepção?
2. Questões, dificuldades para a comunidade e de fazer parte
3. Perspectivas de trabalho para ela e para a filha
4. Impressões sobre a criação da RDS e sobre o projeto do PEA (ela é agente comunitária)
5. Se ela enxerga nas expressões da cultura caiçara um meio de mobilização comunitário.

ANEXO II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Instituição de origem: Universidade Federal Fluminense - UFF

Título provisório da pesquisa: “Práticas culturais e potências políticas: um olhar sobre Angra dos Reis (RJ)”

Pesquisadora Responsável: Inês Chada Ribeiro

E-mail: ineschada@gmail.com

Telefone: (21) 99740-2246

Orientador Responsável: João Luiz Pereira Domingues

O presente documento tem por objetivo convidá-lo (a) a participar de uma pesquisa sobre **a comunidade do Aventureiro na Ilha Grande (RJ) com ênfase nas relações entre culturas tradicionais e seus territórios, aspectos identitários e bens comuns**. Como parte do trabalho, serão realizadas entrevistas individuais e/ou coletivas com moradores que, a partir da sua vivência, possam contribuir na compreensão do objeto de estudo.

Sua participação é voluntária, estando livre para:

- a) retirar-se do estudo quando assim desejar, sem haver nenhuma penalização;
- b) fazer as perguntas que julgar necessárias, com a garantia de que serão fornecidos os esclarecimentos solicitados;
- c) recusar-se a responder perguntas ou falar de assuntos que lhe possam causar qualquer tipo de constrangimento.

Assinando este formulário de consentimento, você estará autorizando a pesquisadora a utilizar em sua pesquisa as informações prestadas. As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas, permanecendo sob a responsabilidade da pesquisadora. A pesquisa não apresenta riscos à integridade do(a) participante da pesquisa.

CESSÃO DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu, _____, declaro ceder à pesquisadora Inês Chada Ribeiro, CPF: 130.739.547-32, os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, como subsídio à construção da pesquisa “Práticas culturais e potências políticas: um olhar sobre Angra dos Reis (RJ)” (título provisório). A pesquisadora fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo.

COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE OU AUTORIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

- ☐ A pesquisadora se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade.
- ☐ O entrevistado autoriza a sua identificação pessoal na pesquisa.

O formulário será assinado em duas vias por ambas as partes, ficando uma via em posse da pesquisadora e a outra em posse do entrevistado.

Angra dos Reis-RJ, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Participante

Inês Chada Ribeiro

ANEXO III: FICHA AMOSTRAL CANOAS AVENTUREIRO

Nº	Nome (se tiver)	Idade (estimada)	Compri- mento	Propulsão (remo, vela, motor)	Estado de conservação	Uso principal	Outra característica
1	Canoa verde Criste (sem nome)	20 anos	3 m	remo	bom	pesca	Ingá
2	Orca	10 anos	2,10 m	remo	bom	recreativo	Guapuruvu (Adilson fez outra canoa com essa metade)
3	Lembrança	120 anos	6,66 m	remo	precário	pesca de arrasto de praia	Ingá
4	Minhocão	15 anos	4,54 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu (Vovô)
5	Casquinha	2 anos	5 m	remo	bom	pesca	Canoa de fibra feita com o molde da canoa Minhoca (nº 8)
6	A Casca	5 anos	6,66 m	motor	bom	transporte	Canoa de fibra feita com o molde da canoa Lembrança (nº 3)
7	Tati	30 anos	3,76 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu (Seu Zé que fez)
8	Minhoca	20 anos	4,55 m	remo	em arruinamento	pesca	Guapuruvu (Vovô)
9	Samaritana		8 m	motor	precário		Proprietário é da Praia Vermelha, dono Valter
10	Marisol		4,35 m	remo	precário		
11	Canoa escola - Seu Zé	30 anos	5,02 m	remo	em arruinamento	pesca	Guapuruvu
12	Canoa Delei (sem nome)	10 anos	4,51m	remo	bom	pesca	Guapuruvu, ele mesmo construiu (Delei).
13	Canoa Fibra Delei (sem nome)	2 anos	5 m	remo	bom	pesca	Canoa de fibra.
14	Dengosa	35 anos	3,86 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu, o Verde (do Aventureiro) que fez. Pertence ao Nezinho
15	Ita	30 anos	4,53 m	remo	bom	pesca	Guaricica - comprada de Provetá
16	Sem nome (rancho Ita)		4,71 m	remo	bom	pesca	

17	Sem nome (rancho Ita)		4,51 m	remo	bom	pesca	
18	Cidinha	30 anos	3,51m	remo	precário	pesca	Guapuruvu, o Ednaldo está fazendo reparos nela.
19	Vida Bonita	50 anos	3,97 m	remo	bom	pesca	Ingá, veio de Sítio Forte
20	Vida Bonita II	36 anos	4,94 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu - feita pelo Adilson
21	Vida Bonita III	40 anos	4,56 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu vermelho - feito pelo Verte
22	Penta	10 anos	5,40 m	remo	bom	pesca	Guapuruvu - feita pelo Verte, reparos de Fruta Pão
23	Canoa Camping Luís	60 anos	3,87 m	remo	boa	decorativo	Raiz de cedro, canoa veio do Bananal
24	Bibinha	15 anos	2,75 m	remo	precário	precário	Fruta pão - Mestre contrutor Seu Zé
25	Realidade	10 anos	5,47 m	remo	boa	pesca/decorativo	Guapuruvu - veio de Araçatiba. Idade no Aventureiro.
26	Canoa Luis (sem nome)	18 anos	4,72 m	remo	boa	pesca/decorativo	Guapuruvu - veio de Provetá. Idade no Aventureiro.
27	Canoa Ita sendo reformada				boa		
28	Caio	4 anos	2,88 m	remo	em arruinamento	recreativo	Feita pelo Adilson para seu neto. Guapuruvu.
29	Amara	4 anos	3,5 m	remo	bom	pesca	Feita pelo Adilson, madeira guapuruvu.
30	Tiazinha	07 anos	3,97 m	remo	bom	pesca	Primeira canoa feita pelo Adilson (guapuruvu).
31	Síria	15 anos	4,40 m	remo	bom	pesca	Comprada na praia vermelha.
32	Canoa INEA (sem nome)		3,45 m	remo	em arruinamento	pesca	
33	Luara Enzo		3,73 m	remo	bom	recreativo	No camping do Verte